PLURAL SINGULAR

EDIÇÃO 03
JUN/JUL/AGO 13

Revista Trimestral Dedicada à Temática da Deficiência

Próximo destino: turismo acessível a TODOS

WWW.PLURALESINGULAR.PT

Próximo destino: turismo acessível a TODOS

Sejam elas na época alta ou na época baixa, as férias são, quer para miúdos ou graúdos e passado um ano de trabalho ou de aulas, o período de tempo mais ansiado por todos que querem "desligar" da rotina. As férias são sinónimo de descanso, divertimento e lazer, mas para as pessoas com deficiência podem ser também sinónimo de dores de cabeça pela geral falta de condições de acessibilidade para as desfrutar plenamente.

Ser feliz agora e com o que temos

"Um dia estava na Fisioterapia com um amigo, também paraplégico, mas com maior autonomia que ele" – Bento não pode conduzir, tomar banho sozinho ou virar-se durante a noite – "e entrou um indivíduo que andava com ajuda de umas canadianas. Esse amigo disse que gostava de estar como ele. Provavelmente o homem de canadianas invejava o jogador de futebol que estava lesionado e o jogador de futebol estava triste porque tinha comprometido a época. Resumindo: É difícil estarmos felizes com aquilo que temos".

Um desporto "sem barreiras"

"Um meio terapêutico e de reabilitação por excelência com benefícios reconhecidos em diversas fasesde reabilitação" – é assim que é vista uma modalidade que uniu a FPG e algumas instituições ligadas àdeficiência, como a CEDEMA. Em 2012 foi entregue a primeira licença portuguesa de golfe adaptado. Para 2013 estão apontadas como metas a conclusão de um regulamento específico e o lançamento de um campeonato nacional.

Lugares inclusivos no espaço artístico

Numa viagem nem sempre há um mapa onde os espaços estão todos assinalados, ocupam lugar e, de alguma maneira, são palpáveis. Há espaços que não são palpáveis e, ainda assim, ocupam lugar. A Trilogia do Tempo, a CIM, a Vo'Arte e o InArte são todos espaços...A Plural&Singular foi visitar estes lugares.

Índice

03 **Índice e Editorial**
04 **Notícias**
10 Entrevista a Paula Campos Pinto
14 **Opinião APD**
16 **Opinião Fenacerci**
17 **Opinião Jurista Carlos Iglésias**

Saúde e Bem-estar
20 Feira Normédica/Ajutec
27 **Opinião Ordem dos Médicos**
28 **Opinião APTO**
30 Opinião SPSC

32 **Capa**
Próximo destino: turismo acessível a TODOS

65 **Opinião Sociólogo Fernando Fontes**
67 **Opinião Média e Deficiência**

Tecnologia e Inovação
70 "Ser Capaz" a dobrar em 2012...

Retrato
75 Ser feliz agora e com o que temos

Desporto
83 Um desporto "sem barreiras"

Perfil
100 Medalha de Bronze em Londres2012
O "super-atleta"...
99 **Opinião FPDD**

Cultura
116 Dança Inclusiva com a Diferença
118 **Sugestão de Leitura**

122 **Lugar**
130 **Agenda**

133 **Plural & Singular**
O "multidisciplinar" Elo Social & Três décadas únicas de "envolvimento"...

FICHA TÉCNICA

Sede e redação: Avenida D. João IV, nº 1076, Blc C, 4.º Esq. 4800-534 Guimarães
Tel.: 913 077 505
Email: geral@pluralesingular.pt
Site: www.pluralesingular.pt
Colaboradores: Catarina de Castro Abreu, Paula Fernandes Teixeira (paulateixeira@pluralesingular.pt), Sofia Pires (sofiapires@pluralesingular.pt)
Publicidade: Tel.: 913 077 505 Email: publicidade@pluralesingular.pt
Webdesign: Pedro Teixeira (jpdteixeira@gmail.com)
Design gráfico: Ricardo Oliveira (oliveira_315@hotmail.com)
Foto de capa: Gentilmente cedida por Mafalda Ribeiro

Sempre para dar voz, cada vez mais na ação!

Eis a 3.ª edição da Plural&Singular. Eis mais um número repleto de reportagens, notícias, artigos de opinião, viagens, sugestões… Muitas e muitas peças! Mais de cem páginas dedicadas a TODOS.

E porque TODOS contam, além do lançamento desta 3.ª edição há mais novidades a partilhar. É que, depois do sonho, continuamos a ação, e cada vez mais em ação, damos corpo e cada vez mais alma ao sonho.

Destaque para a formalização de um protocolo de cooperação entre a Plural&Singular e o Departamento de Informática da Universidade do Minho (UM). Este passo está para muito breve. A ideia passa por tornarmos o nosso site – www.pluralesingular.pt – bem como os suportes digitais de divulgação e a nossa revista trimestral o mais acessíveis possível. E acrescente-se, sobre esta parceria, a possibilidade de, desta forma, estarmos a promover, no seio da UM, junto da comunidade académica, e não só, a discussão sobre a necessidade da infoacessibilidade e ajudar a dar a conhecer os meios existentes para a garantir.

Estivemos, também, nos dias 9 a 12 de maio, na NORMÉDICA (13.ª Feira da Saúde) / AJUTEC (14.ª Feira Internacional de Tecnologias de Apoio para Necessidades Especiais), na Exponor.

Tratou-se de um espaço privilegiado que nos permitiu apresentar melhor a Plural&Singular a instituições, empresas da área, pessoas com deficiência, famílias, especialistas, comunidade académica, entre outros agentes ligados à área da deficiência. Nesta feira foram divulgadas as mais recentes novidades tecnológicas de apoio, bem como soluções inclusivas para o dia-a-dia, a par da realização de colóquios e atividades desportivas e lúdicas… A Plural&Singular esteve presente e garantiu que também a informação e a comunicação especializadas dissessem "presente".

Mas não paramos por aqui… Em julho (dias 5 e 6) estaremos na INCLUDIT – Conferência Internacional para a Inclusão, evento organizado no âmbito do projeto IPL(+)INCLUSIVO, da Unidade de Investigação Acessibilidade e Inclusão em Ação, do Instituto Politécnico de Leiria. Esta será mais uma oportunidade para dar a conhecer a Plural&Singular numa perspetiva de proximidade, cara a cara, neste caso, com todos os que estejam presentes nesta conferência internacional.

Nota importante para o facto de agora o site da Plural&Singular dedicar uma secção ao "Fórum" que anteriormente integrava a seção digital da revista trimestral. Uma página é curta para dar voz… O espaço online, esse, é infinito… Recorde-se que o Fórum da Plural&Singular destina-se à divulgação de campanhas de recolha de bens, angariações de fundos, ações de solidariedade… A Plural&Singular oferece este espaço aos seus parceiros sociais e institucionais, tendo como objetivo aproximar cada vez mais esta publicação dos seus principais intervenientes e leitores…

Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

Foi apresentado o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) no dia 14 de maio pelas 18 horas na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)
Criado no âmbito do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o novo Observatório reúne investigadores de quatro universidades (Lisboa, Coimbra, Minho e Algarve) e representantes de cerca de uma dezena de organizações da deficiência, que se propõem acompanhar o desenvolvimento das políticas para a deficiência em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, visando contribuir para a identificação de boas práticas e para o desenvolvimento de propostas que promovam a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no espaço da lusofonia.
Na sessão de lançamento, presidida pelo professor catedrático e presidente do ISCSP, Manuel Meirinho teve lugar o ato simbólico de tomada de posse dos membros do conselho consultivo do ODDH.
Para mais informações contactar a coordenadora do ODDH, Paula Campos Pinto através do email ppinto@iscsp.utl.pt ou pelo contacto telefónico 96 130 39 67.
http://oddh.iscsp.utl.pt/index.php/

Campanha Pirilampo Mágico

Acaba a 4 de junho a Campanha Pirilampo Mágico que, este ano, começou a 13 de maio nas várias regiões do país.
A Campanha Pirilampo Mágico é uma campanha realizada anualmente, no decorrer do mês de maio, promovida pela FENACERCI em parceria com a RDP – Antena 1.
Nesta ação unem-se os esforços de todos com o objetivo de angariar fundos a favor das CERCI's – Cooperativas de Solidariedade Social que trabalham com pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência.
A Campanha do Pirilampo Mágico, aberta oficialmente a 11 de março de 1987, foi sempre uma das campanhas de solidariedade mais participativas em Portugal.

"Eu conheço um pirilampo
que vive muito lampeiro
dentro dos olhos da gente,
e na cidade ou no campo
é sempre sempre o primeiro
a dormir muito contente"

Lançamento da revista Cáritas

Depois de 22 anos de interrupção, a revista Cáritas foi, novamente, lançada em maio. A iniciativa ocorreu no âmbito das comemorações do Dia Mundial das Comunicações Sociais e do Ano da Fé.
A apresentação do projeto foi feita pelo diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais e presidente do Conselho de Administração da Rádio Renascença, Cónego João Aguiar, e pelo diretor da revista Cáritas, Padre José Manuel Pereira de Almeida.
A revista Cáritas, lançada em 1981, terminou em 1991 no número 100. Depois de 22 anos suspensa foi lançado o primeiro número em maio e os seguintes em setembro e dezembro. A revista Cáritas custa dois euros e estará disponível através de assinatura e venda direta nas várias Cáritas Diocesanas.

"Autismo: Há mais pessoas do que pensamos"

A APPDA de Setúbal, Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo realizou, a 13 de abril um encontro no âmbito do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, que se comemora a 2 de Abril. O tema foi "Autismo: Há mais pessoas do que pensamos".
"No encontro foram apresentados os resultados finais do primeiro grande estudo [da autoria de Guiomar Oliveira] realizado em Portugal, pela APPDA de Setúbal sobre a qualidade de vidas das famílias com crianças/jovens com perturbação do espectro do autismo, em que foi apresentada uma prevalência no distrito de 15.3 casos em cada 10.000 crianças/jovens, valor que supera quer a média nacional, quer a observada para a NUT de Lisboa e Vale do Tejo, em 2007", descreve a organização.
Outra das conclusões que sobressaíram deste coloquio foi a necessidade "crucial" de investir em Centros de Atividades Ocupacionais e Lares Residenciais, "pensado no bem-estar da pessoa com perturbação do espectro do autismo e também no descanso do cuidador".
Por fim, salientaram-se os custos económicos da perturbação do espectro do autismo, bem como os custos sociais, uma vez que não é fácil conciliar a vida familiar com o emprego e o lazer. Nota para o facto, conforme foi discutido na iniciativa da associação setubalense, de "61.8 por cento das pessoas inquiridas progredirem com mais dificuldade no emprego e 77 por cento assumir alterações nos tempos de lazer e nas relações sociais".
"Com base nos resultados do estudo, foram apresentadas novas propostas e desafios, quer ao nível da política pública, quer da intervenção no terreno, como por exemplo a sinalização administrativa obrigatória dos casos de perturbação do espectro do autismo com recurso a código pessoal sem identificação nominal.
Salienta-se que tendo por base o estudo realizado pela APPDA de Setúbal, a Federação Portuguesa de Autismo vai realizar um estudo semelhante a nível nacional", concluíram os organizadores.

2.ª edição do "Festival DIFERENCIARTE"

Estão abertas as candidaturas à 5.ª edição do Prémio Dignitas uma distinção da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) que premeia os melhores trabalhos, publicados ou difundidos nos órgãos de comunicação social portugueses subordinados ao tema da deficiência e que promovam a dignidade das pessoas com deficiência, os seus direitos humanos e a sua inclusão social.
Podem concorrer ao Prémio Dignitas, que conta com o apoio da empresa farmacêutica MSD, profissionais da comunicação social portugueses ou residentes em Portugal e estudantes de Comunicação das Escolas Superiores e Faculdades de todo o país. As candidaturas poderão ser individuais ou coletivas e deverão ser formalizadas até dia 31 de março, junto da sede da APD, pessoalmente ou por correio.
Os trabalhos nas categorias de Jornalismo e de Estudante não são cumuláveis. O primeiro prémio é de quatro mil euros e os restantes são de dois mil euros cada um (Imprensa, Rádio, Televisão e Jornalismo Digital). No caso do Prémio Dignitas Jornalismo Universitário, o prémio é de 1.500 euros.
A atribuição do Prémio Dignitas 2013 será efetuada no dia 3 de maio, data em que se assinala o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.
Mais informações em www.apd.org.pt

Linha do Cidadão com Deficiência do Provedor de Justiça

Já funciona, desde 22 de abril a Linha do Cidadão com Deficiência do Provedor de Justiça, cujo objetivo é o esclarecimento de dúvidas e a resolução de questões apresentadas, não só pelas pessoas com deficiência, mas por todas as pessoas que estão relacionadas ou pretendem informação sobre esta problemática.
As pessoas com deficiência e suas famílias dispõem, desta forma, de mais um serviço de informação e apoio, tal como a Linha Direta do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., que funciona desde 1995 com uma equipa de técnicos especializados, que presta informação e orientação sobre os recursos existentes, aos cidadãos com deficiência, suas famílias, organizações e serviços que intervêm no âmbito dos seus direitos, deveres e benefícios.
A Linha do Cidadão com Deficiência – 800 208 462 – é gratuita e funciona todos os dias úteis, das 9h30 às 17h30

Serviço de Teleassistência

O serviço de teleassistência disponibilizado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) aos seniores e pessoas com incapacidade proporciona-lhes uma resposta imediata 24 horas por dia, 365 dias por ano.
Este serviço destinado às pessoas idosas e às pessoas com deficiência residentes na cidade lisboeta, e em situação de vulnerabilidade, surge na sequência de um protocolo entre a CML e a PT – Portugal Telecom.
A autarquia disponibiliza a Linha S.O.S. Lisboa através do número gratuito 800 204 204, para dar resposta urgente a situações de risco e isolamento, sendo apenas necessário a existência de linha telefónica da rede fixa na residência do beneficiário.
Disponibiliza-se aos beneficiários do serviço um equipamento telefónico, sem quaisquer encargos, com ligação à Sala de Operações Conjuntas (SALOC) da municipalidade de Lisboa, que integra os serviços de Proteção Civil, do Regimento de Sapadores de Bombeiros e Polícia Municipal, garantindo um atendimento personalizado e o auxílio imediato em situações de emergência.
A adesão ao Serviço de Teleassistência é feita através do preenchimento de um pedido de adesão que deverá ser enviado à câmara ou às juntas de freguesia. O pedido de adesão está disponível no seguinte endereço de internet http://www.cm-lisboa.pt/servicos/por-temas/intervencao-social/servico-de-teleassistencia.
Para mais informações podem ser contactados os Núcleos de Envelhecimento e de Deficiência através dos seguintes telefones: 217 988 431 e 217 989 108.

Linha de atendimento para cidadãos surdos

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) disponibiliza uma linha de atendimento em videochamada para cidadãos surdos.
A nova linha vai permitir a obtenção de informações sobre os produtos e serviços da CGD através do serviço Caixadirecta. Segundo a própria, a CGD é a primeira instituição financeira que disponibiliza este tipo de atendimento a clientes e não clientes com necessidades especiais, enquadrando-se esta iniciativa no âmbito da política de responsabilidade social e inovação do banco.
Para utilizar esta nova Linha de Atendimento ao Cidadão Surdo deve começar por se registar no Portal do Cidadão Surdo (www.portaldocidadaosurdo.pt) que presta um serviço de atendimento especializado ao Cidadão Surdo através do Serviço de Vídeo Intérprete (Serviin).
Para efetuar a ligação ao serviço de atendimento especializado deve ter um computador ou telemóvel com ligação à internet (3G ou Wi-Fi) e que esteja equipado com uma câmara e com um microfone.
O número para o qual deve ligar é 12472 (custo 0.01€/min.) Este serviço está disponível, todos os dias úteis, das 9 às 17 horas.
Mais informações em https://www.cgd.pt/particulares/gerir-dia-a-dia/caixadirecta/linha-atendimento-cidadao-surdo/Pages/Linha-de-Atendimento-ao-Cidadao-Surdo.aspx

Desfile de CoragEM - Dolce Vita Tejo

A Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) promoveu um desfile de moda no Dolce Vita Tejo, no dia 23 de março. Uma iniciativa que pretendeu juntar na passerelle figuras públicas e pessoas com esclerose múltipla.
O desfile "Modelos de CoragEM" contou com a apresentação de Joana Cruz. Bárbara Elias, Débora Montenegro, Marta Andrino, Mário Redondo, Melânia Gomes, Diana Bouça-Nova, Nuno Távora, Sofia Nicholson e de Vasco Uva, Vasco Fragoso Mendes e António Aguilar, três jogadores da seleção nacional de rugby também marcaram presença.
Estas figuras públicas, juntamente com doentes sem apoio à marcha, de bengala e de cadeira de rodas, percorreram a passerelle numa iniciativa que pretende mostrar as várias vertentes da esclerose múltipla.
De acordo com a presidente da SPEM, Fátima Paiva, este evento "foi muito importante para os doentes porque lhes permitiu sentirem-se envolvidos e pertencentes à comunidade". "Não teria sido possível realizar este evento sem o apoio fundamental do Dolce Vita Tejo e das lojas do Centro Comercial, que cederam as roupas e os acessórios para o desfile", acrescentou.
Entre as lojas que se associaram a este evento de solidariedade social destacam-se a Lion of Porches, Lanidor e Lanidor Kids, Benetton, Sisley, Springfield, Cortefiel, Aldo, Prof, Mr. Blue, Accessorize, Bubel, Triumph, Tiffosi e Tiffosi Kids, Sacoor Brothers, Primark, Perfumes & Companhia e Jean Louis David.

Programa Cidadania Ativa

Estão abertas as candidaturas, até ao dia 1 de julho, ao Programa Cidadania Ativa, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e destinado a apoiar projetos das organizações não-governamentais (ONG) que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil portuguesa.
Estão abertas as candidaturas ao Programa Cidadania Ativa, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e destinado a apoiar projetos das ONG que contribuam para o fortalecimento da sociedade civil portuguesa.
O programa dispõe de um montante total de 5,8 milhões de euros concedidos através de concursos periódicos (projetos financiados a 90 por cento) em vários domínios de atuação – participação das ONG na conceção e aplicação de políticas, promoção dos valores democráticos, incluindo a defesa dos Direitos Humanos, dos direitos das minorias e da luta contra as discriminações e reforço da eficácia da ação das ONG.
Para mais informações consultar: http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=237&langId=1

Workshop “Dancing por inclusion”

A Fundação AFID Diferença organizou, com o apoio do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida [Grundtvig – Comissão Europeia], o workshop “Dancing for Inclusion”. A iniciativa decorreu em abril.
Pessoas com e sem deficiência, sendo que alguns estrangeiros também participaram (vindos de países como: Eslovénia, Espanha, Estónia, Itália e Polónia) foram convidados a participar em actividades que visavam promover um Encontro Internacional para pessoas com deficiência e/ou incapacidades e para as suas famílias/cuidadores, no âmbito da dança, promover o desenvolvimento da linguagem corporal como facilitadora da comunicação e do relacionamento interpessoal: proximidade, interatividade e socialização, promover o debate e partilhar as melhores práticas no âmbito da inclusão através da dança e da linguagem corporal como impulsionador da inclusão social.
As atividades principais foram: inclusão através da dança, sessões de dança e expressão corporal, criação de coreografias, debate sobre estratégias de promoção no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência a nível Europeu, debate sobre a arte para as pessoas com deficiência, apresentação das coreografias em espetáculo aberto à comunidade.
“Sobre o workshop ‘Dancing for Inclusion’, podemos começar por dizer que foi uma experiência extraordinária, as expetativas foram totalmente superadas, em todos os sentidos, na convivência, na ligação, nas emoções, na dança, na inclusão, na aprendizagem, no espetáculo final, deste o primeiro dia ao último, foi sentir que existiu uma voz única dançante e inclusiva, que foi, é e será ouvida por muito tempo”, concluíram.

Relatório da UNICEF faz alerta sobre as crianças com deficiência

O relatório sobre a Situação Mundial da Infância 2013 da UNICEF fala das crianças com deficiência, dando indicações de que as convenções internacionais sejam ratificadas e aplicadas como “primeiro passo para construir sociedades mais inclusivas”.
O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) indica no seu relatório, tornado público no final de maio, que “nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), Governos de todas as partes do mundo chamaram a si a responsabilidade de garantir que todas as crianças, com ou sem deficiência, desfrutem dos seus direitos sem qualquer tipo de discriminação”.
A UNICEF refere que “apesar de uma estimativa amplamente utilizada indicar que 93 milhões de crianças – ou uma em cada 20 crianças com 14 anos ou menos – vivem com algum tipo de deficiência moderada ou grave, essas estimativas globais são essencialmente especulativas”.
O relatório reconhece que existe um problema, defendendo que o mesmo “está identificado” e que o que acontece “em muitos países” é que “as respostas à situação de crianças com deficiência são amplamente limitadas a institucionalização, abandono ou negligência”.
“As crianças com deficiência encontram diferentes formas de exclusão e são afetadas por elas em níveis diversos, dependendo de fatores como o tipo de deficiência, o local onde moram e a cultura ou a classe social a que pertencem”, sendo “o género também um fator crucial”, diz o relatório.
Para cumprir as promessas contidas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na Convenção sobre os Direitos da Criança, a UNICEF recomenda que “agências e doadores internacionais, assim como os seus parceiros nacionais e locais, devem incluir as crianças com deficiência nos objetivos, nas metas e nos indicadores de todos os programas de desenvolvimento”.
Este organismo acrescenta que “dados confiáveis e objetivos são importantes para auxiliar o planeamento e a alocação de recursos, e para inserir as crianças com deficiência de forma mais visível na agenda de desenvolvimento”.

3.ª Edição Manual Digital – ROADSHOW

Até ao dia 26 de junho, vai percorrer o país para divulgar e promover os Recursos Educativos Digitais, desenvolvidos em consórcio pela Lusoinfo Multimédia e o Instituto da Educação da Universidade do Minho, para o pré-escolar e 1.º ciclo, a 3.ª edição do Roadshow. Esta iniciativa inclui três workshops: “Aprender e Inovador com o Manual Digital”, “Recursos Educativos Digitais na pré-escola” e “Recursos Educativos Digitais na AEC de Língua Inglesa”.
O principal objetivo do “Aprender e Inovar com Recursos Educativos Digitais” é levar as escolas e aos professores do 1.º Ciclo e os Jardins de Infância a integrarem as TIC no processo de ensino, de aprendizagem.

Jornadas Sociais com “Lousada + acessível”

Realizou-se, nos dias 16 e 17 de maio, o Seminário Internacional “Lousada Vila Sustentável e Amiga – A importância da acessibilidade na competitividade e coesão territorial”, integrado nas VIII Jornadas Sociais “Lousada + acessível”.
A sessão de abertura das Jornadas contou com a presença do presidente da Câmara de Lousada, Jorge Magalhães, e do presidente do Instituto Nacional de Reabilitação, José Serôdio.
O primeiro painel teve como tema o “Turismo Acessível”, no qual foram efetuadas intervenções como “Turismo para todos em Portugal” e “Turismo acessível local - Itinerários acessíveis na Rota do Românico”.
O segundo painel focou “A acessibilidade universal como forma de inclusão”.
Já o último painel destas Jornadas teve como mote “Da perceção da diferença à inclusão”, tendo como intervenções “Color add, símbolos que incluem cores”, “Agir sobre as representações dos jovens: formar uma sociedade inclusiva” e, no final dos trabalhos “Plano local de promoção da acessibilidade”.
Na sexta-feira, as atividades tiveram início pelas 9h30 na Av. Senhor dos Aflitos e prolongaram-se até às 12h30. De tarde, entre as 14 e as 17 horas, o espaço Gonçalo Babo foi palco de muita interação, mas também de demonstrações de “Dança Inclusiva” com Paulo Magalhães da A_ju_dança.
Para o final da tarde esteve reservada a entrega dos prémios relativos ao concurso de fotografia “Lousada + acessível”.

III Jornadas Associação Portuguesa de Deficientes

Nos dias 14 e 15 de março, a Associação Portuguesa de Deficientes – Madeira promoveu a terceira edição das Jornadas APD, com o objetivo primordial de abordar várias temáticas relativas à deficiência e às pessoas com necessidades especiais.
Segundo o presidente da delegação da Madeira da APD, Filipe Rebelo, “as III Jornadas da Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação do Funchal foram muito positivas”.
“Tivemos uma adesão significativa dos mais variados técnicos da área da educação especial, nomeadamente professores do ensino especial, técnicos de fisioterapia, de reabilitação, da psicologia, social, desporto. O que permitiu um debate abrangente e construtivo. Contamos também com um leque variado de preletores que nos fizeram evoluir nos diversos temas abordados. Será certamente uma iniciativa a repetir no plano de atividades de 2014”, descreveu o dirigente.

I Congresso de Educação Especial: Intervenção, Inovação e Empreendedorismo Social

O Congresso Educação Especial: Intervenção, Inovação e Empreendedorismo Social foi organizado pela LEQUE-APAPNE, Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, pelo Agrupamento de Escolas de alfândega da Fé e o pelo Município de Alfândega da Fé, em março de 2013.
A iniciativa foi dirigida, de acordo com a organização, “a docentes e técnicos que, pela sua prática, contactam com a problemática das necessidades especiais”. Vários profissionais da área “deram o seu contributo neste encontro de partilha e troca de saberes”.
“Na nossa opinião este evento foi um momento que, em muito, contribuiu para a prática de técnicos que, direta ou indiretamente, contactam ou possam vir a contactar com a problemática das necessidades especiais, criando a possibilidade de replicar os projetos que foram abordados junto comunidade de cada um”, descreveram, em jeito de balanço, os responsáveis da LEQUE.

ENTREVISTA

Sobre o impacto das medidas de austeridade nos direitos das pessoas com deficiência

Prevendo que a atual crise tenha acentuado a exclusão social dos cidadãos europeus e, em particular, dos cidadãos com deficiência, o Consórcio Europeu Fundação Centro de Direitos Humanos e Deficiência lançou um estudo sobre o impacto das medidas de austeridade nos direitos deste setor da população. Portugal entrou "nestas contas" e, em entrevista à Plural&Singular, a investigadora responsável pelo estudo, Paula Campos Pinto, revelou os resultados obtidos.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas por Paula Campos Pinto

O início do século XXI parecia prometer no que diz respeito à melhoria das condições de vida e inclusão na sociedade europeia das cerca de 80 milhões de pessoas com deficiência e suas famílias. "Agora, com a crise económica, aparentemente interminável, a Europa arrisca desfazer esse progresso e enfraquecer as estruturas económicas, políticas e sociais que foram construídas durante essa década próspera", refere o copresidente do Consórcio Europeu de Fundações de Direitos Humanos e Deficiência, Miguel Ángel Cabra de Luna, no prefácio no relatório dos resultados do estudo. As medidas de austeridade tomadas por vários governos europeus estão a resultar em cortes drásticos em vários domínios. O estudo analisou os impactos destes cortes em várias dimensões, nomeadamente, nos orçamentos sociais, no encerramento e fusão de serviços, nos cortes nos recursos humanos, salários e condições, cortes no apoio à vida independente, atrasos nos pagamentos, adiamento das reformas, aumento das listas de espera, crescente terceirização de serviços que, por sua vez, são mais padronizados e/ou institucionais, impacto nos apoios à educação inclusiva, impacto nos apoios ao emprego e serviços.
A atual situação económica fará com que mais pessoas com deficiência sofram do estigma da pobreza, exclusão social e marginalização. Este contexto é preocupante e, por isso, o Consórcio Europeu Fundação Centro de Direitos Humanos e Deficiência lançou este estudo para recolher as evidências sobre o impacto que estas medidas podem ter a nível europeu. Em Portugal, o relatório final foi realizado por Paula Campos Pinto, investigadora do Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade Técnica de Lisboa (CAPP-UTL), coordenadora do DRPI-Portugal (Disability Rights Promotion Internacional Portugal) e professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), juntamente com a aluna de mestrado, Diana Teixeira.

Plural & Singular (P&S) - Foi difícil fazer a recolha de informação para o relatório português no âmbito do estudo lançado pelo Consórcio Europeu Fundação Centro de Direitos Humanos e Deficiência? Existiam dados suficientes?
Paula Campos Pinto (PCP) - Nós, em Portugal, temos uma enorme falta de dados desta matéria, esta área ainda está pouco documentada, pouco estudada, mas vamos recolhendo alguma informação. Trabalhamos também noutros projetos a nível europeu e também produzimos relatórios regulares. Na equipa do ISCSP que trabalhou no projeto já tínhamos um manancial de informação recolhido, mas quisemos atualizar alguns dados. Tivemos uma grande facilidade para falar com as instituições, quer as organizações das pessoas com deficiência quer as instituições prestadoras de serviços. Tivemos um bocadinho de mais dificuldade em conseguir chegar aos departamentos oficiais, em conseguir alguns dados mais recentes, mais atuais, porque queríamos realmente os dados mais atuais possível e aí tivemos um bocadinho mais de dificuldade. Mas hoje em dia também através da internet já se consegue chegar a muita coisa. Penso que conseguimos um conjunto de dados, apesar de tudo, interessante.

P&S - A escolha dos países – Portugal, Grécia, Hungria, Irlanda, Espanha e Reino Unido - foi aleatória ou obedeceu a alguma lógica?
PCP - Não sei responder. Nós recebemos o convite para participar neste projeto logo na fase de elaboração da candidatura, depois quando a candidatura foi aprovada foi-nos dito que o orçamento foi cortado e não tinham o dinheiro todo que queriam. Tinham que prescindir de alguns países, inicialmente o grupo era mais vasto e Portugal era um dos países que iam deixar cair. Mas depois quando a Fundação Calouste Gulbenkian soube, interveio e como tinha sido um dos financiadores importantes do estudo fez com que Portugal voltasse a ser considerado porque eles estavam particularmente interessados em conhecer estes resultados e voltamos a estar integrados no projeto. Mas qual foi o critério para que fossem estes países e não outros, não sei.

P&S - Em que contexto fica Portugal, no meio desses países analisados?
PCP - A impressão que eu retiro do estudo europeu é que não existe um país ou um conjunto de países que tenha sido mais afetado do que outro. De facto há impactos transversais, a crise é geral a nível europeu. Este é um dado que temos confirmado através de outros contactos informais que vamos tendo com colegas no âmbito de outros projetos europeus. As áreas se calhar são diferentes, num país avançou-se mais numa área, em termos de prestações houve cortes drásticos, noutro país se calhar foi em termos dos apoios às instituições ou organizações. Mas todos os países que foram considerados neste estudo foram realmente afetados e Portugal está numa situação precária como os outros países. Não me parece que ficamos nem melhor, nem pior, estamos ao nível do que está acontecer neste momento em relação ao retrocesso muito grave a nível europeu em todas estas matérias.

P&S - Das medidas de austeridade compiladas no estudo europeu, quais foram as que, em Portugal, criaram mais angústia às pessoas com deficiência e causam mais indignação?
PCP - As áreas foram todas afetadas, todas aquelas que exploramos no estudo encontramos evidências que tinha havido de facto impactos negativos destas medidas de austeridade. Em termos dos serviços sociais, ou seja, toda a prestação de serviços que é feita às pessoas com deficiência. Ao nível das prestações, apesar de tudo foi onde não se sentiram tantos efeitos. Mas esta minha resposta tem que ser enquadrada numa noção muito clara de que as nossas prestações são baixíssimas. Houve uma situação que se manteve, mas é preciso sublinhar que continua a ser insuficiente. Na proteção dos direitos é preciso dizer que há impactos muito severos, quer diretos, quer indiretos. Encontramos até na própria capacidade das associações se organizarem na proteção desses direitos, impacto indireto, encontramos aí alguns efeitos importantes. Foi de uma forma transversal.

Esfl foundation
FONDATION DE FRANCE
FONDAZIONE BANCA DEL MONTE DI LUCCA
FONDAZIONE CRT
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Fundación ONCE
SA BANCI VAKFI
The ATLANTIC Philanthropies

P&S - Neste cenário, a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) e da Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 estão ameaçadas?
PCP - Esta é realmente uma das grandes conclusões deste estudo. Apesar de ter havido um entusiasmo enorme com esta Convenção, dos países terem subscrito rapidamente, da própria EU o ter feito, o que é inovador. Na prática esta crise económica e financeira está a ter um impacto enorme e está a pôr em risco, de facto, a efetiva existência desses direitos para as pessoas com deficiência.

P&S - Mas ainda assim consegue desenhar um futuro otimista?
PCP - Quando olhamos para o quadro geral é difícil ter essa perspetiva otimista. É evidente que quando olhamos para trás no tempo e recuamos alguns anos é evidente que conseguimos ver um progresso e mal seria se ele não tivesse de todo existido. Era inevitável que as coisas mudassem e fossem mudando obviamente para melhor. Agora o que me pode dar algum alento mais e dar alguma esperança ou otimismo é pensar que hoje as organizações e as pessoas estão mais despertas para os seus direitos e também existe uma ligação mais forte entre o meio académico e o movimento associativo. Essa ligação mais forte vai com certeza tornar visíveis e tornar públicas, com rigor e fundamentação as situações que anteriormente eram mais facilmente descredibilizadas "isso é uma história particular, isso é o seu caso, mas não é aquilo que se está a passar com todas as pessoas". Hoje em dia começamos a ter alguns estudos e alguns dados que podemos muito claramente colocar em cima da mesa. Esta ligação é o que me dá uma réstia de otimismo porque penso que é a afirmação de um dado novo que não existia no cenário anteriormente e que poderá fazer uma pressão no sentido da mudança.

P&S - As pessoas ainda parecem relutantes em lutar pelos seus direitos. Sente isso?
PCP - Completamente. Nós não temos na nossa sociedade portuguesa uma cultura de direitos humanos. As pessoas, quando lhes falam de direitos, pensam na prestação social, pensam na pensão ou no subsídio, mas é muito mais do que isto. Quando falamos da CNUDPD falamos de uma nova dignidade que seja reconhecida às pessoas, de uma participação ativa das pessoas a todas as esferas, uma transformação profunda e a vários níveis da própria sociedade, no sentido de não ser uma sociedade organizada apenas em função de um número restrito de pessoas mas uma sociedade pensada para a diversidade humana. Isto é um desafio enorme, é uma mudança muito profunda, só poderá acontecer com todas as pessoas envolvidas, começando com as próprias pessoas com deficiência. Quando nos referimos às vezes nas entrevistas que fizemos no âmbito deste projeto, em alguns casos, quando perguntávamos às pessoas se elas tinham sido discriminadas e as próprias pessoas não têm essa linguagem no seu quotidiano. Elas não têm essa imagem de dignidade que a convenção traz, o que elas têm muitas vezes é uma história interiorizada que a deficiência é a causa de todos os problemas, mas o que se passa é que a sociedade não está preparada nem organizada de forma a permitir a participação das pessoas com características diversas, vai excluindo, vai pondo à margem aqueles que têm essa diversidade. Há aqui um desafio muito grande que passa também pela tomada de consciência das próprias pessoas, da sua dignidade, do respeito que essa dignidade deve merecer e da necessidade de uma mudança social muito profunda.

P&S - De que forma as conclusões deste estudo serão utilizadas?
PCP - Precisamos conhecer os problemas e de os caracterizar para apontar os caminhos e as trajetórias para os ultrapassar. Este estudo serviu para chamar a atenção para esta problemática, colocar um enfoque nestas situações, documentar aquilo que se está a passar e também refletir aquilo que é necessário fazer tanto a nível europeu como a nível nacional para inverter este caminho que está a ser tomado.

P&S - Já está alguma coisa programada?
PCP - Isso compete um bocadinho a todos nós. No relatório para a ONU temos que apontar essas soluções muito concretas. O estudo aponta algumas, a nível europeu, nomeadamente através da utilização no próximo quadro comunitário dos fundos estruturais um enfoque preciso e mais acutilante das condições de vida das pessoas com deficiência uma chamada de atenção do que é necessário que este grupo contínuo a ser alvo de medidas especiais, porque também é um grupo particular que está em condições de risco de pobreza, índice de desemprego, níveis de escolaridade mais baixo. É preciso que haja especialmente medidas dirigidas a ultrapassar estas barreiras neste grupo, isso é uma das grandes recomendações deste estudo e que eu penso que se aplica inteiramente a Portugal, precisamos de meter a canalização desses fundo comunitários para objetivos que de forma muito concretos possam ajudar a resolver alguns problemas que identificamos na sociedade portuguesa em relação às pessoas com deficiência e os seus direitos. Os fundos comunitários, do ponto de vista nacional há uma questão também extremamente importante, talvez não tão focada neste estudo, mas que é igualmente importante que é a questão da acessibilidade. Nós temos ainda gravíssimos problemas de acessibilidades no nosso país, sem uma acessibilidade ao meio edificado, sem acessibilidade aos meios de transporte, sem acessibilidade nos meios de comunicação e de informação nós não vamos conseguir resolver muitos destes problemas. Este é um fator quase subjacente a tudo aquilo que tem a ver com as pessoas com deficiência. Para além do esforço que deve haver continuado de integrar sempre as pessoas com deficiência quando pensamos nos objetivos para a educação, para a erradicação da pobreza, para o emprego, para além disso precisamos ter em conta que é necessário resolver este problema de acessibilidade porque sem ele não é possível as pessoas chegar ao emprego, à escola, à educação e à vida social de uma forma geral. Esse e também a questão dos apoios personalizados que me parece extremamente importante. Nós em Portugal continuamos a ter uma visão de que ao nível das políticas passa mensagem subliminar de que as famílias vão estar lá para dar apoio às pessoas com deficiência. E nós sabemos que as famílias é uma instituição que está a sofrer uma enorme transformação e as pessoas não têm essa disponibilidade e quando a têm que ter por força das circunstâncias, têm-na à custa da perda de rendimentos muito importantes, o que coloca ainda mais as famílias numa situação de insegurança económica e de pobreza. Portanto nós precisámos rapidamente de desenvolver novas medidas que criem apoios personalizados – já começamos a ter um apoio domiciliário que é um bocadinho mais abrangente já vai um pouco nesta linha, mas que é ainda insuficiente para as necessidades da pessoa. Sem acessibilidades, sem apoios para a vida independente penso que dificilmente poderemos ultrapassar estas situações. Para mim são das medidas mais importantes neste momento.

P&S - O momento atual de crise é que realmente impõe o cenário atual ou serve de desculpa para a lentidão com que se caminha ao encontro da Convenção?
PCP - Eu acho que às vezes ela (a crise) funciona de facto como desculpa. Porque nem todas as coisas envolveriam mais custos. E às vezes existe uma ideia muito restrita do que é um custo. Porque um custo pode ser minimizado quando pensamos no benefício que ele vai trazer. É a análise do custo benefício. Temos tantos exemplos disso. Veja-se numa área completamente diferente, a questão das ciclovias, desde que se criaram ciclovias em algumas cidades do nosso país, há mto mais gente a andar de bicicleta, menos gente a andar de carro e estimula-se hábitos de vida saudáveis através de uma medida que teve naturalmente os seus custos, mas os benefícios foi muito maior. As questões de acessibilidades têm um impacto extraordinário.
Um senhor que só consegue chegar ao trabalho às 11h porque precisa de um apoio que não está pensado para as pessoas que trabalham e à noite dispensa o serviço porque senão tinha que se deitar às 18h ou às 19h da tarde que é quando acabam o serviço.

"O estudo mostra que a crise económica, bem como as decisões políticas e sociais tomadas como resultado disso, estão a minar os direitos fundamentais, civis, políticos, sociais e económicas das pessoas com deficiência", resume Miguel Ángel Cabra de Luna. A conclusão que se tira deste estudo é que Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) está ameaçada, assim como a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020. A solução apontada pelo diretor das relações sociais e assuntos internacionais da Fundação ONCE passa pela colaboração estreita e criativa entre todos para encontrar caminhos alternativos que deem continuidade ao processo de inclusão das pessoas com deficiência que se tem vindo a fazer".

OPINIÃO

Políticas de educação ou o regresso ao passado

Nos últimos anos a legislação sobre educação dos alunos com necessidades educativas especiais tem vindo a afastar-se da perspetiva inclusiva para, numa lógica economicista, se centrar na colocação de alunos com determinados tipos de deficiência em escolas e turmas segregadas.
O Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro determinou a transformação das escolas de ensino especial em Centros de Recursos para a Inclusão (CRI). Criou as escolas de referência e unidades especializadas, uma forma de segregação "soft", cujo único objetivo era concentrar recursos para investir menos na educação dos alunos com deficiência.
Além disso, este Diploma limita os apoios educativos aos alunos com limitações significativas e de carácter permanente, o que significa, na prática, que a disponibilização destes apoios visa unicamente os alunos com deficiência e, mesmo no que a estes se refere, apenas aos que tiverem deficiências significativas. Depois porque cria escolas de referência para a educação bilingue para alunos surdos, escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão, unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. Esta medida implica que estas crianças, na sala de aula, apenas conviverão com crianças com a mesma deficiência.
O isolamento, como o passado provou, prejudica gravemente as aprendizagens mútuas, o processo de socialização e a futura inclusão na sociedade. A segregação não é, pois, a solução.

A Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de novembro determina que os alunos com currículos específicos alternativos que frequentaram o ensino básico passarão a ter cinco horas letivas semanais nas escolas regulares e as restantes 20 horas nos Centros de Recursos para a Inclusão ou IPSS, o que constitui mais um gravíssimo retrocesso no processo de inclusão das crianças e jovens com deficiência na escola regular, que Portugal se comprometeu a implementar.
A presente Portaria volta novamente atrás e faz renascer as escolas de ensino especial. Não pretendendo o Governo dotar as escolas do ensino regular com os meios necessários para que estes alunos possam aí cumprir a escolaridade obrigatória, usa uma forma peculiar que lhe permita afirmar que os alunos com deficiência frequentam a escola regular, muito embora passem a maior parte do seu tempo de aulas na escola segregada.
Em Portugal as políticas educativas não são devidamente pensadas, não têm por base uma análise das condições concretas das escolas e muito menos os interesses dos alunos. Decide-se num determinado sentido e mais tarde volta-se atrás nas decisões. Infelizmente nunca para melhor. Quem paga esta navegação à vista são as crianças e jovens, os pais, os professores, em suma a sociedade em geral.
Passo a passo, Portugal está a regredir a um tempo que julgávamos não poder voltar a existir. Um tempo de exclusão, de segregação, de manter crianças e jovens com deficiência armazenadas, isolando-as do contacto com os seus pares.

Esta lógica de poupança colide com o supremo interesse da criança, que Portugal se comprometeu a fazer prevalecer quando subscreveu a Declaração dos Direitos da Criança e quando ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
A Declaração de Salamanca salienta a importância da prática da inclusão nas escolas regulares, em turmas regulares, como o melhor meio de combate à discriminação, de promoção da eficiência e da otimização de recursos. A inclusão será pois a forma mais avançada de democratização das oportunidades educativas.
A estratégia da inclusão, entendida sob a dimensão curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os outros, ainda que de forma diferente e com apoios distintos.
Contrapõe-se à prática tradicional da "educação especial", que enfatizava os deficits do aluno, assentava numa perspetiva assistencialista e era ministrada em estabelecimentos segregados.

A Associação Portuguesa de Deficientes tem apresentado propostas aos sucessivos governos que visam assegurar aos alunos com necessidades educativas especiais uma educação baseada nos valores da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e condizentes com os princípios orientadores da Declaração de Salamanca, que a seguir se sistematizam:
1. A política de educação inclusiva e de qualidade tem de ser planeada com a participação da comunidade educativa, os pais, as organizações não-governamentais e os peritos, através da partilha de saberes no processo de inclusão;
2. Valorizar o processo de aprendizagem, relevando a interação e aprendizagem mútuas;
3. Diminuir a elevada concentração de alunos por escola, pela influência negativa que tem no processo de inclusão e aprendizagem;
4. Garantir a criação das equipas multidisciplinares;
5. Adaptar os currículos de acordo com os ritmos, capacidades e necessidades dos alunos;
6. Assegurar o investimento na formação inicial e contínua dos professores do ensino regular e dos professores especializados, educadores e auxiliares de educação;
7. Garantir que os alunos com NEE permaneçam na comunidade educativa da sua área de residência, assegurando o apoio centrado na sala de aula.
8. Adotar medidas sistematizadoras e clarificadoras de intervenção educativa precoce tendo como base o apoio à família e a modificação dos ambientes de aprendizagem para que a criança possa beneficiar de uma educação apropriada às suas capacidades e necessidades;
9. Assegurar a autonomia das escolas e dos meios necessários para adaptações permanentes que permitam a inclusão;
10. Apoiar a investigação, recolha, tratamento e divulgação dos dados;
11. Garantir a interação da comunidade educativa e científica.

OPINIÃO

Rogério Cação
Presidente da Direcção da Cercipeniche

"ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL NA DEFICIÊNCIA"
Sobre a competência ética, nas organizações que intervêm na deficiência

"Temos portanto, de nos instalar no desconfortável, de resistir às seduções dos caminhos trilhados, dos formulários em que se encontra solução para tudo, das atitudes estereotipadas".

Vitorino Magalhães Godinho

Os processos de intervenção comunitária no domínio da deficiência, os sistemas e todos os agentes que nele interagem, estão implícita ou explicitamente subordinados a conceitos morais que comportam valores divergentes, quer ao nível das atitudes individuais quer da participação no colectivo. A consciencialização desta realidade torna imperativo o debate ético, não por uma questão de moda mas porque dele depende, no essencial, a clarificação do papel dos Técnicos, da Família e da Comunidade nos processos de inclusão, numa Sociedade que pretendemos aberta, promotora de igualdade mas, simultaneamente, respeitadora e valorizadora da diferença. É, por isso, fundamental que identifiquemos quem são e que papéis têm os diferentes protagonistas do processo de reflexão ética na intervenção comunitária e quais são as implicações que deste debate decorrem para as pessoas com deficiência, para os profissionais, para as famílias, para as organizações ou para a comunidade.

Quando falamos de debate ético, não estamos obviamente a falar de um exercício teórico sem consequências, mas sim de uma análise reflexiva sobre as práticas, sobre as decisões que tomamos no quadro das nossas ações quotidianas e que, de uma forma mais direta ou indireta, têm implicações nos outros. É fundamental que questionemos aquilo que fazemos, particularmente aquilo que pensamos que fazemos bem, não do ponto de vista de uma eficácia subjetiva, mas sim ao nível dos impactos reais que resultam para os outros da ação que desenvolvemos. A ética é, claramente, o domínio de competência mais importante, num domínio de intervenção que tem como destinatários pessoas vulneráveis e/ou fragilizadas, e a quem temos a obrigação de ajudar a descobrir e fruir oportunidades de igualdade. Deste ponto de vista resulta um conjunto de deveres que, no caso dos profissionais, configura uma deontologia que balize a sua ação, do ponto de vista dos princípios e valores fundamentais.

A deontologia não é mais do que a projecção ética das responsabilidades que nos cabem no domínio profissional, no quadro dos deveres que assumimos de forma implícita ou explícita quando abraçamos uma actividade determinada. Quando exercemos funções no domínio das relações humanas, há vínculos que transcendem a competência técnica, remetendo-nos para outro tipo de responsabilidades que têm mais a ver com a nossa atitude, com as opções que fazemos no decurso da acção, do que com aprendizagens formais que tenhamos feito em qualquer processo académico ou formativo. É por isso fundamental que cada profissional saiba identificar os domínios deontológicos onde se move, no sentido de compreender e respeitar a dimensão ética da sua ação profissional. A reflexão ética promove uma saudável inquietude, mexe com as acomodações que são normais quando a experiência é muita, torna os profissionais mais atentos àqueles pormenores que ficam escondidos por detrás das rotinas.

Falar de qualidade em intervenção de proximidade na deficiência é hoje impossível sem se tomar como referenciais obrigatórios a ética e a deontologia, enquanto domínios indispensáveis à validação do trabalho que fazemos. Se qualquer domínio das relações humanas é apelativo de uma reflexão ética e deontológica, a habilitação e reabilitação, enquanto processo de interacção com pessoas fragilizadas ou com desvantagens, torna incontornável esse debate. É hoje claro que não basta dominar os conteúdos técnicos ou pedagógicos, não basta cumprir estritamente os normativos legais e os regulamentos organizacionais: é fundamental respeitar o outro, na sua individualidade e nos direitos que o assistem, particularmente quando somos chamados a apoiá-los ou, em situações limite, a substituí-los em processos decisórios que têm implicações, imediatas ou a prazo, na sua vida.

Como referíamos atrás, a Ética e a Deontologia são domínios predominantemente práticos. Têm a ver com as nossas atitudes como pessoas, como trabalhadores, como cidadãos. E não tenhamos dúvidas que seremos tanto melhores profissionais quanto maior for o sentido ético que pomos nas nossas acções e opções. Com impactos evidentes na qualidade do apoio que prestamos às pessoas com deficiência, como é óbvio. A certificação da qualidade é importante, mas não substitui a reflexão ética que é preciso manter em permanência na organização, até porque não há nenhum diploma ou certificado que, só por si, garanta que as respostas adequadas a problemas que uma reflexão ética pode por a nu.Talvez possamos até dizer que o maior dos desafios do futuro, a par da sustentabilidade, é conseguirmos configurar organizações que assumam a ética como um referencial distintivo, isto é, organizações eticamente competentes. A modernidade traz-nos exigências que não podemos contornar, implica cada vez mais que nos instalemos no espaço desconfortável, como lhe chamava Vitorino Magalhães Godinho, que é o questionamento permanente da ação, tendo presente que é nesse questionamento que crescemos qualitativamente, isto é, que somos realmente eficazes na ação, que atingimos patamares de efetiva qualidade. A ética, é uma ferramenta essencial para lá chegar.

Carlos Iglésias
Jurista

Lei dos Homens

Na edição anterior, efetuámos uma breve análise diacrónica da configuração constitucional dos Direitos das Pessoas com necessidades especiais. Então referimos, que a Lei Fundamental traça, no essencial, duas linhas paralelas: uma, na qual reconhece às Pessoas com Necessidades Especiais os Direitos e Deveres que são reconhecidos aos Cidadãos em geral, com salvaguarda daqueles para cujo exercício ou o cumprimento se encontrem incapacitados; outra, que comete ao Estado a obrigação de realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, de reabilitação e de integração destes Cidadãos com Necessidades Especiais, assim como a apoiar as suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos Deveres de Respeito e de Solidariedade para com eles e a assumir o encargo com a efetiva realização dos seus Direitos, sem prejuízo dos Direitos e Deveres dos pais e tutores, e bem assim, a apoiar as suas organizações. Trata-se, pois, de duas atitudes diametralmente opostas, a primeira assume um carácter passivo, de mero reconhecimento, técnica jurídica tradicionalmente utilizada na formulação de Direitos, Liberdades e Garantias, artigos 24º a 57º da Lei Fundamental, que exigem, em regra, uma abstenção por parte dos poderes públicos, e a outra ativo, tradicionalmente utilizada na formulação de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, artigos 58º a 79º da mesma Lei, que exige da parte dos poderes públicos uma atuação concreta.

No primeiro grupo, não se colocam dúvidas quanto à extensão positiva dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais, estes, coincidem com os conferidos aos restantes Cidadãos, pelo que, o seu sentido e alcance inscreve-se na problemática geral do sentido e alcance dos Direitos dos Cidadãos globalmente considerados. A questão apenas se poderá colocar quanto ao sentido e alcance da restrição a que se refere a

parte final do n.º 1 do artigo 71º da Constituição, adiante designada CRP.
Note-se, antes de mais, que as restrições relacionadas com a capacidade ou incapacidade das Pessoas não surgem apenas no domínio da definição dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais. Com efeito, na parte final do n.º 1 do artigo 47º da CRP, a propósito da Liberdade de Escolha de Profissão, aplicável a todos os Cidadãos, incluindo os com Necessidades Especiais, o Legislador coloca como limitação ao exercício daquela Liberdade, justamente, a capacidade para o exercício da profissão escolhida, sem prejuízo do requisito relacionado com o interesse coletivo. Deste modo, poderemos afirmar que este requisito de capacidade nem tão-pouco se poderá qualificar como exclusivamente relacionado com qualquer deficiência, pois, é sabido que nem todas as Pessoas revelam capacidade para o exercício de certas profissões, não obstante não serem, por esse facto ou por qualquer outro, qualificadas como Pessoas com Necessidades Especiais.
Este requisito de capacidade para o exercício de Direitos ou para o cumprimento de Deveres, terá que ser apreciado, objetivamente, embora de forma casuística ou individual, com base nas dificuldades efetivamente demonstradas por cada Cidadão, isto é, as dificuldades reveladas por um deficiente motor ou por um deficiente ao nível sensorial serão distintas, assim como entre estes últimos haverá diferenças entre um deficiente visual e um auditivo ou entre qualquer destes e um deficiente múltiplo. Assim, não se poderá exigir a um deficiente auditivo que exerça a profissão de telefonista nem a um deficiente visual que decifre textos manuscritos. A título meramente exemplificativo, o Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de Fevereiro, que estabeleceu o sistema de quotas de emprego para Pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade funcional igual ou superior a 60%, em todos os Serviços e Organismos da Administração Central, Regional Autónoma e Local, no n.º 4 do seu artigo 3º, exclui desta quota os concursos destinados ao recrutamento de trabalhadores para o ingresso nas carreiras com funções policiais nas forças e serviços de segurança e do corpo da Guarda Prisional, por se entender, salvo melhor, que aqueles Cidadãos com Necessidades Especiais, abstratamente considerados, em razão da respetiva deficiência, qualquer que ela seja, não reúnem a aptidão exigida. Trata-se, pois, de um exemplo paradigmático de restrição, ainda que implícita, na medida em que este diploma não impede a candidatura mas apenas não confere uma preferência ao respetivo candidato com deficiência, ao exercício do Direito Constitucional de Escolha de Profissão, plenamente justificável à luz das normas e princípios constitucionais.
No plano da ação que o Estado deverá desenvolver em prol das Pessoas com Necessidades Especiais, refira-se, antes de mais, dada a sua conexão com o tópico anterior, que incumbe ao Estado assegurar a efetiva realização dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais, sem prejuízo dos Direitos e Deveres dos pais ou tutores. Assim, a efetiva realização dos Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais, encontra-se, em primeira linha, cometida ao Estado, que deverá garantir o acesso aos bens, económicos, sociais e culturais, disponibilizados aos restantes Cidadãos, em condições de igualdade, o que poderá exigir, designadamente uma intervenção no domínio do acesso ao meio físico ou à sociedade da informação, etc, que poderá implicar adaptações nesses mesmos domínios. Todavia, paralelamente, os pais e tutores exercem os respetivos Direitos e Deveres, nos termos da Lei, designadamente dos artigos 1874º e seguintes, em especial, 1877º e seguintes e, quanto aos tutores, 1935º e seguintes, todos do Código Civil, cujo regime permite recortar os domínios nos quais o Estado não terá que intervir, sem prejuízo, naturalmente, da intervenção que nesse âmbito realiza relativamente a qualquer Cidadão. De entre estes Direitos e Deveres , destaca-se a imposição aos pais do Dever de proporcionar aos filhos, em especial, aos diminuídos física e mentalmente, adequada instrução geral e profissional, correspondente, na medida do possível, às aptidões e inclinações de cada um, como estabelece o nº 2 do artigo 1885º do Código Civil.

PLURAL & SINGULAR

PUBLICITE AQUI

SAÚDE E BEM-ESTAR

Feira Normédica/Ajutec
Um espaço de reflexão e convívio

SAÚDE E BEM-ESTAR

Feira Normédica/Ajutec

Um espaço de reflexão e convívio

Em média, visitaram a Normédica – 13.ª Feira da Saúde / Ajutec – 14.ª Feira Internacional de Tecnologias de Apoio para Necessidades Especiais, mais de um milhar e meio de pessoas, por dia. Este é um evento que junta expositores que vão desde empresas a associações e entidades oficiais e formativas, a consumidores, cuidadores, especialistas, alunos… No total foram 6.544 os visitantes.

Texto: Paula Fernandes Teixeira e Sofia Pires
Fotos: F. Teixeira / Exponor

A Normédica/Ajutec decorreu, de 9 a 12 de maio, na Exponor – Feira Internacional do Porto. A Plural&Singular esteve lá durante os quatro dias e agora faz-lhe um périplo por uma feira que, sobretudo no universo Ajutec, é uma das referências nacionais da área da deficiência.

Produtos e tecnologias de apoio para pessoas com necessidades especiais, geriatria, oferta de emprego, atividades lúdicas, convívio com associações e com instituições e prestadores de serviços inerentes ao setor eram os atrativos da Ajutec.

Some-se a esta área, os produtos, equipamentos e serviços para unidades de saúde (hospitais, clínicas, centros de saúde, consultórios médicos), os sistemas de gestão hospitalar, a informática - software, investigação - ciência - inovação (universidades), serviços de saúde públicos e privados, a biomedicina e biotecnologia, do universo Normédica.

Em jeito de balanço da feira, à Plural&Singular, a organização considerou que "num ano de conjuntura económica desfavorável, com a diminuição de apoios ao nível do acesso a ajudas técnicas e cuidados de saúde", foi "extremamente positivo que cerca de 91 entidades, desde empresas, a associações e institutos tenham participado".

"Outro aspeto positivo", destacado pela organização, "reside na adesão de empresas oriundas de segmentos que não são tradicionalmente expositores dos certames". Nesta linha, nota para a presença de gabinetes de arquitectura, empresas de software, empresas com soluções de telemetria, entre outros que têm vindo a orientar os seus produtos e serviços para um novo nicho de mercado.

"Os espaços de demonstração e as atividades lúdicas – Espaço Desporto Adaptado, Danças Inclusivas, Terapias Assistidas por Animais, Leitura Especial, Casa AT1VA –, e as variadas conferências, seminários e workshops, resultado de parcerias desenvolvidas, dinamizaram a massa crítica do setor e rechearam os certames com conteúdo (in)formativo", destacou, ainda, a organização.

A Normédica/Ajutec, edição de 2013, contou com muitos eventos paralelos ao espaço da feira, desde atividades e demonstrações de terapias assistidas por animais, a desporto adaptado, dança (ver caixa). Estes são alguns exemplos que demonstram o carácter especial desta feira, aliás como descreveu, à Plural&Singular, a organização.

"Extravasa o contexto comercial para um plano mais alargado da reflexão sobre o setor da saúde português e respetivas políticas nacionais, bem como do fomento do debate do papel do Cidadão com Deficiência na Sociedade, seus direitos e obrigações, das ações de cooperação que a sociedade deve realizar no sentido de promover a justiça social, entre outras questões. São, pois, feiras com alma muito particular", afirmaram os organizadores.

Assim, estas feiras são consideradas "espaços por excelência para apresentação de produtos e serviços junto de quem procura, com efetivo interesse, essas mesmas soluções". Desta forma, criam-se espaços e oportunidades "únicos" de debate de ideias e de criação de negócio.

"A Normédica/Ajutec assume uma particular importância dado tratarem-se dos únicos certames com este perfil que se realiza em Portugal", concluiu a organização.

Ao todo foram 91 os expositores presentes: 30 organizações e 61 empresas. A Normédica/Ajutec regressa às Exponor em maio de 2015.

13.ª
Edição da Normédica

14.ª
Edição da Ajutec

9, 10, 11 e 12
Maio de 2013 – Dias da Feira

1.636
Média de visitantes por dia

6.544
Total de visitantes

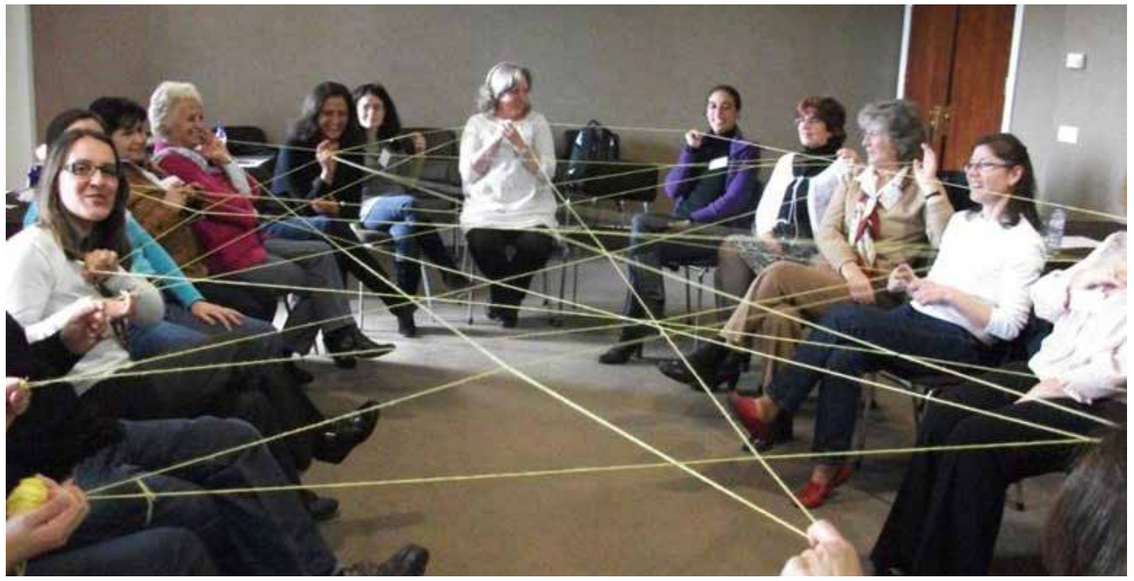
91
Total de expositores

30
Entidades oficiais/públicas/associativas/formativas

61
Empresas

2015
Próxima edição da Normédica/Ajutec

Associações marcam presença: **“Pais-em-Rede”** apresenta “um conceito diferente de apoio”



De entre mais de três dezenas de associações e entidades oficiais e de caráter universitário/formativo, destaque para a “Pais-em-Rede” que se apresentou na Normédica/Ajutec com a convicção de que estas feiras constituem “uma imensa mais-valia para qualquer tipo de associação, família, visitante…”.
Maria Arbués Moreira é a coordenadora do Porto da “Pais-em-Rede. Ligou-se a este projeto há três/quatro anos. É mãe afetiva de uma menina portadora de paralisia cerebral, a Sofia de 28 anos.
“A Pais-em-Rede faz o interface entre os pais e as instituições. Um espaço como este [feira na Exponor] tenha mais dinamismo ou menos dinamismo, tenha mais stands ou menos stands, é um espaço onde as pessoas procuram alguma coisa. Na Pais-em-Rede, todos os seus sócios não pagam qualquer tipo de quota porque é importante chegar a todos. Cobrar quotas não é a política do movimento. Estar aqui acaba por ser enriquecedor porque as pessoas realmente interessadas em evoluir, vêm a este espaço. Porque é aqui que estão as ajudas técnicas, é aqui que está uma série de soluções”, refletiu Maria Arbués Moreira.
Para angariar fundos a “Pais-em-Rede” tem vindo a lançar alguns produtos para venda, como a agenda de 2012 sobre as profissões. Entretanto, em 2013, decidiram

avançar com a edição de livros ligados à deficiência.
Maria Arbués Moreira nota que existem “grandes lacunas de informação” sobre a deficiência em Portugal e “a força da ‘Pais-em-Rede’ vê-se também”, segundo descreveu a coordenadora, “nas conversas e ajudas que nascem espontaneamente numa feira ou evento”.
“Ontem tivemos aqui uma mãe perdida a dizer que a escola não lhe dá resposta. E dentro do banco de voluntários do ‘Pais-em-Rede’, uma é mãe, outra é técnica de ensino especial, outra é professora e outra é advogada mas também é mãe e já passou pelo mesmo percurso… E assim, conseguimos apresentar soluções e ideias… Apresentamos as pessoas ideias, as pessoas certas. Portanto, um menino que não ia frequentar a escola e a mãe ficaria desempregada em casa para cuidar dele, em princípio, terá o seu problema resolvido”, contou.
Em resumo, a “Pais-em-Rede”, procura “inserir a pessoa onde se sabe que existe esta ou aquela resposta” e “é transversal em relação às incapacidades e deficiências”. O grande objetivo é “ajudar as famílias, os pais, os cuidadores…”. “Existem associações que dão apoio às crianças… Um menino com autismo que necessita de apoio, de um espaço para se desenvolver… E a mãe? Quem é que dá apoio à mãe? Quem é que conversa? Quem é que a capacita? A ‘Pais-em-Rede’ apoia a mãe. O objetivo grande é capacitar os pais”, descreveu Maria Arbués Moreira.
A partilha de experiência é, assim, o mote que explica o que é a “Pais-em-Rede”. “Interajuda entre pais e profissionais” é, no fundo, a síntese desta associação que, no entanto, sem deixar de ser uma associação tem um conceito diferente das tradicionais associações.
Sobre novos projetos da “Pais-em-Rede”: está na forja a criação de bolsas de pais/oficinas de pais que terão como objetivo dar competências para ajudar os seus filhos ao nível da inclusão.
“Isto é complicado… Estamos todos formatados para ter um filho feliz, bonito, perfeito que vai crescer, ganhar asas e voar. Quem tem um filho com deficiência que não vai ter asas, não vai crescer, não vai ser independente, ao mesmo tempo que nós, pais, vamos envelhecer e deixar de constituir solução. E quais são as soluções que existem para quando os pais não estiverem capazes. Nenhumas. Esta é das maiores angústias dos pais… Esta e a inclusão deles na sociedade, no mercado de trabalho, são as principais angústias”, concluiu a coordenadora do Porto.

De entre mais de meia centena de empresas, destaque para a **ColorADD**, parceira para as acessibilidades

O que é o ColorADD? "É um sistema pioneiro e inclusivo de identificação de cores para daltónicos, de criação portuguesa e com o processo de internacionalização em curso", assim é descrito este projeto liderado por Miguel Neiva. A empresa que dá vida à ColorADD esteve presente na Normédica/Ajutec, onde foi, aliás, parceira para as acessibilidades, através da sinalética da feira que continha este código.

Partindo da convicção de que 90 por cento da comunicação no mundo é feita através da cor e lembrando que existem 350 milhões de daltónicos, a ColorADD criou um código de cores que pretende incluir todos porque, conforme diz o lema deste projeto "A Cor é para Todos!".

"A ColorADD é um projeto único, inovador, universal, transversal e inclusivo, desenvolvido com base nas três cores primárias, representadas através de símbolos gráficos, o código assenta num processo de associação lógica e de fácil memorização. O conceito de adição das cores torna-se um 'jogo' que permite ao daltónico através do conhecimento adquirido, relacionar os símbolos - Identificando as cores que representam, pela conjugação de formas aliadas às combinações cromáticas elementares", refere a nota explicativa da ColorADD, remetida à Plural&Singular, pelos seus responsáveis. "O branco e o preto surgem para orientação das tonalidades claras e escuras. Simples de memorizar e aplicar em situações do dia-a-dia, o código tem o intuito de minorar o problema da parcial ou total 'cegueira da cor' dos daltónicos", continua.

Com este código, a ColorADD pretende "oferecer ao daltónico a independência aquisitiva", "a fácil integração social em situações onde a escolha da cor é relevante", e "minimizar o sentimento de perda gerado pela errada interpretação da cor". Consequentemente dá-se "o aumento de bem-estar e autoconfiança".

Conforme dados desta empresa, o código ColorADD já integra alguns setores de atividade como a educação, a saúde, os transportes, o têxtil, o calçado, entre outros, estando presentes em hospitais, transportes públicos, escolas e universidades, bem como na indústria de material escolar e didático. Algumas autarquias e entidades de turismo e culturais também têm vindo a aderir de "forma transversal" a um código que "procura incluir".

Outras atividades… Como por exemplo: **Dança sobre Rodas**

São bailarinos profissionais e estão em terceiro lugar do ranking mundial da modalidade… Daniele Oliveira, brasileira, e Nuno Sabroso, português, constituem a dupla pioneira da dança em cadeira de rodas em Portugal. Começaram em 2010 o projeto "Dança sobre Rodas", integrado nas atividades do Vitória Futebol Club de Setúbal.

No domingo, na Normédica/Ajutec, esta dupla não teve oportunidade de parar, dadas as solicitações para que mostrassem a sua arte: Nuno a pé e Daniele em cadeira de rodas dançam vários ritmos. Esta modalidade, mais praticada no Brasil, Alemanha, Rússia e Holanda, por exemplo, não integra os Jogos Paralímpicos mas é reconhecida pelo Comité Paralímpico Internacional. Este par é um dos mais medalhados nacional e internacionalmente.

"Em Portugal a dança em cadeira de rodas para competição não existia, mas procurei pessoas que quisessem fazer e iniciei esta modalidade. Conheci o Nuno [par masculino – Nuno Sabroso] que já competia com outras bailarinas mas não em cadeira de rodas. E temos feito campeonatos pelo mundo todo. Vamos participar no campeonato mais importante do ano que é na China em setembro. Vamos tendo muitos projetos e iniciativas", descreveu, à Plural&Singular, Daniele Oliveira.

A bailarina lamenta, apenas, alguma falta de apoio, aproveitando para agradecer aos que lhe são próximos: "Devemos esse terceiro lugar [ranking] aos amigos e às pessoas que admiram o nosso trabalho. Não é fácil. Não temos qualquer apoio público para este trabalho. É complicado ter de viajar sempre para conseguir boas classificações que representem bem o país. Era bom conseguirmos algum apoio, uma empresa, um mecenas… Ficaria mais fácil. Quem sabe se, com apoio, não seríamos os primeiros em vez de terceiros…", disse.

Daniele e Nuno partilham uma grande ambição: chegar cada vez mais longe e "abrir portas" a mais pares de dançarinos em cadeira de rodas.

"Ficar em primeiro é uma ambição porque seria uma grande prova de reconhecimento. Mas já tivemos muitos primeiros lugares, mesmo não o tendo. O impacto que estamos a conseguir ter, que ainda não é suficiente, também já é muito bom, é

um primeiro lugar. As pessoas já nos reconhecem. É interessante saber que estamos a chegar às pessoas", disse, por sua vez, Nuno Sabroso.
O bailarino reconhece que as dificuldades são muitas "num país em crise", onde falta "dinheiro para o essencial", escasseando, "então ainda mais para a cultura e para as artes". "Mas pelo menos estamos aqui a abrir portas. Mesmo que não sejamos nós a continuar este projeto, quem vier poderá ter mais facilidades", referiu.
Esta dupla tem promovido bailes inclusivos e workshops inclusivos para pessoas com e sem deficiência. Recentemente estiveram em países como: Cabo Verde, Eslováquia, França, Holanda e Alemanha.
Questionados sobre se notam diferenças e melhorias, destacam a "melhor locomoção em cadeira de rodas" que é alcançada através da dança, à qual chamam de "uma espécie de terapia".

O espaço de demonstrações e atividades lúdicas da Normédica/Ajutec recebeu, também, atletas de três desportos adaptados: boccia, goalball e ténis em cadeira de rodas.
Nota para o espaço de atividades da Biblioteca Florbela Espanca, biblioteca municipal de Matosinhos, que contou com ateliês de sensibilização e educação sobre deficiência visual, gincanas e aprendizagem do sistema de escrita e leitura "Braille".
Esteve, também disponível, durante toda a feira, um espaço testdrive de veículos adaptados e para visita a Casa AT1VA – Casa Adaptada a todos os Cidadãos Ativos.
O Espaço de Demonstração de Terapias Assistidas por Animais serviu para mostrar como "os animais podem ser uma presença na vida do Homem, através de terapias assistidas por cães e cavalos".

Filipa Faria
Diretora do Serviço de Reabilitação de Adultos 1 do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

Acidentes de Mergulho – importante causa de Lesão Medular

Chega o Verão e… chegam também os acidentes de mergulho. Os mergulhos em praias, rios, lagos e barragens (locais com águas pouco profundas) estão na origem de muitos casos de traumatismo grave da coluna cervical, resultando quase sempre em sequelas importantes, muitas vezes irreversíveis. São sobretudo adolescentes e adultos jovens, saudáveis, do sexo masculino, que sofrem este tipo de acidente, uma importante causa de LESÃO DA MEDULA!
Estes acidentes ocorrem com maior frequência em determinadas circunstâncias:
• Mergulho de locais altos, o que faz com que o corpo ganhe maior aceleração, aumentando ainda mais o seu peso ao bater na água
• Águas escuras, com profundidade inferior a 2m
• Ausência de placas de indicação de profundidade
• Mergulho em piscinas desconhecidas (sobretudo privativas ou residenciais)
• Ambiente de festa, ou "de brincadeira"
• Mergulho sob efeito de álcool ou drogas ou após alimentação em excesso, levando a perda de conhecimento e afogamento que podem complicar o quadro

O que pode acontecer quando mergulhamos mal?
A cabeça, ao embater no fundo da piscina, mar, rio, etc, recebe o peso do corpo e absorve o impacto, provocando uma flexão brusca do pescoço com fractura de uma ou mais vértebras cervicais e lesão da medula. As vértebras mais frequentemente atingidas são a C5 e C6.
Quais as consequências de um acidente de mergulho?
A fratura de uma vértebra cervical com lesão da medula traz consequências muito graves e frequentemente irreversíveis. A medula espinhal é a via de comunicação entre o cérebro e as restantes partes do corpo; transporta informação de todo o corpo para o cérebro e envia ordens do cérebro para as diferentes partes do corpo; controla ainda importantes funções automáticas como a bexiga, o intestino, a respiração, a função sexual, entre outras.
Se existir uma fractura da coluna cervical com lesão da medula, interrompe-se a comunicação cérebro-medula, tal como é ilustrado na figura. As consequências dessa lesão poderão ser paralisia dos músculos e ausência de sensibilidades abaixo do nível de lesão, neste caso região cervical (situação designada de tetraplegia) com perda do controlo da bexiga e do intestino e disfunção sexual. Devido à grave incapacidade motora a pessoa fica dependente de ajuda para as tarefas de vida diária, como alimentação, vestuário, banho, transferências, deambulação, etc. Tudo isto acontece de forma inesperada, repentina e frequentemente é irreversível.

Quando um acidente acontece…como saber?
• Após o mergulho o indivíduo permanece debaixo de água mais tempo do que o esperado
• Mantem-se em posição de bruços, sem se mexer
• Refere perda total ou parcial da força nos membros
• Refere formigueiro ou perda de sensibilidade em alguma parte do corpo
• Apresenta dificuldade em respirar
• Queixa-se de dor ou pressão no pescoço, cabeça ou costas

Pessoas que assistem podem não se aperceber do acidente ou não estar preparadas para prestar o socorro e realizarem manobras que podem agravar a lesão.
Como prestar socorro?
O socorro da vítima é fator determinante para o não agravamento do quadro neurológico, já que manobras intempestivas podem contribuir para o agravamento da lesão.
• Ligue para o 112, explique a situação do acidente e siga as instruções dadas
• Acalme a vitima e aguarde pelo socorro especializado
• Não retire a pessoa da água sem imobilizar a coluna cervical
• A pessoa mais habilitada deve, ainda com a vítima dentro de água, colocar uma prancha de madeira ou algo semelhante, das costas à cabeça para evitar a deslocação do pescoço e apoiar o pescoço dos lados com toalhas dobradas; colocar ainda uma faixa (pode ser um cinto) que deve ser passado na região da testa e na cintura

Como prevenir os acidentes de mergulho?
• Não mergulhe em águas desconhecidas ou turvas
• Antes de mergulhar, verifique a profundidade do local
• Não mergulhe em águas com menos do dobro da sua altura
• Quando mergulhar, estenda os braços para proteger a cabeça e o pescoço
• Não participe nem permita brincadeiras quando vai mergulhar
• Não mergulhe sob o efeito de bebidas alcoólicas ou drogas

A melhor forma de prevenção destes acidentes é a informação. Muitos acidentes de mergulho poderiam ser evitados se fossem tomadas algumas precauções. Divulgue estas informações e...Bom Verão!

OPINIÃO

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS

Terapia Ocupacional no meio aquático - uma nova e promissora abordagem

A terapia ocupacional desenvolve a sua abordagem no sentido de promover o desempenho das atividades e ocupações desejadas pela pessoa ou seus cuidadores. Neste sentido, pode intervir em diferentes fases da vida, desde bebes recém-nascidos até às pessoas com idade mais avançada, uma vez que em todas elas é a capacidade de se envolver em atividades e ocupações que permite o desenvolvimento e saúde. Tradicionalmente o terapeuta ocupacional desenvolvia a sua abordagem exclusivamente em contexto terrestre e em três elementos distintos:

Pessoa - de qualquer faixa etária que tenha (ou esteka em risco de vir a desenvolver) alterações na sua capacidade de realizar atividades e ocupações. Pode intervir ao nível da re(h)abilitação de competências sensoriais, motoras, percetivas e cognitivas, utilizando para tal técnicas e métodos específicos.

Ambiente - após a análise do ambiente, pode propor alterações no ambiente físico ou social no sentido de facilitar a realização das atividades e ocupações.

Ocupação - desenvolve a análise das ocupações significativas para a pessoa, identificando as suas exigências ao nível sensório motor, percetivo e cognitivo, podendo propor alterações na sua realização de modo a potenciá-la.

Nos últimos anos vários terapeutas ocupacionais, em diferentes pontos do mundo, têm vindo a desenvolver a sua intervenção também em contexto aquático. Fisher et al (2001) defendem que as atividades aquáticas constituem uma importante área de intervenção do terapeuta ocupacional frisando que estes profissionais intervêm no meio aquático de forma única porque focam na sua abordagem em múltiplas competências fundamentais para o desempenho ocupacional (cognitivas, físicas e psicossociais).

O terapeuta ocupacional acredita que o desenvolvimento de terapia aquática focando os múltiplos aspetos da funcionalidade humana e utilizando as características físicas (força da impulsão e pressão hidrostática) e hidrodinâmicas da água (resistência, esteira e turbulência), constitui uma mais-valia para a abordagem no processo de reabilitação do indivíduo, contribuindo também para o seu maior envolvimento ativo no processo terapêutico. Em contexto aquático, com bebés e crianças, o terapeuta ocupacional intervém no sentido de:

potenciar o processo de desenvolvimento global e aprendizagem, estimulando as principais competências de desempenho (força, amplitude de movimento, coordenação global e fina, atenção, concentração, entre outros);

promover a sua adaptação ao meio aquático (possibilitando assim o acesso a uma atividade socialmente aceite e expetável para esta faixa etária);

facilitar a integração num grupo de aprendizagem da natação.

Para tal é comum para além da intervenção direta no interior da piscina o terapeuta ocupacional desenvolver a sua intervenção também nos espaços contíguos à mesma, realizando aí treinos de atividades específicas, como a mobilidade e orientação no espaço, a higiene pessoal e o vestuário. Assim poderá encontrar, no nosso país, um terapeuta ocupacional a trabalhar em piscina com crianças em diferentes tipos de instituições: CERCI's, IPSS'S, Piscinas Municipais e Hospitais.

Hulls D. et al (2006) desenvolveu um estudo com um grupo de crianças com perturbação do espectro do autismo que realizaram terapia ocupacional em contexto aquático durante um período mínimo de um mês, tendo-se verificado uma evolução positiva ao nível das suas capacidades de adaptação ao meio aquático, capacidade de manutenção em segurança, tolerância ao toque e contato visual (iniciação e manutenção).

Com a população adulta, é comum os terapeutas ocupacionais trabalharem em meio aquático com pessoas com alterações psiquiátricas. Neste grupo populacional o terapeuta ocupacional tira partido de todos os benefícios que o meio aquático pode trazer, nomeadamente pelas suas características físicas e térmicas e através da exploração da hidrodinâmica. Estas características irão trazer benefícios a nível postural e do equilíbrio, promovem um aumento da consciência corporal e das competências motoras de uma forma geral.

Através do envolvimento das pessoas em diversas atividades na piscina procura-se também que estas participem numa ocupação que gera prazer e bem-estar, para assim aumentar a motivação, o sentido de competência e eficácia e estimular a capacidade de resolução de problemas. O objetivo será atuar sobre alguns componentes (físico, cognitivo e afetivo) nos quais possam existir défices e deste modo promover um melhor desempenho ao nível das ocupações significativas para cada individuo.

Através da participação das pessoas neste tipo de atividade é também possível estimular o envolvimento noutras ocupações que, apesar de muitas vezes não serem significativas para o individuo, são necessárias para o seu quotidiano, nomeadamente ao nível da higiene pessoal e da gestão doméstica.

Nas pessoas idosas a terapeuta ocupacional Americana Stacy Yagow (2006) defende que este setting de intervenção deve ser incluído no plano terapêutico e em diferentes condições clínicas.

No nosso país os terapeutas ocupacionais têm vindo a desenvolver em piscina atividades aquáticas desafiadoras e dinâmicas que permitem aos idosos aumentar os seus índices de autonomia. Com esta população, os terapeutas ocupacionais intervêm com idosos:

saudáveis e que vêm na ida à piscina uma atividade significativa e gratificante, que lhes permite estimular capacidades de forma a manter as competências físicas e cognitivas;

desenvolver atividades que permitem estimular capacidades e restaurar funções perdidas devido a situações patológicas (quadros demenciais, sequelas de acidente vascular cerebral, entre outros).

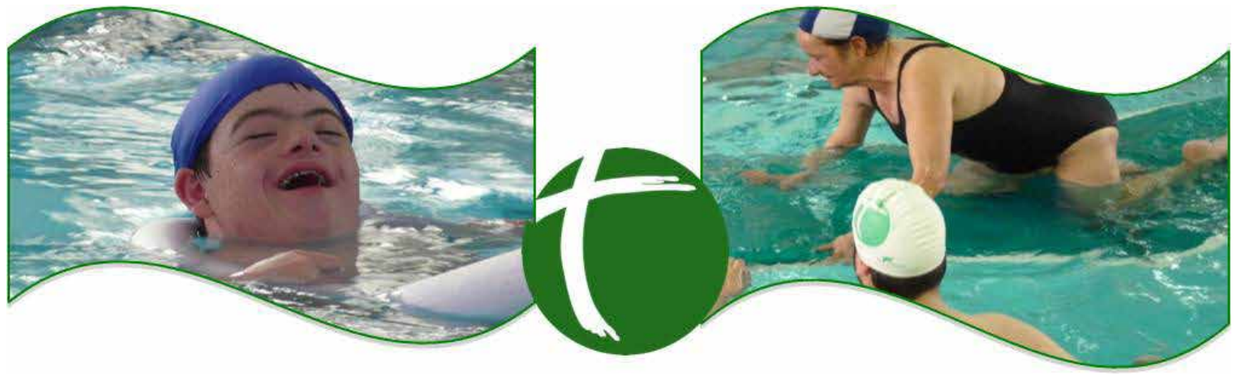
Assim reforçamos que se vê a piscina como um espaço agradável e pretende aumentar a sua capacidade de realizar as suas tarefas do dia-a-dia de forma independente, procure um terapeuta ocupacional para trabalhar consigo na terapia aquática!

Referências Bibliográficas

Fischer M., Kratz A., Jimenez B., Watson C., Spence C., Sanford T., Goertz H., Scolaro M. (2001). Aquatic Therapy: An Occupational Perspective. OT Practice Online.

Hulls D., Walker L., Powell J. (2006). Clinicians' perceptions of the benefits of aquatic therapy for children with autism: a preliminary study. Physical & Occupational Therapy in pediatrics. 26(1/2).

Yagow S. (2006). Aquatic Therapy: an innovative approach to practice with older adults. Special interest section quarterlty gerontology 29(4),1-4



Jorge Cardoso
Psicólogo Clínico/Sexólogo, Professor Universitário
jorgecardoso.psi@gmail.com

Mitos Sexuais

Em torno da sexualidade gravitam inúmeras crenças falaciosas, todas elas com um denominador comum – condicionam negativamente a vida sexual e, por vezes, surgem associadas ao aparecimento de dificuldades, ou mesmo, disfunções sexuais. Estas ideias falsas, também conhecidas como mitos sexuais, encontram-se fortemente enraizadas na sociedade, perpetuando-se ao longo dos tempos quase de um modo doutrinal.

Saliente-se que os mitos sexuais que de seguida apontamos, constituem apenas uma amostra, de uma "coleção" bastante mais vasta.

• Sexualidade é sexo, e sexo são relações sexuais (genitais – coito – orgasmo). Erotismo, intimidade, cumplicidade, sintonia emocional, partilha afetiva, ternura, carícias, entre outros, estão relacionados mas...pertencem a uma espécie de segunda divisão. A conotação do "verdadeiro sexo" com a penetração, acaba por ser legitimada pela malfadada designação "preliminares", que de acordo com qualquer dicionário significa: «aquilo que precede o assunto principal».
• Homem que é homem tem permanentemente desejo sexual e está sempre pronto para a ação.
• A tomada de iniciativa por parte da mulher significa que o parceiro não está a corresponder às suas necessidades sexuais.
• Uma mulher que verbalize as suas fantasias sexuais ao companheiro é devassa ou "tarada sexual".
• O sexo é para se fazer e não para se falar. Por outras palavras, o "bom sexo" é aquele que se instala espontaneamente, sem planeamento e com o mínimo de conversa – os bons parceiros sexuais intuem reciprocamente os pensamentos e desejos.
• A masturbação é tolerável entre os adolescentes e os solteiros (nunca em excesso, senão sofrem-se as consequências – cansaço, acne, e outras doenças resultantes do enfraquecimento corporal), mas jamais quando se tem parceira/o sexual.
• Não é adequado ter fantasias sexuais durante o envolvimento sexual – no mínimo, tal significa insatisfação com o/a companheiro/a.
• As mulheres "normais" obtém orgasmo sempre que têm relações sexuais, caso contrário, provavelmente são "frígidas".
• Todas as mulheres têm a possibilidade de ter múltiplos orgasmos, pelo que, quando não passam do primeiro é porque algo não está bem.
• O "verdadeiro orgasmo" é aquele que é obtido em simultâneo pelos parceiros sexuais.
• O excesso de actividade sexual na juventude faz cessar mais cedo a vida sexual, pelo que, "a poupança rende juros posteriormente".
• O coito e a ejaculação conduzem, principalmente entre os idosos, a um gasto excessivo de energia, que debilita o organismo, podendo retirar alguns anos à esperança de vida.

Se nos detivermos especificamente no âmbito das pessoas com deficiência física, encontramos mais um conjunto de mitos, todos tendencialmente depreciativos.

• São assexuados ou desprovidos de desejo sexual.
• Mesmo que tenham desejo sexual, são disfuncionais.
• São malignamente libidinosos ("tarados sexuais").
• São masturbadores compulsivos.
• Coitados, não podem ter filhos... O que todavia acaba por ser uma sorte, senão como é que seriam capazes de fazer face às necessidades dos seus descendentes?
• São bons amigos... Não há razões para ter receio de qualquer avanço sexual.
• Não se deve ter conversas com conteúdos sexuais para que não se apercebam daquilo que "estão a perder".
• Um relacionamento afetivo-sexual entre uma pessoa com deficiência e alguém de corpo são deve-se, com certeza, a interesses materiais ou, numa perspetiva mais "dócil", reflete uma atitude de extremo altruísmo.
• A união entre pessoas portadoras de deficiência representa a única escolha possível – 'quem mais o/a poderia querer?'

Parte da intervenção dos sexólogos passa por desconstruir estes mitos. Deste modo, se quer ser amigo de si próprio, da(o) sua/seu companheira(o) e da vida sexual de ambos, e se alguma das crenças atrás referidas se atravessam na sua vida sexual, abra-lhes a porta da saída.

Marta Figueiredo
Psicóloga Clínica
m.ffigueiredo12@gmail.com

O ser e a família

Existimos, porque num determinado momento, no nosso corpo, uma união celular cooperou e contribuiu para que o processo evolutivo de um ser fosse possível. Este processo é ansiado pelos progenitores, quando nos referimos ao planeamento do nascimento de um filho, a experiência é pessoal, num ponto somos todos bastante semelhantes, todas as forças são direccionadas para que o ser se desenvolva e cresça saudavelmente.
Estamos comummente preparados para lidar e criar um ser "perfeito" e certamente que é isso que esperámos. Mas e com um ser "imperfeito"? Quando o filho nasce com deficiência (física ou mental), considera-se uma prova delicada e obliterada para os progenitores, projetamos nos nossos filhos uma continuidade do eu. As expetativas em relação ao futuro membro da família levam a um processo de aceitação que abarca fases distintas e é vivenciada diferenciadamente pelas pessoas mais próximas.
Lidar com a novidade pende na forma como nos ajustamos ao novo estilo de vida, apesar da vulnerabilidade o núcleo familiar necessita de novas regras reestruturar e reconsiderar alguns parâmetros. São associados sentimentos que ao longo do tempo acabam por aclarar, no entanto no primeiro momento existem relatos associados como o sentimento de culpa ou vergonha, culpabilidade, rejeição e dificuldade em lidar com a criança, no entanto há casos de progenitores que encaram o caso de forma realista e encontram mecanismos de adequação a esta nossa verdade.
Segundo autores e fontes científicas as famílias vivenciam três fases distintas, neste processo, a negação, a adaptação e a aceitação.
A negação consiste na dificuldade em admitir que ainda não se está preparada para lidar com o presente problema. O núcleo familiar tende a lidar com sentimentos negativos como a culpa e vergonha pela criança e a consequência destes sentimentos destrutivos faz com estes se sintam perdidos por serem estes os sentimentos dominantes. O receio das reações da família mais alargada e da própria sociedade leva muitas vezes ao isolamento. É comum a busca por outros diagnósticos que refutem a deficiência. Este processo pode ser longo.
Posteriormente inicia-se a fase de adaptação, momento que integra, a superação do processo de perda da criança idealizada no imaginário adequando-se às necessidades da criança real. Os progenitores inferem a criança como um ser único e integral.
A fase da aceitação consiste na superação de receios associados a este novo elemento, porventura os progenitores procuram redes de apoio para esclarecimentos. Esta criança deixa de ser rotulada pela sua deficiência mas antes entendida e olhada como um ser humano íntegro.
Estes processos são basilares pois a família representa e contribui diretamente na inserção e integração da criança deficiente no contexto sociocultural.
É essencial mudar a dificuldade da sociedade em lidar com a deficiência. É crucial a adaptação e aceitação de todas as pessoas na sua singularidade.
Eventualmente mais do que respeitar a diferença, é respeitar a singularidade de cada existência.

CAPA

Próximo destino: turismo acessível a TODOS

Sejam elas na época alta ou na época baixa, as férias são, quer para miúdos ou graúdos e passado um ano de trabalho ou de aulas, o período de tempo mais ansiado por todos que querem "desligar" da rotina. As férias são sinónimo de descanso, divertimento e lazer, mas para as pessoas com deficiência podem ser também sinónimo de dores de cabeça pela geral falta de condições de acessibilidade para as desfrutar plenamente.

Texto: Sofia Pires e Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas

O turismo inclusivo: uma obrigação ou uma oportunidade de negócio?

"O turismo é, inegavelmente, um dos setores mais importantes e influentes do mundo atual. O crescimento exponencial do setor trouxe consigo não só oportunidades aparentemente ilimitadas, mas também desafios significativos".

Secretário-geral da OMT, Taleb Rifai

O Turismo inclusivo é uma realidade ainda em construção, mas é preciso notar que a existência de condições de acessibilidade não é apenas um direito consagrado na lei, mas um critério objetivo de qualidade e uma vantagem competitiva para os operadores turísticos.
A Organização Mundial do Turismo (OMT) tem como um dos principais objetivos na agenda política o desenvolvimento de um turismo responsável, sustentável e acessível a todos. "Mas não nos devemos esquecer que as atrações e serviços turísticos não são igualmente desfrutados por todos os segmentos da sociedade", constatou o secretário-geral da OMT, no seu discurso de abertura da FITUR – Feira Internacional de Turismo de Espanha, no final de janeiro deste ano. Taleb Rifai referia-se às pessoas com deficiência que, "deviam ativamente participar no turismo, com a mesma liberdade e prazer como qualquer outro viajante".
Esta ideia é partilhada por todos aqueles que defendem a igualdade de direitos das pessoas com deficiência, nomeadamente o presidente da APTUR - Associação Portuguesa de Turismologia, Francisco Dias, que afirma: "O princípio de que todos devem ter acesso ao usufruto dos espaços, equipamentos e serviços de lazer e turismo é uma regra básica de direito e de cidadania".
O presidente do Turismo de Portugal, Frederico Costa também compartilha desta posição mas acrescenta que acredita que todos os intervenientes neste setor já estão sensibilizados para isso.
Na opinião de Mafalda Ribeiro isso não chega. "Há boas vontades, mas poucas concretizações para um mercado emergente e que necessita com urgência de mudança e de incremento, se não passarem à prática não conseguem promover o destino com este aspeto diferenciador

e de qualidade para todos". A técnica de comunicação e escritora, que tem Osteogénese Imperfeita, a doença dos ossos de vidro, fala com conhecimento de causa. Esta viajante inveterada vai a todo lado de cadeira de rodas, mas, principalmente, graças aos amigos. "O turismo é apenas uma ferramenta para a inclusão, com efeitos muito positivos para as pessoas com deficiência e os seus acompanhantes, mas também, e cada vez mais, para os seniores que dentro de pouco mais de 30 anos representarão um terço da população europeia", remata.
Por sua vez, a antiga diretora do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., Alexandra Pimenta, acredita que "o turismo acessível é uma área estratégica para a promoção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência ou incapacidade", isto porque viajar, desfrutar do património, da cultura e do lazer são direitos individuais da pessoa que não podem ser limitados, nem condicionados.

O Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado pela assembleia geral da OMT em 1999, e das Nações Unidas em 2001, no artigo 7.º chama, explicitamente, a atenção para o incentivo e facilitação do turismo para todas as pessoas - incluindo aquelas com deficiência.

A importância das acessibilidades

"A Acessibilidade pode ser definida como a capacidade do meio (espaços, edifícios ou serviços) proporcionar a todos uma igual oportunidade de uso, de uma forma direta, imediata, permanente e o mais autónoma possível".

in guia "Portugal: Turismo para Todos – Sistema de Análise e Divulgação das Condições de Acessibilidade em Locais de Interesse Turístico"

Para a OMT as acessibilidades devem ser consideradas como parte integrante do setor terciário e serem introduzidas em todas as infraestruturas turísticas, produtos e serviços, de preferência de raiz ou através da adaptação dos ativos turísticos existentes.
O administrador do Blog dos Cruzeiros, www.cruzeiros.com.pt, Nuno Ribeiro, acrescenta que "no domínio do turismo é absolutamente pertinente que se criem as melhores condições de acesso possíveis para proporcionar uma experiência de lazer satisfatória", em maior segurança e conforto. Aliás, a acessibilidade aos espaços, aos serviços e à informação é no fundo uma garantia de funcionalidade, não só para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, mas para todos os que a nível turístico queiram desfrutar dos momentos de descanso e de lazer com tranquilidade.
"Um território acessível é um território bom para viver, é um território bom para trabalhar e é um território bom para se visitar", resume a responsável pela m.pt® - mobilidade.paulateles, empresa de planeamento urbano e gestão da mobilidade, pioneira em Portugal em matéria de mobilidade urbana inclusiva. Paula Teles acredita que a acessibilidade e a mobilidade são fatores de competitividade para os territórios e, como tal, está empenhada em "pregar", pelo país e pelo mundo, em prol da abertura das mentes e da transformação da cultura da mobilidade e da acessibilidade. "Temos que perceber que uma pessoa com deficiência tem outra ao lado para cuidar dela. Se a pessoa for trabalhar, são duas que vão trabalhar. Mas para as pessoas com deficiência trabalharem, os caminhos têm que existir, os passeios têm que existir, não pode haver árvores no meio dos passeios, não pode haver buracos, tem que haver passadeiras, tem que haver rampas", exemplifica Paula Teles. A também presidente e fundadora do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade considera que um estado de sustentabilidade também diz respeito à inclusão social. "É pensar que as pessoas idosas podem andar mais tempo sozinhas na rua, porque a rua não tem ratoeiras", afirma.
Para o moderador do Blog dos Cruzeiros "a existência de rampas de acesso, de elevadores adaptados, de quartos mobilados apropriadamente e com espaço suficiente para uma cadeira de rodas se movimentar, de casas de banho devidamente adaptadas, de veículos de transporte devidamente preparados, de passeios adequados não são condições apenas fundamentais no âmbito do turismo inclusivo mas também no domínio de uma sociedade mais consciente".
Por sua vez, a engenheira civil, Paula Teles, assume que a consciencialização da sociedade é a tarefa mais complicada de cumprir. "A barreira mais difícil de eliminar, ao contrário daquilo que eu pensava anteriormente, não é a barreira urbanística e a barreira arquitetónica é, efetivamente, a barreira psicológica". Daí que o trabalho da m.pt® - mobilidade.paulateles passe também por ações de sensibilização e formação para que "além da construção física, seja concretizada uma construção social partilhada por todos os agentes da sociedade civil".
Para aqueles que têm alguma limitação física, sensorial ou cognitiva, como as pessoas com deficiência, os idosos ou as famílias com crianças pequenas há cinco vetores estruturantes do trabalho a fazer em matéria de acessibilidades - espaço público, os edifícios, os transportes, a comunicação impressa e a comunicação nos sistemas de informação, ou seja a Internet, extremamente importante numa era da globalização.
A promoção da acessibilidade é a condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, nomeadamente o direito ao lazer e ao tempo livre, os mais diretamente relacionados com o turismo.

O turismo inclusivo como uma obrigação

O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime da acessibilidade da via pública e aos edifícios e estabelecimentos públicos e habitacionais, prevê prazos diferentes de adaptação. As instalações construídas depois de 2007 devem cumprir as novas normas enquanto as construções anteriores a agosto de 1997 têm até 2017 para cumprir as normas e as posteriores a 1997 podem ser adaptadas até 2012. Nos casos privados 2015 é o prazo estabelecido.
O que se sabe é que 2012 já passou, que muitos edifícios foram construídos desde 2007 e que chegar a 2015 e 2017 é um instante. O que não se sabe é se a Lei das Acessibilidades está a ser cumprida devido à falta de fiscalização.
"O problema não é não termos dinheiro para corrigir por causa da crise, o problema é continuar a construir mal. Além disso é preciso criar ferramentas de fiscalização para que a legislação em vigor seja aplicada de forma concreta", defende Paula Teles. "Temos uma lei muito direcionada para a questão das acessibilidades que diz, claramente, que todos os edifícios, as praças e as vias públicas têm que ser acessíveis. Mas que eu saiba em Portugal, não há nenhum engenheiro ou arquiteto que tenha perdido a carta profissional ou tenha apanhado uma multa porque não fez o seu trabalho corretamente", desabafa. "Não se admite que empreendimentos novos e criados de raiz continuem a não cumprir com a legislação e nada aconteça", concorda Mafalda Ribeiro.
Por razões históricas, o território nacional é "muito inacessível do ponto de vista da falta de mobilidade para todos". As cidades foram construídas a grande velocidade para a periferia, os centros começaram a ser despovoados de repente e houve uma urbanização muito acelerada que nem sempre foi compatível com o crescimento das infraestruturas", explica Paula Teles. Mas em contrapartida "a matéria da acessibilidade tem vindo, de forma muito rápida, a ser agenda política e agenda técnica no nosso país", assume. A engenharia civil constata que "nos últimos dez anos houve uma evolução tremenda em Portugal".
Como representante nacional no CEN - Comité Europeu de Normalização, em Bruxelas, para a Normalização da Acessibilidade e Design for All, Paula Teles acredita "que Portugal está ao mesmo nível de muitos países europeus". "É certo que alguns países como a Holanda e a Dinamarca já trataram das acessibilidades há muito, mas entretanto as cidades também vão ficando degradadas e é preciso novas intervenções. É aqui que Portugal recupera". Segundo a responsável da m.pt® - mobilidade.paulateles os investimentos no território resultantes do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades permitiram, "de uma forma quase de arrastamento, eliminar barreiras urbanísticas e arquitetónicas dotando esses territórios de mais qualidade de vida".

"Mas há uma evolução muito rápida e, por isso, nós estamos, de uma forma muito acelerada, a acompanhar esta modernidade e democratização do território. Efetivamente, do ponto de vista das acessibilidades, há uma enorme mudança no território nacional".

Engenheira civil, Paula Teles

CAPA

De 2003 a 2007 esteve em curso o projeto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos promovido pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA) e coordenado por Paula Teles.
Desde 2006, com o PAIPDI (Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências e/ou Incapacidades) e, mais concretamente com o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), em 2007, o Estado português tem vindo a investir na promoção da acessibilidade. De 2008 até ao momento, o Plano de Promoção das Acessibilidades de 1.ª e 2.ª gerações são os planos de continuidade do trabalho iniciado em 2003 pelo projeto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.
Lançado em 2010, pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.) o guia "Portugal: Turismo para Todos – Sistema de Análise e Divulgação das Condições de Acessibilidade em Locais de Interesse Turístico" surgiu para "partilhar as boas práticas locais e principalmente, para ajudar a construir um país para todos os cidadãos. Os responsáveis pela elaboração deste guia, disponível para consulta no site do INR, I.P., acreditam que esta publicação contribui para valorizar a oferta turística portuguesa.
Em 2012, uma resolução da Assembleia da República (AR) de recomendação ao Governo sugere o desenvolvimento de uma estratégia integrada que promova o "turismo para todos" em Portugal. Essa estratégia, a elaborar e concretizar pelas associações das pessoas com deficiência e incapacidades, em parceria com as associações representativas do setor do turismo, deveria passar pela promoção da acessibilidade universal e do desenho inclusivo, o acesso à informação que permita a todos os cidadãos planear os seus tempos de lazer e o acesso a uma prestação de serviços assente no reconhecimento dos seus direitos. A resolução incluía na referida estratégia programas de formação dos agentes para o acolhimento e atendimento a este grupo de cidadãos.
Esta recomendação resultou "na revisão recente do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) que deu uma maior relevância ao Turismo Acessível", revela o presidente do Turismo de Portugal, Frederico Costa.
Manuela Fialho, responsável pelo projeto "Rotas sem Barreiras, considera este sinal "um grande avanço" já que significa que "as entidades nacionais estão atentas a esta situação e não descuidaram este ponto estratégico de turismo, o turismo para todos.
Opinião semelhante têm os responsáveis do INR: "As recentes recomendações da Assembleia da República tendo em vista a criação de medidas incentivadoras do Turismo Acessível, e a publicação do PENT (Plano Estratégico Nacional para o Turismo) são um sinal inequívoco do interesse nacional nesta matéria", referem.
O PENT "prevê linhas de ação e melhoria no desenvolvimento de destinos turísticos acessíveis, acolhimento de turistas com mobilidade reduzida, formação e sensibilização de agentes turísticos e municípios e uso de informações sobre acessibilidade de infraestruturas e serviços turísticos na comunicação promocional dos destinos", enumera Frederico Costa.
Da parte do Turismo de Portugal, além de dar cumprimento à legislação em vigor, têm sido feitas ações de divulgação, sensibilização e formação visando a qualificação dos agentes turísticos para a matéria das acessibilidades e o reconhecimento de uma oferta de equipamentos e serviços turísticos acessíveis que vão de encontro à resolução da AR.
De realçar, o "Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria", editado por este instituto e através do qual se pretende sensibilizar os profissionais da hotelaria para as necessidades específicas destes clientes no serviço de alojamento e a participação do Turismo de Portugal na definição de referenciais de qualidade sobre a acessibilidade em estabelecimentos hoteleiros (tema que terá em breve a sua primeira norma específica).
É neste contexto que o responsável da agência de viagens Accessible Portugal vocacionada para o atendimento de pessoas com deficiência e o público sénior, João Pereira, considera que "a sensibilidade dos agentes do turismo em Portugal para a acessibilidade e mobilidade tem vindo a melhorar nos últimos anos". "Muitos esforços têm vindo a ser desenvolvidos a diferentes níveis e por certo temos hoje melhores condições que no passado", remata.

"Certificado de Acessibilidade"

O Certificado de Acessibilidades - Instituto das Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM) pretende mapear os lugares acessíveis portugueses, já que permite identificar os locais com condições de acesso universal às atividades económicas, sociais, culturais e turísticas. Os candidatos à obtenção do certificado e que se sujeitem à avaliação do ICVM, em caso de aprovação, por conformidade com a lei em vigor, têm direito a um dístico com o símbolo da acessibilidade universal que deverá ser afixado em local visível para ser reconhecido por todos os utilizadores do espaço certificado.
As entidades detentoras do selo sujeitam-se a três níveis de acessibilidade: funcional, amigável e de excelência e integram a plataforma "Portugal Acessível", www.portugalacessivel.com, da Associação Salvador, também colocada ao serviço do turismo nacional.
Este certificado foi instituído pelo ICVM, uma instituição sem fins lucrativos que, desta forma deseja criar uma diferenciação positiva e atestar uma vantagem comparativa dos titulares do certificado que funcione para atrair outros potenciais titulares. O Certificado de Acessibilidades – ICVM, além de informar os utentes da acessibilidade dos locais é também uma forma de responsabilização coletiva e de adesão da opinião pública.
Além da Associação Salvador, também a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), entidade representante de todas as empresas dos setores do alojamento, restauração e bebidas portuguesas, assim como o Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CERTIC-UTAD) se constituíram parceiros deste projeto de certificação do acesso aos espaços.
Os Planos de Promoção da Acessibilidade "são uma ferramenta muito recente, criada há cerca de quatro ou cinco anos, como resultado de uma experiência piloto que houve em Portugal, quando, em 2003, Paula Teles foi convidada pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA) para coordenar um projeto muito dedicado aos municípios – a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.
Base do projeto: determinar uma área de território, diagnosticar e quantificar os problemas de mobilidade e estabelecer soluções corretivas com um prazo de três anos para resolver. A cada etapa concluída o município tinha uma bandeira da mobilidade como símbolo de que estava a trabalhar em torno dessa matéria. "A verdade é que esse projeto correu tão bem que, ao fim de um ano, tínhamos 80 municípios, ou seja, mais de um terço de Portugal tinha aderido a esse projeto e não havia fundos comunitários", diz Paula Teles.
O sucesso da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos ditou a necessidade de replicação. Já sob as "rédeas" do Governo, foram lançados os Planos Municipais de Acessibilidades. "Planos muito mais completos. Para além do estudo das barreiras do território, barreiras físicas compreendidas naquilo que é o espaço público, edifícios e transportes, têm ainda as componentes fundamentais da comunicação e da infoacessibilidade".

O turismo inclusivo como uma oportunidade de negócio

"É necessário estar ciente que com o aumento do envelhecimento populacional e, consequentemente, a perda de capacidades a vários níveis (motora, auditiva, visual, cognitiva) que está inerente a este processo, a acessibilidade começa a ser encarada não só como um agende facilitador, mas também como uma condição essencial na escolha dos destinos turísticos".

in www.accessibleportugal.com

O Turismo, segundo o diretor executivo do Fórum Económico Mundial, Borge Brende, nas últimas décadas tem-se tornado um importante fator de prosperidade económica e de progresso social, estimulando o crescimento através do aumento de postos de trabalho e da criação de empresas. "O setor gera oportunidades para a redução da pobreza e da desigualdade, para a preservação da natureza e da herança cultural e permite a modernização de infraestruturas", refere Borge Brende.
Por sua vez, o turismo acessível, apenas na Europa, vale 90 mil milhões de euros, segundo dados do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos (ICVM), corresponde a metade do Produto Interno Bruto (PIB) português. É preciso ter consciência que o turismo acessível é um benefício para todos. "Mais pessoas têm a oportunidade de viajar, a indústria do turismo recebe mais visitantes, estadias mais longas e novos rendimentos. A sociedade como um todo beneficia de novas oportunidades de emprego, mais receitas fiscais e um ambiente acessível para habitantes e visitantes", esclarece a presidente da ENAT – Rede Europeia de Turismo Acessível, Lilian Müller.
A promoção das acessibilidades no turismo deve passar de uma aposta por fazer para uma aposta feita, "não só no interesse dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades, mas também tendo em consideração as vantagens económicas adjacentes", assume o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai. Também o presidente do Turismo de Portugal entende que o turismo acessível deve ser encarado, não só como uma obrigação e um ato de cidadania e de inclusão, mas também como uma oportunidade de negócio. "Se não houver acessibilidade, as pessoas não sairão de casa, não consomem e a economia não gira…", acrescenta Mafalda Ribeiro.
Segundo a Organização Mundial de Saúde mais de um bilião de pessoas em todo o mundo – 15 por cento da população mundial – tem dificuldades resultantes de alguma espécie de deficiência. Na União Europeia há cerca de 80 milhões de pessoas com deficiência que representam um mercado potencial de 130 milhões de turistas, incluindo família e amigos. Este segmento também

inclui a população sénior e, por isso, tende a aumentar considerando o envelhecimento populacional devido ao aumento da esperança média de vida.
"Os dados demográficos apontam para uma tendência de crescimento de viagens realizadas por pessoas com mobilidade reduzida. Em 2020 haverá 1,2 mil milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo este fenómeno mais acentuado nos principais mercados emissores. Estas tendências têm implicações consideráveis para o turismo global", explica o presidente da APTUR – Associação Portuguesa de Turismologia, Francisco Dias.
Números aos quais o presidente do Turismo de Portugal, Frederico Costa acrescenta: "em 2010, segundo a OMT, terão sido 65 a 75 milhões de turistas a viajar com limitações de acessibilidade. Tendo em conta que estes turistas tendem a viajar acompanhados, o número de viajantes pode aumentar significativamente".
Por tudo isto, a presidente do ENAT, defende que "o turismo acessível não é um nicho de mercado, é uma explosão demográfica" que vai ter consequência para todas as pessoas que, mais tarde ou mais cedo, vão sentir os entraves da mobilidade reduzida trazidos com o avançar da idade. "Vamos todos sentir os efeitos. Temos que melhorar os acessos agora", remata Lilian Müller. Atualmente, tendo em consideração os sérios problemas que estas pessoas enfrentam para viajar, para o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai, "o seu potencial como turistas permanece por explorar pela indústria".
Se a indústria do turismo apostar na melhoria das acessibilidades "potenciará, não só o aumento das deslocações destes cidadãos, como levará a uma maior exigência na prestação de serviços turísticos, melhorando a sua qualidade e perceção", explica o presidente do Turismo de Portugal.
Lilian Müller, da ENAT, regista que a procura do turismo inclusivo está a crescer e que se "a indústria do turismo quer manter e desenvolver a qualidade, a sustentabilidade e a competitividade deve apoiar e incrementar o turismo acessível a todos".
Paula Teles defende que "se um território se empenhar em matéria de acessibilidades e fizer bandeira dessa própria acessibilidade ele pode ser muito mais competitivo". Também o presidente do Turismo de Portugal considera que a criação ou adaptação de uma oferta de qualidade a clientes com mobilidade condicionada é muito importante para a competitividade do setor".

Sendo a acessibilidade um fator de decisão na escolha do território, principalmente numa perspetiva turística, é preciso considerar a importância de fornecer aos viajantes com deficiência informações precisas e fiáveis. "Numa altura em que o mundo se transforma numa aldeia global, é muito difícil para os turistas com deficiência ou mobilidade reduzida encontrar informação de confiança que lhes permita planear as suas férias, uma viagem ou apenas um fim-de-semana adequado às suas necessidades", acusa o presidente da V4A®, Roberto Vitali.
"É preciso comunicar", defende Paula Teles. A aposta do marketing de ofertas turísticas acessíveis "pode fazer a diferença entre ganhar e perder visitantes quer para as empresas quer para os destinos turísticos", na opinião do secretário-geral da OMT.

Para os que ainda não acreditam no retorno deste "esforço" de investimento na acessibilidade em prol do turismo para todos, os estudos de mercado revelam que estes consumidores, além de mobilizarem importantes verbas, apresentam características comportamentais bastante apelativas para os operadores turísticos: estadias mais prolongadas, maior número médio de acompanhantes, maior fidelidade ao destino e melhor repartição pelas épocas alta e baixa.
Quer tudo isto dizer que a acessibilidade é uma vantagem competitiva para os destinos turísticos. Uma ideia inteiramente defendida pelo presidente da APTUR, Francisco Dias, que considera o turismo acessível como fator diferenciador e criador de valor acrescentado.
Algo a que "ninguém está indiferente", de acordo com os responsáveis do INR, por considerarem que "a marca do turismo acessível comporta potencialidades extraordinárias".
Uma opinião também partilhada pelo responsável do site www.algarve-accessible.com, Sérgio Martins, para quem "o turismo acessível é, sem dúvida, uma oportunidade de negócio, apesar da falta de argumentos". O responsável da agência Rotatur, que opera essencialmente no Algarve, considera que Portugal "tem atividades no terreno e players a desenvolver programas", mas sobre a zona algarvia, diz faltar "muito para desbravar". "Não se resume só à falta de condições, infra-estruturas e alojamento, mas também argumentos fortes para vender o destino", lamenta o operador turístico.

Portugal: “Vá para fora cá dentro”

“A estratégia a adotar no Turismo deve ser global, transversal e, principalmente, inclusiva”, defende o presidente da câmara municipal da Lousã, Luís Antunes. O autarca acredita que “Portugal poderá assumir o papel inovador e empreendedor e ser um dos primeiros destinos acessíveis do mundo, porque é, efetivamente, um nicho que ainda está pouco explorado”.
Uma posição vantajosa, segundo os responsáveis do INR, que encaram o turismo acessível como uma opção estratégica “estimulante e prioritária, em termos orçamentais, dado que todo o investimento que comporta, resultará em ganhos económicos significativos, quer pela conquista de novos públicos consumidores de bens, produtos e serviços turísticos, bem como pela criação de postos de trabalho”.
A “Ocidental praia Lusitana” é, segundo o portal internacional de viagens, Globe Spots, o melhor país para se visitar em 2013. O site de viagens destaca as cidades medievais e os bairros históricos cheios de praças, igrejas e mosteiros, as ruas estreitas ladeadas de casas antigas com varandas tortas repletas de roupa a secar e vizinhas à janela a dar “dois dedos de prosa”. Um país em que “qualquer dia parece ser um bom dia para uma bebida” graças ao ritmo quotidiano sereno e ao facto de, em cada esquina, existirem pastelarias e restaurante a convidar.
“Portugal está cheio de boas razões para receber turistas com mobilidade reduzida, falta-lhe é ganhar consciência disso e promover-se enquanto destino junto deste tipo de público”, defende Mafalda Ribeiro. Este é um trabalho permanente, para o qual o Turismo de Portugal continua a contribuir, em articulação com as entidades regionais de turismo e com as associações empresariais da hotelaria e da animação turística, através da produção e partilha de conhecimento e das melhores práticas junto do setor.
“Temos assistido nos últimos anos a vários exemplos desta aposta por parte da iniciativa privada -- seja na remoção de barreiras físicas, na criação de ofertas de animação turística diferenciadas e adequadas ou na profissionalização e especialização de recursos humanos”, considera o presidente do Turismo de Portugal.
O INR afirma que “o movimento do turismo inclusivo conquistou o seu lugar próprio no desenvolvimento económico e social do país, de tal modo que todos os agentes turísticos estão cada vez mais conscientes das suas potencialidades económicas, se ambicionam de fato estar na linha da frente do empreendedorismo e da inovação, prestigiando a cultura do tecido empresarial português”. No entanto, para Luís Antunes Portugal ainda tem “um longo caminho a percorrer”: “Existem alguns projetos bastante interessantes, essencialmente promovidos, de forma isolada, por municípios ou instituições”.
Ainda assim, Portugal está em vigésimo lugar no ranking composto por 140 países em relação ao Índice de Competitividade de Viagens e Turismo (TTCI) do quinto relatório bianual deste setor, publicado pelo Fórum Económico Mundial sob o tema “Reduzindo Barreiras ao Crescimento Económico e à Criação de Empregos”. Desceu dois lugares deste 2011 mas, ainda assim, consegue a 13.º posição se comparado apenas com os países europeus. O primeiro lugar do TTCI é ocupado pela Suíça, seguida da Alemanha e da Áustria, mas Portugal ainda tem à frente países como a Espanha, o Reino Unido, a França, a Suécia, a Holanda, a Islândia, a Finlândia, a Bélgica e a Irlanda.
Se o turismo acessível é um fator de diferenciação no setor de turismo, em Portugal essa vantagem competitiva também não deve ser descurada. O turismo para todos deve ser considerado “uma questão fundamental, tanto para a realização pessoal de todos os cidadãos, como para o desenvolvimento económico de Portugal”, considera a ex-diretora do INR, I.P. Alexandra Pimenta.

Accessible (made in) Portugal

Graças à Accessible Portugal, uma agência de viagens, operador turístico e empresa de animação turística, milhares de turistas estrangeiros podem visitar Portugal e milhares de turistas portugueses podem viajar à descoberta do mundo.
Nada de novo para uma empresa dedicada ao turismo, não fosse a particularidade do trabalho da Accessible Portugal ter como público-alvo: pessoas com necessidades especiais, seus familiares e amigos, sejam elas pessoas com deficiências várias, doenças crónicas, idosos, crianças pequenas, mulheres grávidas ou acidentados.
“A Accessible Portugal disponibiliza os seus serviços a todo o público mas dada o seu know how adquirido ao longo destes anos, está naturalmente vocacionada para o chamado turismo acessível e turismo sénior”, confirma o responsável da Accessible Portugal, João Pereira.
É por ser dedicada ao Turismo Acessível para Todos que esta empresa é pioneira em Portugal e se distingue das agências de turismo convencionais, pouco acostumadas a responder às necessidades especiais deste segmento.
“A Accessible Portugal surgiu em 2005 para colmatar uma necessidade identificada no nosso país e com o objetivo de possibilitar momentos de lazer e bem-estar a todos aqueles que, de alguma forma, experienciam dificuldades de mobilidade”, conta o responsável da Accessible Portugal.
Este posicionamento também a impele a desempenhar um papel mais ativo no setor do turismo através da prestação de serviços de consultoria e formação na área da promoção da acessibilidade e mobilidade junto dos agentes de turismo. “Sensibilização, diagnóstico, qualificação e operação turística são áreas nas quais temos dado o nosso contributo e esperamos continuar no futuro”, enumera.
Mas, a principal atividade desta agência de viagens inclusiva é a criação de produtos turísticos acessíveis.
“Nesse sentido, a Accessible Portugal oferece todo o tipo de serviços habituais de uma agência de viagens - transferes, tours, alojamento, circuitos e experiências de animação turística - com a especificidade de estes estarem totalmente adaptados às necessidades de mobilidade dos nossos clientes”, garante João Pereira.
As viaturas da Accessible Portugal estão completamente adaptadas para o transporte de pessoas em cadeira de rodas, os alojamentos com que trabalham reúnem os requisitos que garantem a maior autonomia possível e igualdade no atendimento, os tours e atividades estão planeadas para que as pessoas não sejam confrontadas com os constrangimentos sempre indesejados de não conseguir aceder a uma atração turística, a um restaurante ou a uma simples casa de banho durante o seu passeio. É tudo pensado ao pormenor para que a experiência de viajar seja enriquecedora, se partilhem vivências e culturas, se apreciem belas paisagens e se desfrute de verdadeiros momentos de relaxamento.“Em Portugal ou no estrangeiro é hoje possível realizar grande parte dos sonhos das pessoas que se deslocam em cadeira de rodas”, afirma João Pereira.
Dedicada a dar a conhecer Portugal porque “oferece saberes e sabores”, a Accessible Portugal também tem “todo o prazer” em levar os seus clientes a “descobrirem os quatro cantos do Mundo”. “A Accessible Portugal pode providenciar a realização de uma viagem em qualquer parte do mundo”, garante João Pereira que acrescenta “fazemos parte de uma rede internacional de agências de viagens especializadas em turismo acessível, o que nos permite providenciar o acompanhamento local com garantia de qualidade e profissionalismo pelo mundo fora”.

…Transportes Públicos

Para as pessoas com necessidades especiais os momentos "do ir de um lugar para o outro" têm que ser ponderados e podem ser momentos constrangedores pela falta de soluções de transporte acessíveis à sua mobilidade. Táxi, autocarro, comboio, metro, barco, avião são alternativas para o mesmo fim, mas serão também viáveis a pessoas com mobilidade reduzida?
"As soluções de acessibilidade, mobilidade e de transporte requerem uma intervenção articulada e fundamentada tecnicamente, que progressivamente se cumpre" pode ler-se no site do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (IMTT).
O cumprimento pode ser progressivo mas também é lento. Apesar da acessibilidade aos transportes públicos estar consagrada no Plano de Promoção das Acessibilidades a verdade é que na hora de experimentar as opções as coisas complicam-se.

…Transportes Viários: táxis e autocarros
Todos têm presente aquela imagem dos filmes americanos em que há saída dos aeroportos há sempre a saga, aparentemente difícil, de apanhar um táxi. "Táááxi!!!"
Na vida real, a saga vivenciada por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida na hora de "apanhar" um táxi, que disponha de licença, com plataforma de embarque e cintos de segurança adaptados e aprovado pela Direção Geral de Viação para este efeito, supera a dos filmes Hollywoodescos, pelo menos em Portugal.
Na pesquisa no site Portugal Acessível encontram-se contactos de empresas em Lisboa, Almada, Torres Novas, Porto e S. João da Madeira, mas a verdade é que a oferta está ainda muito limitada aos grandes centros.
Ainda assim é importante saber que os passageiros com mobilidade condicionada têm isenção de pagamento pelo transporte, no porta-bagagens ou na grade do tejadilho, da cadeira de rodas ou de outro meio auxiliar de marcha e que aos passageiros com deficiência visual não pode ser recusado o transporte do seu cão-guia devidamente certificado e que não implica qualquer custo suplementar.
Nota para a legislação vigente em que o licenciamento de táxis devidamente adaptados beneficia os seus proprietários da redução no Imposto Automóvel.
Sobre mais transportes viários, ficam algumas sugestões presentes em sites desta área: Barraqueiro Transportes (dispõe de autocarro com capacidade para 35 pessoas + 12 pessoas em cadeira de rodas sem necessidade de transferência para o banco), Mister Bus (dispõe de duas

carrinhas, uma maior (esta tem capacidade para 12 pessoas + quatro pessoas em cadeira de rodas sem necessidade de transferência para o banco).
Na zona do Algarve, nota para os serviços da Rotatour que dispõe, desde 2006, de viaturas "devidamente transformadas para o transporte turístico de pessoas com mobilidade reduzida". Com a introdução destes transportes na sua frota, esta agência turística passou a proporcionar transporte turístico e transferes do aeroporto.
Outras empresas e associações recomendadas: Agência de Viagens Especializada – Accessible Portugal, que opera em todo o território nacional, e Associação de Apoio ao Deficiente Nuno Silveira, localizada em Fânzeres, concelho de Gondomar, no norte de Portugal.

…Transportes Ferroviários
Relativamente aos transportes ferroviários, nota para o facto da CP – Comboios de Portugal dispor, conforme informação publicada no seu site, da figura do "conselheiro para o cliente com necessidades especiais". Este serviço foi criado, diz a CP, "com o objetivo de reforçar a confiança destes clientes numa óptica de melhoria contínua dos serviços prestados pela empresa".
Desta forma a CP procura fazer a "inventariação dos obstáculos de acesso" e definir "prioridades na adoção de medidas, que tornem a mobilidade um direito adquirido".
Existe, ainda, o "SIM" – Serviço Integrado de Mobilidade que é um serviço centralizado numa linha telefónica – a 808 208 746 (808 208 SIM) – orientado para servir clientes com necessidades especiais (CNE). Está disponível nos dias úteis das 7 às 18 horas.
Através deste serviço o cliente poderá obter informações sobre o que a CP tem para lhe oferecer ao nível de acessibilidade dos comboios e estações da rede, acessibilidade equipamentos, pontos de informação ou envio de sugestões e, não menos importante, serviço de assistência no embarque, em viagem e no desembarque.
Está, também, disponível um serviço de tarifas (preço) específico, ao abrigo de um acordo feito entre a CP e o INR, que é válido em 2.ª classe/turística para os serviços alfa pendular, intercidades, regional, inter-regional e em classe única nos urbanos de Coimbra, Lisboa e Porto. Consultar regulamento em: www.cp.pt (separador "Política Tarifária" – "Clientes com Necessidades Especiais").
Já a Metro do Porto, em resposta à Plural&Singular, afirmou que "melhorar as condições de acessibilidade" dos seus equipamentos e estações é uma das suas "preocupações diárias". Os responsáveis da empresa garantem dispor de uma "rede 100 por cento acessível a pessoas de mobilidade reduzida, com todas as estações equipadas com rampas ou elevadores". O sistema NavMetro permite, ainda, a orientação na rede para clientes invisuais. Os mapas da rede já foram editados em braille.
Questionados sobre o número de utentes que usam estes serviços, a Metro do Porto refere ter registo de 55 clientes invisuais inscritos na NavMetro que "é um sistema específico em que as pessoas têm de se registar para poder utilizar", o que não invalida que não haja mais pessoas com estas características a utilizar esta rede.
No Porto, a estação da Trindade, uma das mais frequentadas e aquela onde mais linhas da rede se cruzam, obrigando a milhares de transbordos diários, é considerada a mais inclusiva de todas, ainda que a empresa portuense garanta que todas as estações são "modelo em termos de acessibilidade".
Sobre registo de reclamações/sugestões, a Metro do Porto não esconde que a delegação do Porto da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) levantou o problema das acessibilidades de cadeiras de rodas às composições "tram-train" que circulam na linha da Póvoa de Varzim. "Foi nesta sequência que o Metro do Porto estudou a situação e adequou as devidas soluções, disponibilizando no presente a total acessibilidade a clientes em cadeiras de rodas elétricas", garantem os responsáveis.
No que se refere ao Metro de Lisboa, e de acordo com o site da Portugal Acessível, "sugere-se aos clientes com mobilidade reduzida, que necessitem utilizar as escadas mecânicas ou elevadores que contactem previamente" esta empresa. Eis os contactos: 213 500 115 / relacoes.publicas@metrolisboa.pt

…Transportes aéreos

"Todos os aeroportos internacionais são acessíveis, tendo rampas de acesso ou elevadores entre os pisos, casas de banho adaptadas, cadeiras de rodas e de transfere para pessoas com deficiência e dispõem de parques de estacionamento com lugares reservados", assume o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. no site.

As pessoas com necessidades especiais na hora de viajar devem conhecer bem os seus direitos para os poder reclamar perante a possibilidade de os ver negados, para evitar conflitos e ajudar a solucioná-los.

"Face à recusa das companhias aéreas, muitas vezes injustificada, do embarque de cidadãos com mobilidade reduzida ou à imposição de restrições com o argumento da segurança dos outros passageiros, a Comissão [Europeia] resolveu tornar as regras mais claras", explica a Deco em comunicado.

Os passageiros com mobilidade reduzida têm direito a assistência apropriada e gratuita e não necessitam de comprovar com atestado médico. "As companhias só podem exigir atestado se estiver em risco a saúde ou segurança do cidadão, dos restantes passageiros ou da tripulação", resume a Associação de Defesa do Consumidor.

Este serviço de assistência especial, quando requisitado, é garantido em todo o tipo de procedimentos, desde check-in até ao interior do avião, incluindo a expedição de bagagem. A companhia garante também os mesmos serviços no aeroporto de destino."É aconselhável que a reserva do serviço seja efetuada com o mínimo de 36 horas de antecedência, para uma resposta rápida e eficiente dos serviços", recomenda um dos responsáveis da TAP Portugal. Ainda assim esta informação prévia ajuda a evitar problemas mas não é obrigatória.

O passageiro pode transportar até dois dispositivos gratuitamente - cadeiras de rodas elétricas ou outros equipamentos – e os cães-guia ou auxiliares viajam na cabina e a companhia aérea não pode impor a presença de um acompanhante como condição para estes passageiros embarcarem. "A Comissão [Europeia] diz que, se tiverem autonomia, podem viajar sozinhos. A mobilidade reduzida não o justifica. Tal só é válido se ficar claro que não podem cumprir os requisitos de segurança, colocando os demais em risco", refere a Deco. Levando um acompanhante, a companhia tem que atribuir-lhe um lugar ao lado do passageiro, mas o preço do bilhete fica ao critério das transportadoras.

"Se considerar que os seus direitos foram desrespeitados, recorra ao gestor do aeroporto ou à companhia aérea. No caso de a resposta não agradar, apresente reclamação junto do organismo nacional de controlo aéreo", aconselha a Associação de Defesa do Consumidor.

O serviço MyWay é um serviço personalizado de assistência que complementa o "vasto leque de facilidades existentes no espaço da ANA Aeroportos de Portugal". Segundo a TAP Portugal "estes serviços foram criados em julho de 2006, com base no Regulamento da Comunidade Europeia (CE) nº 1107/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de julho de 2006".

Basicamente o passageiro solicita o pedido de assistência na sua "reserva do voo" (registo no voo) para que lhe seja prestada assistência na partida e chegada, acompanhamento no aeroporto pelos serviços de assistência em terra no dia do voo e simultaneamente serem também asseguradas as condições de acomodação e assistência por parte da companhia aérea durante o voo.

A companhia aérea portuguesa considera que há muita procura dos serviços que disponibiliza para pessoas com necessidades especiais. "O volume de maior incidência ocorre durante o período de abril a setembro", revela.

…Transportes Marítimos

De acordo com Nuno Ribeiro do Blog dos Cruzeiros "as diversas linhas de cruzeiro têm vindo a adaptar os seus navios às condições especiais requeridas pelas pessoas com dificuldades motoras e físicas". Agora fazer um cruzeiro é uma opção perfeitamente viável para pessoas com deficiência, uma certeza que Ricardo Shimosakai confirma no blogue Turismo Adaptado: "Os cruzeiros na sua maioria são acessíveis e têm uma tripulação preparada para atender às necessidades deste segmento de turistas".

O Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR) adianta que os cacilheiros, dedicados ao transporte exclusivo de passageiros, não dispõem de condições de acessibilidade a passageiros que se deslocam em cadeira de rodas, mas, por usa vez, os ferries, que fazem transporte misto de passageiros e viaturas, já permitem o acesso dos passageiros em cadeiras de rodas pelas rampas de embarque/desembarque de viaturas. O INR ainda assim repara que em ambos os transportes fluviais os sanitários não se encontram adaptados e o espaço interior tem barreiras.

A **Holland America Cruises** percorre lugares como a Amazónia, a Antártida, o México e o Caribe, também está bem cotada no segmento das viagens para turistas com deficiência. Oferece aos seus passageiros cabines devidamente adaptadas para portadores de cadeiras de roda, com casas de banho ajustadas a este tipo de deficientes. Além disso disponibiliza um sistema de elevador que facilita o embarque e o desembarque dos viajantes em cadeira de rodas. Sistemas de infravermelhos e de alerta visual e táctil, dispositivos auxiliares de audição nos recintos de espetáculos e material de apoio em Braille são outras das ofertas disponibilizadas pela Holland America Cruises.

A **Azamara Club Cruises,** viajando para destinos em continentes como a Ásia, a Europa e a América do Sul, esta companhia de cruzeiros tem também especial cuidado com a acomodação de passageiros com deficiência. Além das facilidades de transporte, nas deslocações entre o aeroporto e o navio, com o recurso a veículos adequados para portadores de cadeiras de rodas, disponibiliza ainda corredores e cabines espaçosos e permite a viagem com cães-guia. Há também serviços de interpretação de Língua gestual e telefones de texto, ou ainda bancos de chuveiro e extensões de cama.

A Royal Caribbean Cruises é uma das companhias de cruzeiros que está mais cotada entre os viajantes com necessidades especiais. Esta linha de cruzeiros, que faz viagens para as Bahamas, para o Havai e para o México, entre outros destinos, disponibiliza aos seus passageiros corredores espaçosos, sistemas hidráulicos de elevação nas piscinas e hidromassagens, portas automáticas, declives graduais e facilidades de acesso nas excursões a terra. Os deficientes visuais têm o apoio de sistemas de sinalização em Braille e os deficientes auditivos podem recorrer a telefones amplificados e a serviços de intérpretes de Língua gestual.

Navio Liberty of the Seas da Royal Caribbean

Informação gentilmente cedida por Nuno Ribeiro, responsável pelo blog dos Cruzeiros, www.cruzeiros.com.pt

Lousã, Destino de Turismo Acessível

"Da vontade de associar as potencialidades turísticas do concelho ao trabalho exemplar até então desenvolvido no capítulo da inclusão, nomeadamente pela Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), da Provedoria Municipal das Pessoas Com Incapacidade e de outras iniciativas, a Câmara Municipal lançou, em 2007, o projeto 'Lousã, Destino de Turismo Acessível'", assim começa por descrever o presidente da autarquia da Lousã, Luís Antunes, um projeto pioneiro promovido por um município português no campo do Turismo Acessível.

Desta forma, a câmara da Lousã, considerando a definição da "World Tourism Organization", que fala da pessoa com incapacidade como "todo o indivíduo que, num determinado destino sofre algum tipo de limitação na sua capacidade relacional e apresenta necessidades especiais durante a viagem, o alojamento ou outros serviços turísticos", decidiu meter mãos à obra e criar roteiros e condições de acessibilidade no seu concelho.

"Este projecto reforçou a realização de diversas obras públicas para requalificar e adaptar espaços e equipamentos e a criação de serviços adaptados a este tipo de público", continua a explicar, à Plural&Singular, Luís Antunes.

No âmbito deste projeto, abreviado para "LDTA" de "Lousã, Destino de Turismo Acessível", foi criado, na Vila da Lousã, o "Selo da Acessibilidade", que visou assinalar todos os locais, públicos e privados, acessíveis a cidadãos com mobilidade reduzida.

E do particular, os responsáveis autárquicos da Lousã, alargaram a abordagem inicial, que era "limitativa e orientada essencialmente para um determinado segmento da população", para um conceito mais "abrangente e universal, mais inclusivo"… O objectivo era: "Acessibilidade para todos, sem exceção, criando-se um Plano Municipal de Acessibilidade. Fomentou-se, acima de tudo, uma cultura de acessibilidade", explicam.

E será possível, a partir do LDTA, criar roteiros acessíveis na Lousã? Dizer aos potenciais visitantes onde comer? Sugerir-lhes onde dormir? O que visitar? "Sim. É possível", garante o presidente da Câmara.

"No âmbito deste projeto, para além da capacitação dos agentes, foi também criado um parque de equipamentos que é diferenciador e que permite a mobilidade das pessoas, nomeadamente moto 4 e kart adaptado, bicicletas, joellete, cadeiras anfíbias, entre outras".

E como é que os visitantes têm acesso a este material? "Pode ser requisitado pelos agentes hoteleiros e disponibilizados, com apoio técnico, aos visitantes".

Na Lousã, uma pessoa com incapacidade pode dormir numa das unidades de alojamento que aderiram a este projeto… E sobre sugestões de atividades, o destaque vai para as caminhadas pelos trilhos da vila, eventualmente com o apoio da joellete. Mas também é possível andar de bicicleta, ter uma experiência de parapente, andar de canoa numas das zonas fluviais e de lazer (na Lousã existem duas praias com bandeira de praia acessível), visitar museus, utilizar as piscinas…

Hora de confortar o estômago… "Na Lousã é possível tomar uma refeição num dos diversos restaurantes com formação e condições para tal", garantem os responsáveis autárquicos.

Faltam ainda as recordações para levar à família, certo? "É possível efetuar compras ou recorrer a serviços de um dos inúmeros estabelecimentos/serviços que dispõem do Selo da Acessibilidade, nomeadamente ir a um bar ou espaço de animação", continua.

Luís Antunes vê o investimento no projeto LDTA como "um ponto de partida do longo caminho da inclusão global". Segundo o autarca, este projeto tem viabilidade económica, mas "mais importante que isso" é "assumir que no Concelho da Lousã se tem vindo, progressivamente, a eliminar as barreiras sociais, de comunicação, urbanísticas e arquitetónicas, que limitam o acesso dos cidadãos com mobilidade condicionada ao pleno gozo da sua cidadania e consequentemente, ao exercício efetivo dos seus direitos".

"A motivação dos agentes/operadores fez-se de diversas formas, nomeadamente demonstrando que este nicho de mercado pode ter o efeito de potenciar o negócio, numa área onde existe pouca ou nenhuma concorrência", explicou Luís Antunes.

E as vantagens estão à vista. O LDTA foi reconhecido internacionalmente, o que proporcionou a projeção positiva do concelho da Lousã. Nota para as certificações obtidas a nível internacional (ENAT) e os prémios do IAPMEI em 2010, na categoria "Iniciativa Inovadora" e "Prémios Turismo 2011", da Turismos de Portugal, na categoria "qualidade do serviço".

No que diz respeito a investimentos, a Câmara da Lousã modificou estruturas, nomeadamente em edifícios e espaços públicos que foram dotados de melhores acessibilidades e apostou na capacitação dos agentes, nomeadamente das empresas de turismo, hotelaria e restauração.

Assim, "com este projeto a Lousã, para além de ser um destino de eleição também para as pessoas com incapacidade, passou a ser um caso de estudo".

Museu português “de todos para todos”

O Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (MCCB) é um museu português exemplar no que concerne a acessibilidade. Este monumento conquistou, em maio, no Dia Internacional dos Museus, o Prémio Kenneth Hudson do Fórum Europeu dos Museus (EMF), mas já no final de 2012 tinha sido considerado o Melhor Museu Português, na edição de 2012, do prémio da Associação Portuguesa de Museologia (APOM).
O slogan “museu de todos para todos”, surge porque o MCCB apela à população para ajudar a contar a história do concelho mas também porque é um museu dotado de excecionais condições de acessibilidade, tendo sido pensado para receber visitantes em cadeira de rodas, surdos e cegos ou amblíopes. O MCCB é um projeto museológico a pensar em todos.
Nota para o facto da autarquia da Batalha ter solicitado à Unidade de Investigação Inclusão e Acessibilidade em Acção, do Politécnico de Leiria, os seus serviços de consultadoria na área de acessibilidades e inclusão, nomeadamente informação inclusiva. Este organismo foi responsável pela criação de soluções de comunicação inclusiva: comunicação web, impressa, audioguias para pessoas cegas ou com baixa visão e vídeoguias com Língua Gestual para a comunidade surda.

O MCCB superou os concorrentes – Casa Manuel de Arriaga, no Faial, Açores, e o Museu da Baleia, no Caniçal, na Madeira – e foi considerado o melhor museu de 2012 em Portugal. As menções honrosas foram entregues ao Museu da Casa Rego Vasconcelos, em Almofala de Cima, Figueiró dos Vinhos, ao Museu Municipal de Alvaiázere e ao Museu de Arte Sacra e Etnologia, de Fátima.

Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves

A Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves (CMAG), em Lisboa, está mais acessível às pessoas cegas e com baixa visão graças aos percursos de leitura tátil e multissensorial criados. O acesso a um conjunto de peças representativas dos três núcleos da coleção – mobiliário, porcelana e pintura - é agora possível às pessoas com deficiência visual. A CMAG melhorou a sinalética exterior e interior, disponibiliza legendagem e folhetos em braille e realiza visitas e workshops com tradução em Língua Gestual Portuguesa, mas apesar de tudo, as acessibilidades ao museu por pessoas que se desloquem em cadeira de rodas, encontram-se, por enquanto, limitadas.

“Rota do românico: património para todos”

A Rota do Românico do Vale do Sousa tem vindo a promover o valioso património histórico e cultural desta região portuguesa contribuindo para o desenvolvimento sustentado do Tâmega e Sousa.
A VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa assumindo a sua responsabilidade na construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva e democrática, em setembro de 2008, deu início a um plano de promoção de acessibilidade aos 21 monumentos – entre mosteiros, igrejas, memoriais, pontes e torres senhoriais - representantes deste estilo arquitetónico medieval que integram a rota.
O Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa, de natureza multidisciplinar, apresenta propostas que melhoram a acessibilidade ou mobilidade, a todos os níveis, nos monumentos deste circuito. Para este efeito, foi efetuado um levantamento exaustivo, relativamente à acessibilidade de cada monumento, caracterizando o acesso exterior e a circulação interior, na ótica das necessidades das pessoas com deficiência motora. Paralelamente foi analisada a infoacessibilidade dos materiais de divulgação, bem como dos Centros de Informação do projeto.
Na sequência deste levantamento foram editados vários materiais em formatos alternativos e estão a ser efetuadas as intervenções arquitetónicas/ambientais destinadas a melhorar a acessibilidade deste conjunto patrimonial.

As “Rotas Sem Barreiras” do Alentejo e da Estremadura espanhola

Amieira Marinha

Tanto para dar um passeio de barco, como para desfrutar o que de melhor tem a gastronomia tradicional alentejana, a Amieira Marina é uma empresa sem barreiras. Há rampas de acesso ao Barco de Cruzeiro Guadiana para que pessoas com dificuldades motoras possam navegar no Lago do Alqueva. O acesso ao cais e aos barcos poderá ser efetuada através de um elevador adequado a essas funções. O Restaurante Panorâmico Amieira Marina também tem a acessibilidade total e, por isso, a única coisa com que tem de se preocupar é desfrutar da refeição e da bela paisagem sobre as calmas águas do Alqueva.

O site www.rotassembarreiras.com apresenta as condições de acesso ao património histórico, religioso, natural, museus, a participação em atividades de natureza, à pernoita em alojamentos rurais e ao contacto com a gastronomia local.

“Rotas Sem Barreiras” é um projeto criado em 2004, no âmbito do Programa LEADER+/Cooperação Transnacional, fruto de uma parceria liderada pela Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, com a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, e as associações espanholas, CEDECO - Centro de Desarrollo Comarcal de Tentúdia e ADERCO - Asociación de Desarrollo Comarcal de Olivenza.

O “Rotas Sem Barreiras” foi concebido de forma a proporcionar um turismo sem barreiras, acessível a todos, com vista a minimizar as barreiras de acesso, e permitir a valorização dos recursos e serviços turísticos dos territórios envolvidos.

Depois de apurar os recursos turísticos de cada território com maior potencialidade, fez-se um diagnóstico em termos de acessibilidades - pretendia-se identificar os locais acessíveis e os locais com necessidades e possibilidades de serem adaptados - através de questionário e foram emitidos relatórios de recomendações.

A contrapartida às obras, levadas a cabo pelos operadores turísticos e não financiadas pelo programa, seria a integração no Roteiro de Turismo Acessível - Rotas Sem Barreiras, posteriormente editado.

“Paralelamente, fizemos formação na área do atendimento de pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência, para os empresários, para os técnicos de turismo das autarquias e para as pessoas que estavam ligadas aos postos de turismo”, explica a coordenadora do projeto, Manuela Fialho.

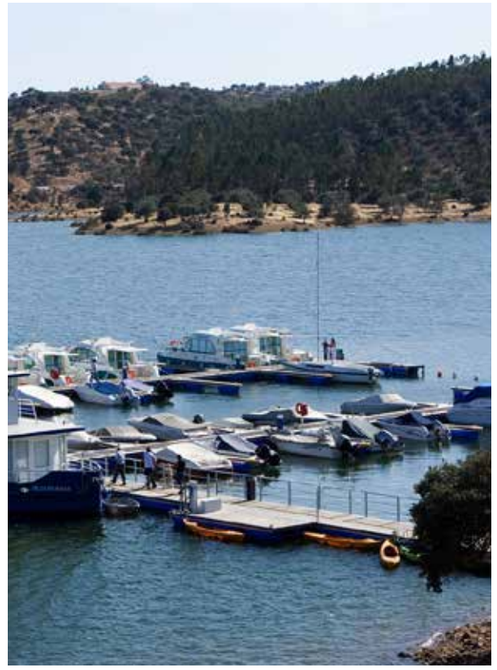
Para além do guia “Rotas Sem Barreiras” em papel, traduzido em três línguas (Português, Espanhol e Inglês), mais recentemente, foram também dinamizadas várias ações de sensibilização, a criação de um site acessível, um guia em formato digital, um DVD promocional dos quatro territórios parceiros - Alentejo Central, Baixo Alentejo, Comarcas de Olivenza e Tentudía - enquanto territórios acessíveis, um Manual Técnico “Espaços Acessíveis” para profissionais do setor turístico e a criação de uma peça de teatro “Muito ajuda o que não atrapalha”.

“Acho que é um bom exemplo de um projeto que, por um lado, e de acordo com as orientações europeias, incentivou a igualdade de oportunidades, e por outro lado trouxe também mais-valias económicas para os nossos territórios”, refere Manuela Fialho.

Estas quatro entidades promotoras do “Rotas sem Barreiras” são gestoras do PRODER nas respetivas regiões e, por isso, também passa pela estratégia de desenvolvimento deste projeto “a possibilidade de incentivar/induzir as pessoas para terem os seus locais adaptados a todos”. Quando as pessoas vão à procura de financiamento no âmbito do PRODER para um determinado projeto as quatro associações não se esquecem de realçar a importância das acessibilidades.

“Estamos todos em rede, a Europa trabalha com o PRODER e o programa LEADER +”, assume a coordenadora do “Rotas sem Barreiras” que tem sido considerado um projeto de boas práticas, “relevante pelo seu carácter inovador”. Mas Manuela Fialho considera que só foi possível levar este projeto transnacional avante graças “à envolvência de um elevado número de entidades, governamentais e não governamentais, ligadas à área da deficiência, mas também de todos os agentes com responsabilidade no desenvolvimento turístico das regiões”.

A experiência de todos ditou a trajetória do projeto em prol do turismo para todos, transformando um “projeto pequeno” numa realidade que tem agora em perspetiva todo o Alentejo. “E eu acho que isso é a grande mais-valia deste projeto: termos vindo a sensibilizar muita gente para esta questão”, confessa Manuela Fialho.



Onde dormir

Sobre bons exemplos de equipamentos hoteleiros acessíveis, a Plural&Singular pediu a agentes turísticos, bem como aos seus entrevistados (estudiosos da matéria e utilizadores) para sugerirem alguns que, de norte a sul do país, garantam conforto, boa acessibilidade e boas condições.
A Turismo de Portugal dá "boa nota" ao Villa Batalha (Batalha, distrito de Leiria), aos algarvios Longevity Wellness Resort (Monchique), ao Água Hotels Riversides (Lagoa), ao Tivoli Victoria Hotel (Vilamoura), bem como ao Aqualuz Suite Hotel Apartamento Tróia Mar (Tróia, distrito de Setúbal), ao Golden Residence Hotel (Funchal, Madeira) e, entre outros, ao Mélia Braga Hotel & Spa (Braga).
Por sua vez, os responsáveis da "Accessible Portugal", enumeraram o Aguahotels Riverside, de Portimão, o Novotel (Lisboa), o Sesimbra Hotel & Spa, da Vila de Sesimbra (Setúbal), e o alentejano Zmar Eco-Camping Resort (Zambujeira do Mar).

Já o responsável pelo site "Algarve Accessible", Sérgio Martins, fala de outros três bons exemplos: o Aquashow Park Hotel e o Hotel Dom José, ambos situados na Quarteira, e o Aparthotel Forte do Vale (Albufeira).
Por fim, a escritora Mafalda Ribeiro, que tem já, fruto das suas viagens tanto em lazer como profissionais, larga experiência em "pernoitar" em equipamentos hoteleiros, lembra que na Lousã existem bons exemplos, graças, naturalmente, ao projeto "Lousã, Destino de Turismo Acessível", e adianta outras localidades "bem apetrechadas" como Viseu, Vilamoura e Guimarães, sendo que na cidade minhota o destaque vai para o Camélia Hotel & Homes.
O HF Fénix Urban (Lisboa) e o Montado Hotel & Golf Resort (Palmela) são citados pelo "Guia de Boas Práticas de Acessibilidade na Hotelaria", um documento com mais de 50 páginas lançado pelo Turismo de Portugal, em maio de 2012, no qual é feito um diagnóstico do que a legislação contempla e dadas sugestões de melhoria.

Camélia Hotel & Homes – Guimarães

Camélia Hotel&Homes, muito mais que um hotel
Situado em Covas, a dez minutos do centro de Guimarães, o Camélia Hotel&Homes é uma unidade hoteleira inclusiva com três vertentes: residências seniores, saúde e bem-estar e turismo. Projetado pelos arquitetos Ricardo Bastos Areias e Maria Luís Neiva esta unidade hoteleira prima, não só pelos elevados padrões de qualidade, como também pelo trabalho arquitetónico rigoroso, totalmente adequado aos serviços que se propõe oferecer.

Três é o número de quartos para pessoas com mobilidade reduzida de que o Novotel de Lisboa dispõe, de acordo com informação publicada no seu site.

Voltar a qualificar Vilamoura

Vilamoura, no Algarve é o maior e mais completo complexo turístico da Europa abrangendo uma área de 1600 hectares. Desde o começo da edificação deste "resort" que a maioria dos empreendimentos desenvolvidos são dedicados, quase na totalidade, ao turismo.
"Obviamente esta diversidade complexa fez manifestar sobre o espaço público os efeitos da sua sobrecarga funcional, já não sazonal, mas quotidiana e progressivamente intensa", pode ler-se na memória descritiva do projeto. Apesar de ter resistido ao uso e ao tempo, era urgente uma intervenção para "qualificar de novo" a Baixa de Vilamoura em redor da Marina, face à degradação urbana que se começava a sentir.
A recente requalificação urbanística do "espaço" que abrange praticamente toda a Baixa de Vilamoura em redor da Marina - desde a Praça Cupertino de Miranda à Alameda da Praia, a norte e sul respetivamente, dos espaços envolventes da Praça Parlatório Romano ao encontro da Rua do Sol com a Estrada da Quarteira – esteve a cargo de mpt® - mobilidade e planeamento do território, Lda, empresa da engenheira Paula Teles.
Vilamoura tornou-se uma zona urbana renovada e acessível a todos. "Neste momento, Vilamoura afirma-se como um território atrativo para viver, trabalhar e visitar!"
Em termos turísticos, Vilamoura é agora foco de atração de cidadãos com mobilidade reduzida. "O uso da bicicleta, o andar a pé, as caminhadas, os passeios pelos decks entre árvores e flores que pintam o chão organizado e sem barreiras, mostra que afinal é possível desenhar uma cidade inclusiva, uma cidade para todos", lê-se na memória descritiva.
O trabalho de requalificação da Baixa de Vilamoura continua, mas os resultados "já são tão positivos que encorajam a equipa mpt® e outras a desenharem com toda a convicção e determinação em conceitos de espaços desta natureza": diferenciadores, de todos, intuitivos e simples.

O empreendimento turístico Água Hotels Riverside (Portimão) dispõe de rampas de acesso, quartos e suites acessíveis, elevadores acessíveis desde a garagem, casas de banho adaptáveis com barras, assistência durante a estadia, piscina interior acessível e possibilidade de alojamento com cão-guia, de acordo com informações publicadas no seu site oficial.

Praia Acessível – Praia para Todos

A praia da Conceição, concelho de Cascais, bem como a praia de Miramar, de Vila Nova de Gaia, e a praia fluvial de Valhelhas, da Guarda, foram as vencedoras do galardão "Praia Acessível – Praia para Todos" de 2012. Neste momento, para a atribuição do galardão para a próxima época balnear, está a decorrer o processo de candidaturas. Caberá aos organismos que fazem parte do júri, selecionar as praias que merecem, em 2013, ser consideradas "acessíveis para todos".

Este projeto teve início em 2004, fruto de uma parceria inicialmente protagonizada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR), o Instituto da Água, I.P., o Turismo de Portugal e o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Entretanto, também, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) se associou a esta iniciativa, cabendo-lhe a tarefa de "fiscalizar" e "traçar o diagnóstico" das praias candidatas.

O objetivo passava, e continua a passar, por premiar, tornando-as exemplos de boas práticas, as praias que "reúnem um conjunto de condições que permitam o seu uso por todas as pessoas, sem que se ponha em causa a idade e as dificuldades de locomoção ou mobilidade", conforme refere a descrição deste galardão publicada no site do INR.

As condições que decidem se determinada praia é uma "Praia Acessível", uma "Praia para Todos" são o "acesso pedonal fácil", a existência de "estacionamento ordenado com lugares para as viaturas ao serviço das pessoas com deficiência", o "acesso à zona de banhos de nível, por rampa ou com recurso a meios mecânicos", existência de passadeiras no areal e de sanitários e posto de socorros acessíveis, bem como, e por fim, as praias têm de estar dotadas de equipa de nadadores salvadores.

Segundo dados remetidos à Plural&Singular pela APA, "em 2012 foram identificadas 526 águas balneares e cerca de 186 estão associadas a zonas balneares classificadas como acessíveis". Ora, "dessas 164 localizam-se no Continente, 15 na Região Autónoma dos Açores e sete na Região Autónoma da Madeira". "Cerca de 98 das praias classificadas como acessíveis têm cadeiras anfíbias para banho" e "das zonas balneares classificadas como acessíveis 155 são costeiras e 31 são interiores".

"Em termos globais e em média pode concluir-se que das existentes cerca de 35 por cento são acessíveis. Para as águas costeiras e interiores mantem-se a mesma percentagem em termos globais", refere a APA.

2009: 1.º lugar – Praia da Manta Rota (Vila Real de Santo António) / 2.º lugar – Praia da Comporta (Grândola);
2010: 1.º lugar – Praia da Luz (Lagos) / 2.º lugar – Praia da Comporta (Grândola);
2011: 1.º lugar – Praia da Comporta (Grândola) / 2.º lugar – Praia da Conceição (Cascais);
2012: 1.º lugar Praia da Conceição (Cascais) / 2.º lugar – Praia de Miramar (Vila Nova de Gaia) / Menção Honrosa – Praia de Valhelhas (Guarda).

Desportos e atividades de lazer inclusivas

"Não há nada que não se consiga fazer. Algum tipo de adaptação é possível, mesmo que não tenha sido criada, mas é possível" – esta é a convicção de Ricardo Shimosakai. O diretor da empresa brasileira Turismo Adaptado acredita que uma pessoa com deficiência "pode não fazer como toda a gente, mas pode fazer de uma forma diferente".

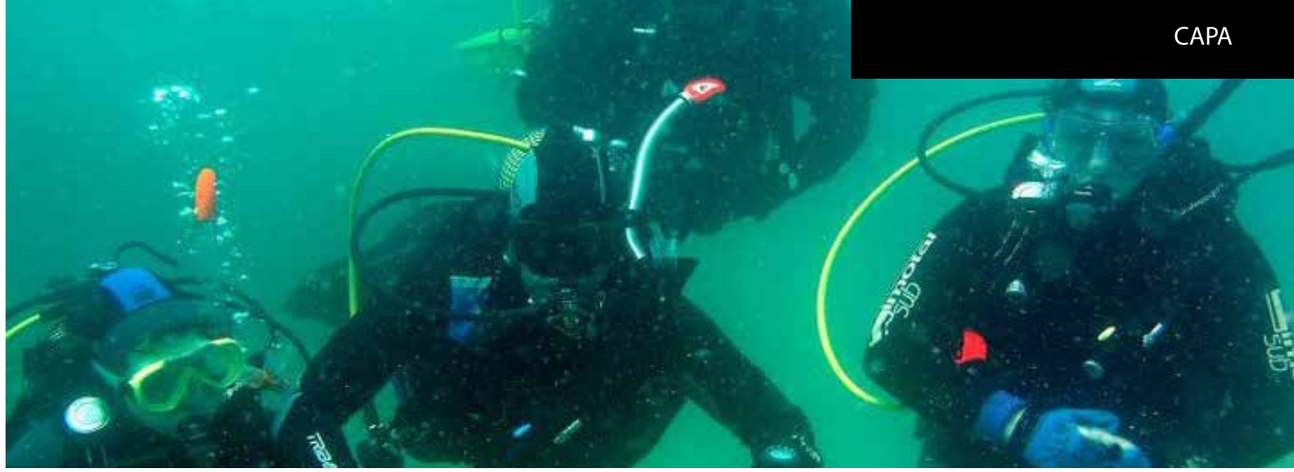
Portanto, escalar montanhas, praticar atividades aquáticas, participar em desportos aéreos ou de pavilhão, são exemplos de bons "complementos" para as férias. O desporto e o lazer podem ser inclusivos… Aliás, os exemplos são de quem pratica, de que já viu praticar, e de quem proporciona a prática…

"Empurrar uma cadeira numa montanha é muito difícil, mas já vi pessoas a escalar montanhas com a ajuda de outras pessoas. Não se escala sozinho, mas tem-se uma conquista em grupo, depois alcança-se o cume da montanha e tem-se um prazer coletivo. É uma forma diferente", descreve Ricardo Shimosakai.

Ora, na água, seja na crista da onda, seja nas profundezas do oceano, também existem exemplos, em Portugal, de desportos e atividades de lazer acessíveis a todos… Ei-los!

O surf…

Pelas mãos da SURFaddict, Associação Portuguesa de Surf Adaptado, que está federada pela Federação Portuguesa de Surf, o surf adaptado é uma das atividades desportivas que tem vindo a crescer nos últimos tempos e a ganhar mais adeptos e praticantes.
Depois de uma participação no Rip Curl Pro Portugal, evento de surf que decorreu em Peniche, em outubro de 2012, a SURFaddict continuou o seu caminho.
Para este verão estão agendadas várias iniciativas, sendo que em breve podem ser destacadas as seguintes: 9 de junho, nos Açores (Praia das Milícias) e 15/16 de junho, em Peniche (Praia do Baleal), numa coorganização com o Península Peniche Surf Clube.
"A SurfAddict considera que as associações têm uma responsabilidade que não se esgota no continente. Muitos caiem no erro de fazer a sua ação apenas à volta da Grande Lisboa. E há muitas carências para além da Grande Lisboa. Vamos aos Açores em forma, também, de pedrada no charco para que se perceba que é necessário expandir horizontes e incluir todo o território nacional neste tipo de atividades", disse, à Plural&Singular, o presidente da SURFaddict, Nuno Vitorino.
Atualmente a SURFaddict conta cerca de uma dezena de praticantes regulares de surf adaptado em Portugal. Por "praticantes regulares" entendam-se os praticantes de surf adaptado que vão à água pelo menos uma vez de dois em dois meses. No entanto, o número de praticantes sazonais aumenta para as três centenas, em Portugal. Em voluntários, a SURFaddict conta com cerca de 500.
"Sobre turismo inclusivo, a nossa perceção é que existe mercado para a pessoa com deficiência. Já recebemos, inclusivamente, contactos dos EUA de praticantes que querem experimentar as nossas ondas, querem surfar em Portugal. Mas registamos falta de condições de acesso a praias ou, muito importante, condições no areal para movimentar cadeiras, por exemplo", referiu Nuno Vitorino, defendendo que estes casos "não devem só estar previstos na legislação", como também "ser cumprida a legislação".



E o mergulho…

"Mergulho para todos" é o lema da DDI – Disabled Divers Internacional, uma organização sem fins lucrativos com sede na Dinamarca mas que também opera em Portugal, há cerca de três anos, através do instrutor de mergulho Paulo Guerreiro.
Com a convicção de que praticar mergulho é "uma forma de estar na vida", os voluntários da DDI levam a cabo ações de promoção do mergulho para pessoas com deficiência, "visando a sua inclusão social e reabilitação física e psíquica".
"Derrubar barreiras, ultrapassar preconceitos, é o que todos os dias milhares de
pessoas fazem para que a sociedade os aceite. Para que possam usufruir desta coisa maravilhosa que se chama viver... E viver em pleno, poder experimentar, sentir... Enfim acumular memórias que irão permitir aquecer as fases mais tenebrosas da vida. Estas pessoas especiais, por circunstâncias que diferem de caso para caso, ficaram defraudadas de algumas das suas capacidades, físicas ou psíquicas e têm sido, muitas vezes por excesso de zelo, afastadas de atividades que lhes podem não só dar prazer como melhorar a sua qualidade de vida", refere a nota explicativa enviada, à Plural&Singular, por uma das responsáveis da DDI Portugal, Vanda Pinto.
Assim, o mergulho recreativo, "não sendo um desporto de competição tem vindo a afirmar-se como uma importante forma de terapia aplicada a muitos graus de deficiência". "Inclusão social" é um dos principais tópicos desta atividade pois um mergulhador nunca entra no mar sozinho e as saídas, realizadas em centros de mergulho, são momentos de confraternização e de diversão.
Surgiu, entretanto, dentro deste espirito, o projeto "Mergulhadores Especiais" que resultou na formação de vários instrutores de mergulho nacionais. O objetivo é, também, explica a DDI, "tornar visível todo o potencial que a prática de mergulho recreativo pode trazer para cidadãos portadores de deficiência".
"De forma totalmente gratuita e voluntária, vários instrutores de mergulho proporcionam a cidadãos portadores de deficiência a possibilidade de efetuarem um batismo de mergulho nas devidas condições de segurança e mais apropriadas ao seu problema específico", explicam, ainda, os responsáveis.
E… "Ser um centro DDI quer dizer que é acessível em termos do espaço físico e tem pessoal devidamente treinado para lidar com as situações inerentes a alguém que apresenta necessidades especiais", completou Vanda Pinto.
Os instrutores estão espalhados por todo o país: Peniche, Almada, Lisboa, Loures, Alvor, Aveiro, Caldas da Rainha, Faro, Funchal, Barreiro, Matosinhos, Porto Covo, Lagos, Sesimbra, Portimão, Porto Santo, Olhão, entre outras cidades. Existem centros de DDI em Portugal nas seguintes localidades: Peniche, Faro, Sesimbra, Porto Covo, Porto Santo e Tavira.

Mundo: um universo de maravilhas

Na opinião do Frederico Costa, Portugal acompanha o trabalho desenvolvido por entidades internacionais, sobretudo europeias, onde se destacam as boas práticas levadas a cabo em países como o Reino Unido, França, Bélgica, Dinamarca e na vizinha Espanha, por exemplo. "Trata-se de instituições como a National Accessible Scheme e a Disabled Go (Reino Unido), a Label Tourisme & Handicap (França), a Toegankelijk e o European Disability Forum (Bélgica), a Equalitas Vitae Turismo Accesible (em Espanha), a Access Unlimited de Israel ou a Accessibility Labelling Scheme, na Dinamarca" enumera o presidente do Turismo de Portugal.

Para fomentar ainda mais as boas práticas europeias, em abril de 2012, foi assinado um acordo de cooperação entre a OMT e a Fundação ACS, para aumentar a colaboração com a ONCE e ENAT. Já outro acordo chave tinha sido assinado em 2011 pela OMT, a fundação espanhola ONCE e a ENAT, com o objetivo de possibilitar o acesso universal às instalações e serviços turísticos.

O resultado destes acordos está em processo de finalização: o manual sobre o Desenvolvimento de Acessibilidade Universal no interesse do turismo para todos, que descreve normas jurídicas e técnicas existentes na acessibilidade e apresenta uma compilação de boas práticas internacionais sobre esta questão. "É nossa esperança que, através desta iniciativa conjunta, os principais decisores do turismo tenham novas ferramentas e recursos para fazer com que os seus destinos, instalações e serviços sejam cada vez mais acessíveis", confessa o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai.

Ricardo Shimosakai considera que Portugal está mais avançado em questões de turismo acessível por fazer parte da União Europeia (UE). O diretor da empresa brasileira Turismo Adaptado, vocacionada para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no lazer e no turismo, acredita que o Brasil precisava de um organismo com a influência da UE para conseguir dar resposta aos cerca de 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. "Temos a MERCOSUL, mas na verdade não tem muita força, nem tão grande como a UE", assume.

Ricardo Shimosakai é formado em Turismo e dedica-se ao turismo acessível desde o tiro que levou num sequestro relâmpago e que o deixou paraplégico, em 2001. Desde essa altura que publica no blogue Turismo Adaptado as viagens que vai fazendo para partilhar a informação das condições existentes para as pessoas com deficiência motora, principalmente.

Já esteve em Portugal e assume que "no Brasil tem havido muitas iniciativas, mas há falta de orientação para fazer as coisas da forma correta". "Achei que Portugal está mais avançado do que nós [Brasil]", confessa. Impressão partilhada por Paula Teles convidada a dar a conhecer as boas práticas que coordena no nosso país irmão. "Eu acabei de chegar do Brasil e é incrível o atraso que se está a viver lá em matéria de acessibilidades. Está muito pior que a Europa".

CAPA

A viagem inesquecível de Mafalda Ribeiro teve como destino Israel. "Vivi sete dias inesquecíveis e perfeitos sobre rodas, a convite do Ministério do Turismo de Israel, da Israel4All e da Brussels Airlines. À partida é algo inimaginável de ter tão boas acessibilidades já que Israel é um pedaço de geografia que está em guerra permanente e tem séculos e séculos de história. Mas as surpresas vêm de onde menos esperamos e o trabalho que eles têm feito a nível de acessibilidade é de uma autêntica vénia. Percorrer as ruas da Cidade Velha, em Jerusalém, fazer a "Via Dolorosa", ir de cadeira para dentro do Mar Morto, entrar no rio Jordão, subir de teleférico no meio de penhascos e desfiladeiros para contemplar o palácio do Rei Herodes ou andar sobre rodas em pleno deserto, em Massada, por exemplo, foram experiências que se não as vivesse não acreditava que pudessem acontecer. Desta viagem surgiu um livro que espero que seja publicado este ano. Todas as pessoas, com ou sem limitações físicas, vão querer conhecer o Centro do Mundo, tenho a certeza".

Mas na hora de comparar o Brasil com os restantes países da América Latina… "Estamos bem mais à frente, por isso a ideia é fazer esse trabalho envolvendo toda a América do Sul", adianta Ricardo Shimosakai que quer estender o consistente trabalho do Turismo Adaptado a todos os países sul-americanos.

O blogue que modera há mais de dez anos ganhou protagonismo e agora Ricardo Shimosakai participa em palestras, cursos e formações de capacitação em empresas, eventos e escolas. Também é responsável por consultoria em acessibilidades, elabora campanhas de sensibilização e apresenta-se como o único serviço brasileiro de agenciamento de viagens vocacionado para pessoas com deficiência, composto em parceria com a Viamercosul.

Do Brasil, Ricardo Shimosakai destaca São Paulo. "Um sítio muito interessante para ser visitado e creio que é a cidade mais acessível do Brasil, apesar de ser uma cidade muito grande e ter várias coisas por fazer", diz.

Nova Iorque, nos EUA, é a cidade que mais marcou o brasileiro e onde, segundo Nuno Ribeiro do Blog dos Cruzeiros, "os direitos civis têm uma importância que ainda não se verifica ao mesmo nível na Europa e noutros continentes".

Shimosakai destaca também Barcelona por ter sido uma das sedes das Olimpíadas e Parolimpíadas. "Aproveitaram o evento e fizeram uma remodelação na cidade em questão às acessibilidades. Tudo ficou como um legado para cidade". Agora que se aproximam o Mundial 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 o brasileiro não acredita que o mesmo aconteça no Rio de Janeiro. "Já tivemos a experiência dos Jogos Pan-Americanos em que foram feitas acessibilidades ruins e somente para o evento que quando acabou, todas as acessibilidades foram embora".

"Costumo dizer que quando lá chego não me sinto deficiente", admite Mafalda Ribeiro em relação à muito referenciada Barcelona quando se fala em acessibilidades. "Porquê que chegamos a Espanha e vemos tantos carrinhos de bebé – a taxa de natalidade é maior? Não é. Simplesmente há muitos anos que os espanhóis têm uma aptidão enorme pela vivência no espaço público e tornaram-se muito mais acessíveis. Têm a força da ONCE que domina muito a atmosfera espanhola e portanto estão muito mais avançados em matéria de acessibilidades", explica Paula Teles.

Continuando pela enumeração dos destinos exemplares em relação à aposta no turismo para todos, a coordenadora do guia Rota sem Barreiras, Manuela Fialho, que não se esqueceu de citar a cidade de Gaudí, prefere dar "um salto" ao Reino Unido. "Londres é uma cidade que está toda adaptada. É a melhor cidade a nível da Europa. Tem a parte da acessibilidade motora toda ultrapassada e tem trabalhado muito a questão do resto das deficiências, a deficiência mental, a auditiva e visual", atesta Manuela Fialho.

"Em todo o mundo encontra-se, em todos os países com situações irregulares relacionadas com experiências territoriais, uma paisagem variada de organizações e associações da sociedade civil que trabalham em prol das ofertas de turismo acessível. Eu não tenho conhecimento da existência de um país completamente acessível. Mas podemos testemunhar que continentes inteiros, como a Europa, a América Latina e a África estão a trabalhar cada vez com maior empenho, para abrir o mercado de forma permanente".

Roberto Vitali, diretor da Village for all – V4A®

Village for all – V4A®, férias para todos

Village for all – V4A® é uma marca internacional de qualidade cuja missão assenta na promoção do turismo acessível, na inclusão social e no direito a férias para todos.
O reconhecimento do trabalho efetuado por esta empresa italiana ultrapassa as fronteiras de Itália e o apoio da OMT - Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, da ENAT - Rede Europeia de Turismo Acessível e da SKAL - Associação Internacional de Viagens e Turismo Profissional é essencial para que a Village for all – V4A® consiga avançar a passos largos na promoção do turismo para todos. "A marca V4A ®, presente na Itália e na Croácia, está, neste momento à procura de parcerias com o Brasil e a América Latina", revela o presidente da V4A®, Roberto Vitali, que acredita ter, "até o final de junho de 2013, mais de 50 estruturas turísticas com a marca V4A ®".
Os operadores turísticos que ostentam esta marca de turismo para todos cumprem os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Manifesto sobre Turismo Acessível do Ministério de Turismo italiano e o Código de Boa Conduta da ENAT.
Roberto Vitali considera que a força da V4A ® é, justamente, ter-se rodeado de organizações que protegem os interesses das pessoas com deficiência e de entidades ligadas ao turismo para, através das sinergias criadas, combinar os interesses de ambas.
Para os turistas, a Village for all garante informação cuidadosa, fiável e precisa, assim como um cartão V4A ® que dá direito a descontos e ofertas de última hora oferecidos pelos operadores turísticos filiados que, por sua vez, podem beneficiar dos especialistas da V4A ® para o diagnóstico, consultoria e assistência ao projeto de acessibilidades para obedecer ao design universal.
A empresa faz também formação para o atendimento personalizado e, acima de tudo, promove "uma cultura inovadora de turismo atenta às necessidades dos turistas, mesmo aquelas que não são muito óbvias, como as necessidades de famílias com crianças, idosos, pessoas com alergias ou intolerâncias".

Gitando.all – Feira Internacional de Turismo e de Desporto Acessíveis

Com o apoio da Comissão Europeia e organizada pela Feira de Vicenza S.p.A em parceria com a Village for all – V4A® e a região de Veneto, a Gitando.all é "a vitrina europeia que demonstra a importância e o crescente desenvolvimento do turismo acessível".
A 5.ª edição deste certame, realizado de 21 a 24 de março, contou com mais de 250 expositores e cerca de 30 mil visitantes – mais 23 por cento que em 2012.
Aquela que começou por ser, em 2009, uma feira regional, é agora um reconhecido evento internacional para dar a conhecer as ofertas turísticas existentes e para fomentar a discussão do turismo para todos, aproveitando para chamar a atenção do potencial económico que este segmento da indústria de turismo representa.
A 3.ª edição do MITA - Encontro Internacional de Turismo Acessível trouxe as melhores práticas internacionais e nacionais de Turismo Acessível. Enquanto a 3.ª edição do BIFA - Buy Italy for all foi uma espécie de "rodada empresarial" para dar a conhecer aos operadores turísticos interessados o turismo italiano acessível. "Este ano cerca de 80 compradores internacionais interessados na oferta de turismo acessível participaram no workshop para conhecer mais de 100 vendedores italianos que ofereciam serviços turísticos acessíveis", revela o presidente da V4A®, Roberto Vitali.
Além de tudo isto a Gitando.all apresentava uma sala de exposições dedicada ao design universal e tecnologias de apoio para as férias, desporto e lazer. Parte do recinto era dedicado ao desporto para pessoas com deficiência e também tinha uma área aplicada à "Cultura para Todos" onde se podia conhecer, através de um caminho tátil, obras de arte do Museu Omero para que todos pudessem descobrir e compreender a arte com outros sentidos além da visão.
O presidente da V4A®, Roberto Vitali, é paraplégico devido a um acidente de mota que teve em 1975 e dedica-se, desde 1992, ao turismo acessível. Faz parte do Comité para a Promoção do Turismo Acessível do Ministério do Turismo italiano, participou da elaboração do Manifesto do Turismo Acessível e na elaboração do Livro Branco de Turismo Acessível. Nunca visitou Portugal, mas pretende-o fazer num futuro próximo. Considera, em relação ao potencial turístico português, que todas as áreas são interessantes: "A cultura, a gastronomia e a beleza natural são componentes muito fortes de atração".
Roberto Vitali e a marca V4A ® acreditam neste mercado e nas oportunidades que tem para oferecer. "O interesse do empreendedor turístico nesta área está a crescer cada vez mais, e isso é muito gratificante por todo o nosso esforço, empenho e dedicação", confessa o presidente da V4A®.

O site www.buyitalyforall.com/ diz respeito ao workshop business to business "Buy Italy for all" sobre turismo acessível.

No site www.villageforall.net, disponível em seis línguas italiano, inglês, francês, alemão, espanhol e dinamarquês, encontra-se informação completa de todas as estruturas turísticas com a marca V4A®, com medições, instalações e serviços oferecidos.

Mais sobre a ENAT – Rede Europeia de Turismo Acessível

A ENAT - Rede Europeia de Turismo Acessível é uma rede internacional criada em 2006 por nove organizações e com o apoio da União Europeia para ajudar a tornar destinos europeus de turismo, produtos e serviços acessíveis a todos. Agora com membros de todo o mundo, a ENAT reúne todos os intervenientes do setor do turismo - privados, públicos e organizações não-governamentais - para compartilhar experiências, aprender uns com os outros e colaborar em projetos e parcerias conjuntas. Apoia também o desenvolvimento e difusão de boas práticas e políticas, como meio de sensibilização, conhecimento e experiência sobre as questões de acessibilidade no turismo europeu.
A especialista em turismo acessível, Ana Garcia, é membro do conselho de administração da ENAT desde maio de 2012. Mas de Portugal também fazem parte desta rede europeia, a agência de viagens que Ana Garcia dirigiu, a Accessible Portugal, e o projeto Lousã – Destino Turístico Acessível como coordenadores nacionais, mas também a engenheira civil Paula Teles, o consultor na área de reabilitação de pessoas com deficiência, José Carvalhinho e a marca Algarve Accessible da agência de viagens Rotatur - Operadores Turísticos têm assento nesta rede.

V4A®.
Um dos principais obstáculos e dificuldades é a falta de modelos que garantam a qualidade que este mercado necessita. "O turismo acessível é um mercado pouco conhecido do âmbito empresarial turístico: é um nicho transversal do mercado". Muitas vezes este segmento renuncia às férias devido à ausência de informação sobre acessibilidades ou por causa da falta de comunicação transparente e objetiva. "E isso é uma verdadeira vergonha, porque este setor oferece muitas oportunidades de negócios inexploradas", assegura Roberto Vitali.
Holiday Village Florenz, de Comacchio, em Ferrara, na Itália tem oito hectares com 37 casas pré-fabricadas e um retorno anual de 2,8 milhões dos quais sete por cento é gerado por pessoas com deficiência - neste número não inclui as pessoas com alergias alimentares, idosos, pessoas com problemas de saúde, porque podem não ser detetados pela empresa. Mais informações em www.campingflorenz.com
O Hotel de Saúde e Bem-estar, Ermitage Bel Air, www.ermitageterme.it em Abano Terme, em Pádua, Itália, é um SPA com 145 quartos, 13 deles acessíveis. O tempo médio de permanência dos hóspedes no hotel, segundo dados de 2011 da associação comercial local, é de 8,6 noites e em outros espaços de Abano Terme 3,8 noites. Segundo dados do próprio hotel, considerando a comparação entre a ocupação entre os quartos tradicionais e os com acessibilidade, é interessante reparar que de uma forma geral, quer em termos de tempo médio de permanência, quer em número médio de pessoas por quarto, quer em gastos por noite, os hóspedes dos com acessibilidade total estão à frente dos restantes no hotel Ermitage Bel Air.

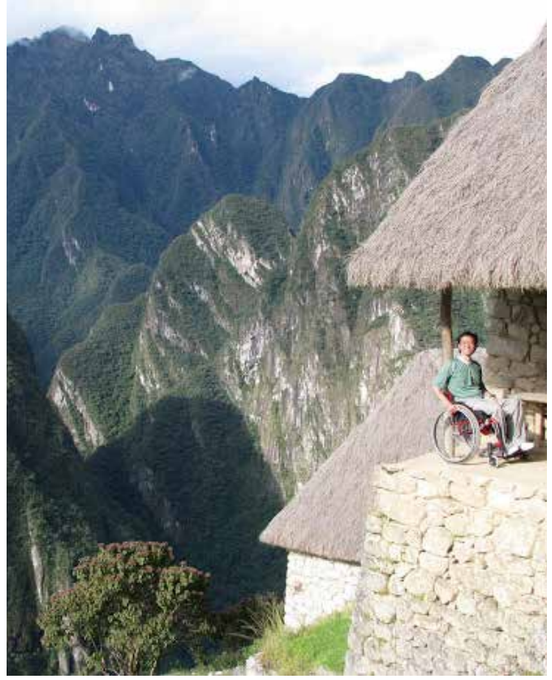
Ricardo Shimosakai já viajou pelo mundo inteiro e gosta de falar em conquistas coletivas quando visita algum lugar menos acessível, mas ainda assim encantador. "Machu Picchu [Peru] é um lugar muito rústico, não há como colocar plataformas lá porque é um lugar preservado porque é um lugar cheio de degraus. Fui carregado porque não há outra maneira, mas é possível conhecer todo o local, é muito fascinante, foi uma conquista".

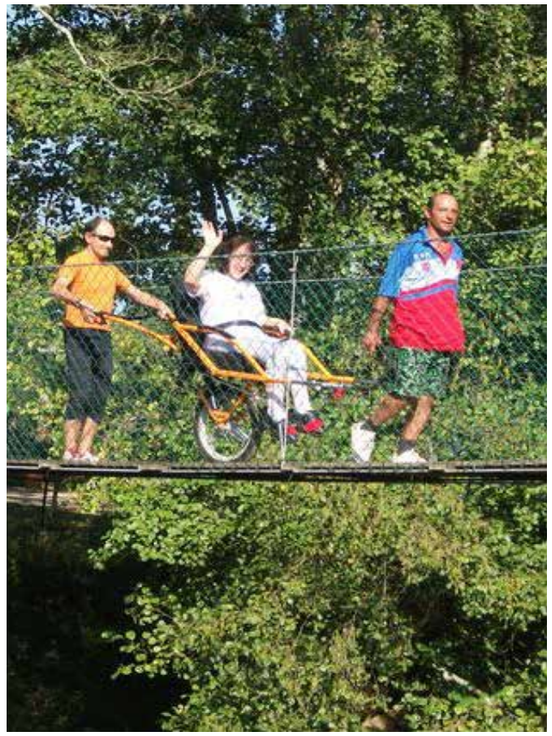
Seja em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo, o turismo para todos está ainda a dar os primeiros passos. Ainda assim, já há boas práticas que servem de exemplo para os que ainda não se "renderam" ao turismo acessível. É imperativo que a promoção da matéria da acessibilidade e mobilidade esteja em articulação com os esforços em tornar o turismo universal, não esquecendo que TODOS têm direito a desfrutar de momentos de lazer em tranquilidade.

Mas enquanto que o turismo acessível "está a aprender a andar" é necessário, na opinião de Ricardo Shimosakai "convencer a própria pessoa com deficiência" de que a falta de condições de acessibilidade e mobilidade para viajar não deverão "estragar a viagem dela". "É necessário libertar-se um pouco disso porque consegue-se dar um jeito", considera o diretor da empresa brasileira Turismo Adaptado que já se rendeu a vários locais bonitos, apesar de inacessíveis.

"Há lugares que nem convém a questão da acessibilidade", refere Shimosakai. Tais como, destinos onde a natureza é rainha e de um certo modo as acessibilidades não são bem-vindas porque qualquer intervenção pode desvirtuar o próprio estado natural das coisas. "Quando os itinerários são mais exóticos, como é o caso das Ilhas tailandesas ou das Caraíbas, é preciso ter em mente que a própria natureza paradisíaca destes locais poderá constituir um obstáculo incontornável para quem apresenta dificuldades físicas", avisa também Nuno Ribeiro do Blog dos Cruzeiros.

"Há pessoas que questionam as acessibilidades em locais que não faz sentido existirem e nós estamos preparados para procurar formas de solucionar isso e aumentar o nosso leque de oportunidades", garante Ricardo Shimosakai. O brasileiro, à semelhança de Nuno Ribeiro, entende que enfrentar a falta de acessibilidades pode não ser "uma coisa ruim" e deve ser encarado como uma aventura. "De qualquer dos modos, é fundamental ser flexível. Nem todos os caminhos serão acessíveis e é preciso ter a abertura de espírito suficiente para contornar os obstáculos e aproveitar o melhor possível da viagem". Dito isto, resta à Plural&Singular desejar a TODOS, boas viagens!!!





Fernando Fontes
Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra
fernando@ces.uc.pt

Para uma genealogia do movimento de pessoas com deficiência em Portugal

De um mecanismo para resolver a crise no relacionamento entre indivíduos e Estado, a noção de cidadania afirmou-se como um aspeto central nessa relação. Para tal contribuiu o aumento e diversificação do conflito social, a partir dos anos 1960, e a exigência de uma maior participação cidadã nas atividades do Estado por parte de novos movimentos sociais que obrigaram a uma expansão da noção de cidadania. Partindo de um modelo tripartido de cidadania (Marshall, 1950) – civil, política e social –, os novos movimentos sociais têm afirmado novas formas de cidadania como a cidadania sexual ou íntima (Plummer, 2003) ou a cidadania ecológica (Dobson, 2003).

Entre os novos movimentos sociais, conta-se o movimento de pessoas com deficiência. Este movimento emerge sobretudo nas décadas de 1960/70. Para tal, as pessoas com deficiência uniram-se na formação de organizações, denunciando a exclusão e opressão de que são vítimas, nomeadamente por parte do sistema educativo, dos serviços de segurança social, do mercado de trabalho, do ambiente físico construído, entre outras (Barnes et al, 2000).

No caso português, as primeiras organizações datam dos anos 1920/30. Exemplos incluem: a Associação Luís Braille (1927), o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto (1934) e o Grupo 'Os Surdos' fundado em Lisboa (1936). Nas décadas 1940/50, surgiram coletivos como o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa (1945), bem como um seu congénere criado no Porto (1951), a Liga de Cegos João de Deus (1952), a Associação de Cegos do Norte de Portugal (1958) e a Associação Portuguesa de Surdos (1958) (Oliva, 2001; Carvalho, 2007). Estas organizações, centradas numa única incapacidade, não configuram, todavia, um movimento social, uma vez que a articulação entre os diferentes coletivos era reduzida e a sua ação pautava-se pelo não envolvimento político (Oliva, 2001). Funcionando como grupos desportivos e/ou espaços de convívio para cegos e surdos fora da esfera pública, estas iniciativas decorriam de uma

filosofia dominante centrada na caridade. Acresce ainda que muitas destas organizações foram lideradas por pessoas sem deficiência até 1974.

A guerra colonial e o regresso a Portugal de um grande número de jovens com incapacidades decorrentes do conflito abriram caminho para um novo entendimento da deficiência em Portugal (Fontes, 2008).

Em 1972, em resultado da discussão de uma lei sobre reabilitação e integração de pessoas com deficiência, é criada a primeira organização que abrange todos os tipos de incapacidade – a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Este coletivo organizou o primeiro Encontro de Deficientes (1978) e o primeiro Congresso Nacional de Deficientes (1980) (APD, 1997).

O final da ditadura permitiu a transformação da deficiência numa questão política e a emergência de novas vozes reivindicativas. A primeira organização a surgir foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em 1974 (ADFA, 1999), seguida da Comissão Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho, que dará lugar em 1976 à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST).

Este puzzle completar-se-á ao longo das décadas de 1980/90. Primeiro, com a formação da primeira plataforma de associações de e para pessoas com deficiência – a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (CCNOD), actual CNOD (APD, 1997). E, posteriormente, com a unificação das associações de cegos em 1989 numa organização – a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) (ACAPO, 2009) –, bem como a criação de múltiplas organizações de surdos durante os anos 1990 e a formação da Federação Portuguesa das Organizações de Surdos em 1993 (Carvalho, 2007).

É, pois, este grupo de organizações lideradas por pessoas com deficiência na defesa dos seus direitos que constitui o Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal.

O contexto social, histórico e político em que o movimento se desenvolveu imprimiu-lhe um conjunto de características que influenciaram de modo significativo reivindicações, estratégias e resultados obtidos (Fontes, 2011a, 2011b).

Uma das características mais marcantes deste movimento é a ausência de uma identidade coletiva. Contrariamente ao caso inglês, em que a existência de unidades residenciais para pessoas com deficiência permitiu desde os anos 1960 a criação deste espírito coletivo, unindo posteriormente as organizações sob uma mesma plataforma (Campbell e Oliver, 1996), em Portugal o regime ditatorial e o reduzido número de pessoas em unidades residenciais impediu a formação desta solidariedade que surgirá apenas entre os deficientes das forças armadas nos anos 1960/70, precisamente em resultado da sua experiência nos hospitais militares.

Uma segunda característica do movimento é a ancoragem teórica e política da maioria das organizações no modelo médico de deficiência e a sua ênfase na reabilitação e nos benefícios sociais para compensar 'falhas' corporais. Mesmo quando se regista alguma articulação com o modelo social da deficiência, isto não significa uma alteração das conceções de deficiência, mas apenas a coexistência de ambas as filosofias.

A inexistência de uma identidade coletiva em articulação com uma fraca politização da deficiência estão na base da terceira característica que assinalo: a inexistência de unidade no movimento. Tal fator inibiu uma ação concertada e amplificou processos de diferenciação interna. Na verdade, nunca se conseguiu construir uma identidade coletiva que ultrapassasse as especificidades das incapacidades individuais, as narrativas biográficas ou as filiações institucionais. No caso português, o corpo e a incapacidade têm sido elementos centrais na construção da identidade individual, bem como do argumentário reivindicativo das organizações.

Por fim, gostaria de assinalar o investimento do movimento em 'reivindicações de primeira necessidade', ou seja, centradas em direitos básicos, essenciais à obtenção de um patamar mínimo de cidadania, tais como o acesso à reabilitação. Menos comuns são as reivindicações em torno de questões políticas e sociais.

Em suma, as características do movimento de pessoas com deficiência em Portugal são claramente influenciadas pela história sociopolítica e económica de um país em que a ausência de um Estado-providência forte (Santos, 1999) colocou as pessoas com deficiência numa difícil situação económica, por vezes abaixo do limiar de pobreza (Hespanha, 2001), condicionando as estratégias e linhas de prioridade do movimento.

Referências:
ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. 2009. Historial da ACAPO. Consultado a 10/2/2009, em http://www.acapo.pt/acapo.asp?op=historial.
ADFA. 1999. 25 anos 1974 – 1999. Lisboa: ADFA.
APD. 1997. 25 Anos – Contra a Discriminação, Pela Igualdade de Direitos. Lisboa: Associação Portuguesa de Deficientes.
Barnes, C., Mercer, G. and Shakespeare, T. 2000. Exploring Disability – A Sociological Introduction. Cambridge: Polity Press.
Campbell, J.; Oliver, M. 1996. Disability Politics – Understanding our past, changing our future. London: Routledge.
Carvalho, P. V. 2007. Breve História dos Surdos em Portugal. Lisbon: Surd'Univeso.
Dobson, A. 2003. Citizenship and the Environment. Oxford: Oxford University Press.
Fontes, F. 2008. Early and current approaches to disability in Portugal: a brief overview. In: T. Campbell, F. Fontes, L. Hemingway, A. Soorenian, C. Till (orgs.), Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives. Leeds: Disability Press, 77-92.
Fontes, F. 2011a. Social citizenship and collective action: The case of the Portuguese disabled people's movement. Tese de doutoramento, University of Leeds.
Fontes, F. 2011b. Deficiência e Cidadania: o papel do movimento de pessoas com deficiência em Portugal. In: Regina Salvador; Ana Firmino; Cristina Ponte; Eduarda Ferreira (orgs.), Geografias de inclusão: Desafios e oportunidades. Lisboa: e-GEO, 90-101.
Hespanha, P. 2001. Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: B.S. Santos (org.), Globalização – Fatalidade ou Utopia?. Porto: Edições Afrontamento, 163 – 196.
Marshall, T. H. 1950. Citizenship and Social Class, and Other Essays. Cambridge: Cambridge University Press.
Oliva, F. 2001. O Associativismo entre os cegos em Portugal. Cadernos Gesta. Ano I Nº 1 Julho 2001. Consultado a 20.5.2013, em: http://www.gesta.org/gesta01/artigo02.htm.
Plummer, K. 2003. Intimate Citizenship: Private Discussions and Public Dialogues. Seattle and London: University of Washington Press.
Santos, B.S. 1999. The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, 140.

MEDIA & DEFICIÊNCIA

Sérgio Gomes da Silva
Coordenação Grupo de Reflexão Media e Deficiência
www.facebook.com/mediaedeficiencia

A deficiência e o deslumbramento pela tecnologia

Tenho uma deficiência visual bastante acentuada que me impõe limitações com as quais estou sempre a lutar, tentando superá-las. Talvez por isso, acompanho com particular interesse a evolução da ciência e os desenvolvimentos tecnológicos, procurando sempre vislumbrar em que medida poderão melhorar a minha vida e a das demais pessoas.

Nas últimas semanas tenho andado a refletir sobre como a evolução em quatro domínios particulares poderá ser aproveitada para melhorar a vida das pessoas com deficiência, a saber: o Google Glass, os automóveis que se auto conduzem, a impressão a três dimensões e os interfaces cérebro computador.

O Google Glass é um dispositivo (poderíamos chamar-lhe gadget) que, sendo embora e de alguma forma uma evolução natural dos smartphones, é para o grande público percursor de um novo tipo de equipamentos designados como wearable computers, ou seja, dispositivos eletrónicos que os seus utilizadores vestem, ou melhor, usam de modo prolongado junto ao seu corpo como se de vestuário se tratasse. Numa descrição algo rudimentar e pouco precisa, poderíamos dizer que o Google Glass traz os componentes típicos de um smartphone montados numa estrutura semelhante à armação de óculos, permitindo o seu controlo através da voz e do toque num touchpad colocado numa das suas hastes. Tirar fotos ou fazer filmes neste gadget eletrónico está à distância de um comando de voz do género "Glass tira foto" ou de um leve e subtil toque no aparelho. É claro que a facilidade e discrição do modo de uso deste equipamento tornam-no especialmente problemático, por exemplo, no que à salvaguarda da privacidade diz

respeito. Mas também traz um extraordinário potencial. Pensemos, por exemplo, numa pessoa cega. Com um dispositivo destes e o software adequado pode saber com quem se cruza na rua. Imagine o leitor que se aproxima de uma pessoa cega sua conhecida na rua e, mesmo antes de lhe dirigir a palavra, ela lhe diz: bom dia Manuel! Pode parecer-lhe algo menos importante, mas imagine como seria a sua vida se não conseguisse reconhecer as pessoas e o extraordinário que seria haver uma tecnologia que, de um momento para o outro, lhe permitiria superar tal limitação! E já imaginou o que este gadget poderá fazer pela autonomia e integridade física das pessoas com deficiência visual? Com ele, num futuro não muito distante, estas pessoas poderão deslocar-se livre e confiantemente pela rua sem precisarem de bengala ou guia e sem terem de se preocupar com os obstáculos ou com o facto de não verem os carros ou a cor do semáforo. São inúmeros os sítios da Internet onde poderá encontrar mais informação sobre o Google Glass, deixo-lhe um para iniciar a sua investigação: http://www.bbc.co.uk/news/technology-22538854?SThisFB

Do mesmo modo, o automóvel que se auto conduz (verdadeiramente, aliás, podemos dizer que a palavra automóvel – aquela máquina que se move autonomamente – só agora passará a ter pleno sentido), também designado carro sem condutor, trará uma melhoria muito significativa na vida de muitas pessoas que deixarão, assim, de depender de terceiros para se deslocarem autonomamente. Já me estou a imaginar num futuro próximo em que poderei ir visitar a família, que vive a cerca de 400km de mim, sem ter de depender de horários ou greves dos transportes públicos. Também anseio o futuro em que poderei ir às compras de bens mais volumosos ou pesados sem ter de pedir boleia a algum amigo. Entre as muitas páginas com informação sobre os designados carros sem motorista, poderá começar por: http://www.ted.com/talks/sebastian_thrun_google_s_driverless_car.html

A impressão a três dimensões (impressão 3D) é uma tecnologia que está a revolucionar os processos industriais, sendo previsível que conduzirá a uma revolução económica global. Mas também para as pessoas com deficiência esta nova tecnologia abre oportunidades sem limites. Destaco apenas uma dimensão entre as muitas que poderia referir. A produção de próteses torna-se muito mais fácil e suscetível de adequar às necessidades e especificidades de cada pessoa, aumentando, assim, a utilidade para cada um e, nalguns casos, viabilizando intervenções que com a tecnologia anterior não eram sequer possíveis. Ainda hoje ouvi nas notícias que a vida de um bebé foi salva por uma prótese colocada no seu aparelho respiratório cujo fabrico seria impossível antes da existência das impressoras 3D. A notícia sobre esta intervenção pode ser lida em http://edition.cnn.com/2013/05/22/health/baby-surgery
Mais informação sobre impressão 3D
http://www.youtube.com/watch?v=G0EJmBoLq-g

Os interfaces cérebro computador são, dos quatro exemplos que escolhi, aquela área que mais tempo demorará a atingir todo o seu potencial, mas também aquela que maiores benefícios trará, pois permitirá, num tempo muito distante, é certo, ultrapassar todas as limitações sensoriais e motoras. Falta saber se nessa altura ainda seremos seres humanos, mas essa é uma questão para outro artigo. Já hoje há pessoas que através destes interfaces controlam braços robóticos que usam na sua alimentação. Veja-se o caso da senhora objeto da reportagem do the guardian acessível em http://www.guardian.co.uk/science/2012/dec/17/paralysed-woman-robotic-arm-pittsburgh
Para mais informação sobre os desenvolvimentos científicos e tecnológicos neste domínio pode aceder a http://bits.blogs.nytimes.com/2013/04/28/disruptions-no-words-no-gestures-just-your-brain-as-a-control-pad/
http://www.euronews.com/2013/05/20/deep-inside-the-brain/

Mas não nos deixemos enganar. Não tenho qualquer dúvida que a tecnologia tem dado um importante contributo para a qualidade de vida e a inclusão das pessoas com deficiência e no futuro esse contributo será cada vez mais relevante. Todavia, nunca substituirá o papel da sociedade e de cada um de nós. Com efeito, o fator humano sempre foi e continuará a ser o mais significativo para a inclusão das pessoas com deficiência. Aliás, se não forem devidamente enquadrados no âmbito de dinâmicas sociais e de relações humanas que valorizem e atribuam a cada pessoa o seu lugar, a tecnologia pode até tornar-se num fator acrescido de exclusão, pois pode remetê-las para guetos ondem vivem auxiliadas por máquinas, mas ostracizadas do convívio com outras pessoas. É, assim, imperioso que saibamos extrair das tecnologias a máxima utilidade, mas que não nos deixemos deslumbrar por elas, perdendo o foco e abrindo a porta para um mundo menos humano.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ser Capaz a dobrar em 2012…

“Ser Capaz” a dobrar em 2012…

Na 3.ª edição do prémio “ Ser Capaz – Investigação e Tecnologia”, promovido pela Associação Salvador para laurear projetos que tenham como objetivo facilitar a vida das pessoas com deficiência motora, foram distinguidos dois trabalhos: a “Cadeira de Rodas Elevatória” sem fonte de energia auxiliar e o “Fisiosoft”, um sistema interativo de fisioterapia de baixo custo.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas

Prémio “ Ser Capaz – Investigação e Tecnologia”
Na edição de 2012 do prémio anual, que pretende estimular o desenvolvimento de projetos que contribuam para o desenvolvimento de produtos, instrumentos, tecnologias, metodologias, equipamentos ou sistemas técnicos que previnam, compensem, atenuem ou neutralizem a incapacidade de uma pessoa portadora de deficiência motora, o primeiro lugar foi “dividido” por dois projetos. Cada um deles recebeu uma retribuição pecuniária no valor de cinco mil euros patrocinada pelos Laboratórios Abbott e pelo Banco Espírito Santo. As candidaturas foram avaliadas pelo fundador e presidente da Associação Salvador, Salvador Mendes de Almeida, pelo presidente da YDreams, António Câmara e pelo professor - DEEI-FCT– Universidade do Algarve, Fernando Lobo.
A cerimónia de entrega dos prémios realizou-se em janeiro e contou com a presença do júri e dos promotores dos projetos vencedores: Daniel Correia, João Batista e Ricardo Pereira que desenvolveram a Cadeira de Rodas Elevatória e João Tavares e João Fradinho Oliveira, responsáveis pelo “Fisiosoft”.
Os vencedores têm agora um impulso fundamental para apostaram no desenvolvimento dos respetivos projetos que a Plural&Singular vai dar agora a conhecer em mais pormenor.

Cadeira com utilizador em posição normal

Projeto “Cadeira de Rodas Elevatória”
Não necessita de fonte de energia auxiliar e mantém a função de ser dobrada. Estas são as duas características principais desta cadeira de rodas desenvolvida, no âmbito de uma disicplina do curso de Engenharia Mecânica da Universidade de Aveiro, entre fevereiro e junho de 2012.
Por iniciativa do grupo definiu-se que o projeto a desenvolver seria relacionado com uma cadeira de rodas. “Surgiu então a ideia de uma cadeira que permitisse a verticalização mas não perdesse no entanto a capacidade de ser dobrável, nem recorresse a nenhuma fonte de energia externa auxiliar”, explica um dos promotores do projeto.
No fundo a cadeira de rodas é convencional, mas graças ao sistema mecânico que permite ao utilizador, com pouco esforço dos membros superiores, elevar a base da cadeira e conseguir posicionar-se a uma altura que conceda a facilidade de acesso, por exemplo, a um multibanco.
São estas as vantagens competitivas deste produto que permite manter o baixo peso, dimensões e características como a compacidade – possibilidade de ser dobrada - bastante próximas de uma cadeira convencional ao contrário das diversas soluções do mercado que possibilitam a elevação mas estão associadas a uma

Tanto na posição normal da cadeira como na verticalizada a manivela encontra-se ao alcance do utilizador. A diferenciação entre utilização da manivela para subida ou descida da cadeira é efetuada a partir do botão que se encontra no topo da mesma, tendo como ação a inversão da direção de trabalho desta.

Cadeira com utilizador em posição elevada

fonte de energia externa sendo, por isso, bastante mais dispendiosas. A inovação deste produto está relacionada com a combinação destes conceitos, associados "ao facto de utilizar um sistema amplamente divulgado e com preço muito baixo, no entanto não utilizado em cadeiras de rodas (sistema tipo 'macaco' Scissor-Jack)". Tudo isto "permite uma autonomia elevada ao utilizador, sem no entanto comprometer outros fatores relacionados com o seu quotidiano" sublinha um dos responsáveis do projeto.

O mecanismo Scissor-Jack, bastante similar ao utilizado para a elevação de veículos automóveis, encontra-se colocado na zona posterior da cadeira, permitindo assim uma verticalização parcial da mesma. "O seu acionamento é efetuado a partir de um sistema de «manivela-roquete» que devido a esta combinação, permite então uma subida e descida controlada", pode ler-se na descrição do projeto.

Este sistema adotado, a base do conceito da cadeira de rodas, proporciona uma desmultiplicação da força exercida pelos membros superiores do próprio utilizador. Devido a esta limitação a cadeira é apenas dirigida a não tetraplégicos.

O prémio " Ser Capaz – Investigação e Tecnologia" 2012 foi para o grupo "um orgulho" uma vez que viram o seu "trabalho reconhecido". "Foi também principalmente uma experiência e motivação uma vez que tivemos a oportunidade de contactarmos com pessoas que lidam diariamente com algumas das dificuldades em que pensámos e tentámos solucionar com o desenvolvimento do projeto", explicam.

As imagens não representam o futuro protótipo da cadeira, servem apenas para demonstrar os mecanismos básicos do seu funcionamento. Neste momento, ainda há muitos aperfeiçoamentos a fazer, "além de algumas adaptações e melhorias em termos de mecanismos integrantes é ainda necessário um tratamento em termos de design de modo a tornar a cadeira esteticamente agradável e atrativa", refere a descrição do projeto.

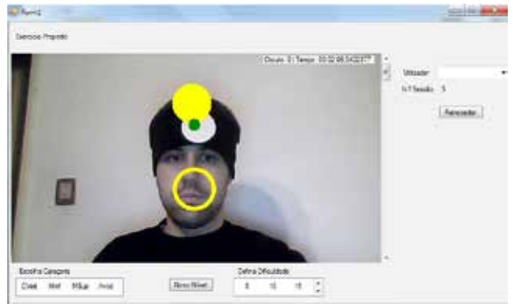
Como estudantes finalistas, atualmente o grupo está focado em concluir o curso e, por isso, os progressos em relação ao projeto estão em stand by. "Não existe um modelo físico uma vez que não surgiu ainda a oportunidade nem tempo de elaborar o mesmo, todavia nesta fase não seria proveitoso a construção do mesmo sem antes de serem efetuadas diversas alterações que sabemos agora ser necessárias ao nível de projeto", aclaram.

O futuro está marcado com a procura de apoio para, depois de melhorado, construir um modelo para ajudar na divulgação do projeto "de forma mais ampla e mais facilmente percetível o conceito desenvolvido e quem sabe então surgir a possibilidade de produção industrial do mesmo".

Vista posterior da cadeira (encontra-se evidenciado o mecanismo de elevação)

Sistema de elevação Scissor-Jack

Ficha Técnica:
Altura: 1m
Comprimento: 1,25m
Largura: 653 mm
Largura fechada: 350mm
Peso total: 10 a 20 kg
Elevação máxima: 300 mm
Tempo aproximado: 2 minutos e 30 segundos



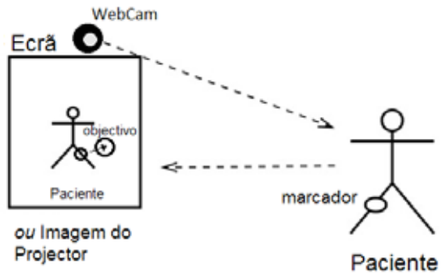
O sistema usa marcadores circulares refletores que são colocados no corpo e identificados pelo software (círculo verde) a partir de uma webcam.

Projeto "Fisiosoft

O "Fisiosoft" é um sistema informático interativo de fisioterapia de baixo custo em que pessoas com lesões a nível cognitivo e motor podem fazer exercícios a partir de casa ou num centro de saúde. Basta que o utente tenha um computador e uma webcam para conseguir trabalhar com o círculo refletor que se pode pôr em qualquer parte do corpo.

"A pessoa consegue fazer fisioterapia a ela própria, é muito intuitivo", explica João Oliveira, um dos promotores do projeto. Ou seja, parece um jogo de computador em que a pessoa vê o seu corpo na webcam e vê os contornos dos círculos amarelos no monitor que correspondem ao exercício que tem que executar. Por sua vez, vê também um círculo verde que representa a resposta do computador ao círculo refletor que tem no corpo – indica a posição real do movimento que a pessoa está a fazer. A finalidade é "a pessoa mexer esse círculo verde e tentar colocá-lo dentro do círculo amarelo do exercício", acrescenta João Oliveira.

Ainda assim é necessário que o fisioterapeuta desenhe os exercícios de movimentos à base de sequências de círculos e que monitorize as primeiras sessões de forma a garantir que os exercícios sejam bem realizados.
"Este sistema permite registar o tempo que o paciente demora a completar o exercício e aumentar o nível de dificuldade do mesmo mudando as dimensões do círculo de resposta que o sistema mostra quando está a reconhecer o marcador", pode ler-se na memória descritiva do "Fisiosoft".
Este projeto surgiu no contexto da licenciatura de João Tavares em Engenharia Informática na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre. Graças à namorada fisioterapeuta, João Tavares tomou contacto com um método de exercícios de fisioterapia numa visita ao hospital que lhe chamou a atenção e serviu de base ao conceito do "Fisiosoft". "Viu ali uma oportunidade, vou fazer uma coisa que tente simular isto. Esta é a ideia inicial", explica João Oliveira, que forma equipa com João Tavares.
E esta é a ideia de negócio que apresenta várias vantagens competitivas que chamaram a atenção do júri do Prémio " Ser Capaz – Investigação e Tecnologia".
O projeto "Fisiosoft" foi criado após a identificação de lacunas existentes no sistema de reabilitação tradicional em que os utilizadores têm que suportar custos elevados de terapia face a lesões que sofreram. "Há exercícios repetitivos e que não justificam uma deslocação, o transporte, os tempos de espera, os custos, porque as pessoas quando estão doentes não têm muita motivação para sair de casa", comenta João Oliveira.
Todos estes aspetos motivaram o desenvolvimento do projeto e a respetiva candidatura ao Prémio " Ser Capaz". Vencer o prémio foi importante, porque por um lado foi reconhecido o mérito do conceito por parte do júri, e por outro ajudou a abrir portas em termos de credibilidade da ideia.
Apesar do mercado externo ser uma hipótese aberta, neste momento os promotores do projeto estão à procura de um parceiro de negócio para viabilizar o conceito. É necessário limar algumas arestas ao projeto e torná-lo mais interativo para avançar com a comercialização do software.



Sequência de um exercício: o refletor colocado na mão corresponde ao círculo verde que deve ser inserido nos círculos amarelos; se o exercício for bem executado os círculos amarelos ficam preenchidos.

Ser feliz agora e com o que temos

"Um dia estava na Fisioterapia com um amigo, também paraplégico, mas com maior autonomia que ele" – Bento não pode conduzir, tomar banho sozinho ou virar-se durante a noite – "e entrou um indivíduo que andava com ajuda de umas canadianas. Esse amigo disse que gostava de estar como ele. Provavelmente o homem de canadianas invejava o jogador de futebol que estava lesionado e o jogador de futebol estava triste porque tinha comprometido a época. Resumindo: É difícil estarmos felizes com aquilo que temos".

Texto: Catarina de Castro Abreu
Fotos: Gentilmente cedidas por Bento Amaral

É daquelas verdades que toda a gente sabe, mas andamos muitas vezes esquecidos dela. Bento Amaral, mais pela forma como vive do que pela sua história, é mestre em lembrar que "colocamos a felicidade nas coisas que não temos e que estamos sempre a adiar. Temos que ser felizes agora e como estamos".
Bento Amaral sofreu o acidente em 1994. Alguém aplicou o ditado "o mar o tira, o mar o dá" para definir o seu percurso: numa carreirinha para voltar para a praia, quando estava a fazer surf, sofreu um acidente e ficou tetraplégico. Onze anos depois foi campeão do mundo de vela adaptada. Bento é provador de vinhos - trabalha no Instituto de Vinhos do Porto e do Douro (IVPD) -, orador em conferências motivacionais e editou recentemente um livro. "SOBREVIVER" foi lançado a 23 de maio e com ele pretende "ajudar mais gente".
Trata-se de uma sequência natural da sua "missão" como conferencista e o objetivo é poder chegar com a sua mensagem a mais gente. "Sempre tive esta predisposição para ajudar porque é um dever cívico que eu tenho: Perder um bocado da minha intimidade para ajudar e dar esperança às outras pessoas" explica.
Bento concentra-se sempre no mais importante, deque "a vida depois do acidente ficou muito mais rica".
"Aprendi muito e sinto-me uma pessoa diferente. Se pudesse estalar os dedos e ficar bom, não gostaria de apagar tudo o que vivi", diz. E não é para menos. Antes de ter o acidente, o sonho de Bento era ir para a Austrália fazer vinhos, viajar pelo mundo consoante as colheitas, fazer vela e ski. Achava que aquela onda lhe "tinha levado todos os sonhos".
Nada mais errado. O ski foi o primeiro desporto que experimentou depois do acidente, a Austrália foi o primeiro país onde venceu uma competição internacional de vela adaptada. Durante um ano viajou o mundo todo com direito a apenas quatro dias de férias. Hoje é responsável da Câmara de provadores do IVPD, qualquer vinho do Porto e Douro passa por ele e pela sua equipa. "São oito mil vinhos por ano que provo". Também dá aulas nas pós-graduações de Enologia e Marketing de Vinhos.

O acidente

Bento Amaral nasceu no Porto há 44 anos e agora vive em Matosinhos. "Sou o irmão do meio de dois, andei na Escola Francesa. Tirei o curso de Engenharia Alimentar. No quinto ano, na Universidade Católica do Porto éramos obrigados a fazer Erasmus. Queria ir para a Califórnia e naquele ano não abriram vagas, então fui para Bordéus".

Foi só no terceiro ano que começou a interessar-se por vinhos. "Na altura do acidente queria fazer vinhos para a Austrália e depois deixou de ser um sonho". Ao apanhar boleia numa onda, a fazer carreirinha para chegar à praia, bateu com o queixo e partiu a quinta vértebra. Na primeira noite – não a primeira primeira, que estava inconsciente nem a segunda em que estava a ver tudo o que se passava à sua volta e a dormirtar – e em que se questionou: "Porquê a mim?". "Passavam-me pela cabeça imagens de pessoas a sofrer. E eu nunca pus em causa a justiça do mundo. Agora por ser eu vou colocar". E teve logo essa clareza de pensamento? "Sim".

"Tenho essa sorte porque tive apoio médico, familiar, sou sereno, sou crente. Mas não acho que seja impossível para uma pessoa que não seja crente". A primeira fase é achar que ia ficar bom. Segunda fase é revolta e depois dar volta. Bento não sentiu revolta. "Porque o sofrimento está na vida de toda a gente e enquanto estivermos a evitá-lo. Custa. E preciso fazer esforço, realizar profundamente. Realizei-me como nunca pensei que me realizaria e hoje sou mais feliz do que era feliz antes. Dar prioridade às coisas certas, porque há discussões que não valem a pena ter".

Passou seis meses internado no hospital, até ser o momento certo para sair, porque já não estava a aprender nada. Tinha chegado a hora da "integração social, de voltar a sentir o olhar das pessoas".

Esteve dois anos sem arranjar emprego. "Durante esse tempo tentei disciplinar-me e acordar à mesma hora do meu irmão e fazer a coisas que gostava: ler e ver filmes. Muitas vezes queixamo-nos do que não temos. Naquele tempo tinha uma data de tempo livre e agora queixo-me do tempo que não tenho. Quer dizer não me queixo, mas se me queixasse, queixava-me da falta de tempo".

Entretanto surgiu a oportunidade de trabalhar a partir de casa para a Microsoft, num serviço da Telemanutenção, que só trabalhava com deficientes. Porque há "pessoas altamente motivadas para trabalhar e que não têm lugar no mercado". Por isso, teve que passar um mês em Lisboa. Trabalhou dois anos e no final desse período já era o coordenador de grupo. "Remeto para o Principezinho, em que a raposa diz que uma pessoa tem que dar tempo para se deixar cativar. Quando me surgiu a oportunidade de trabalhar na minha área, que era o meu sonho, até tive alguma pena de deixar este trabalho", conta.

O Desporto

De 1980 a 1994 fez desporto de competição, tinha sido campeão nacional e ibérico de juniores de vela. Das coisas que mais pena teve foi achar que não poderia voltar a fazer ski e, curiosamente, foi o primeiro desporto que voltou a fazer, em 1998. Em 2000 foi para La Plagne, nos Alpes, onde havia uma pista de medição de velocidade. Para que pudesse fazer ski tinha que ir com um instrutor atrás e nesse dia bateu o recorde mundial de velocidade 120 km/hora. Em 2001, no sábado o irmão de Bento casou e ele, no dia seguinte, pôde experimentar um barco à vela sozinho. "Consegui uma autonomia enorme e uma liberdade enorme na água que não tenho na terra", lembra.

No final de 2003, surgiu a oportunidade de ir à Austrália: "queria ir lá para fazer vinhos e fui lá porque sou deficiente e ia fazer vela". Estava com uma gastroenterite em que perdeu 30 quilos, uma semana antes fizeram uma endoscopia para descobrir o problema em que lhe provocaram uma hemorragia. Só podia ingerir líquidos. "Mas arrisquei e fui para lá e fiquei em segundo no Campeonato do Mundo. No ano a seguir fui campeão do mundo, em 2005, Itália. Depois quis ir aos Paraolímpicos, mas tinha que ir no barco com outra pessoa, de preferência mulher e com uma deficiência pouco profunda porque a minha é considerada profunda. Não tinha ninguém, mas através do fisioterapeuta encontramos a Luísa e, em 2007, fomos aos EUA e qualificamos Portugal pela primeira vez na modalidade. Em 2008 fiquei em terceiro no Campeonato do Mundo, em Singapura, e em 2009 em nono".

Até que chegou a decisão mais difícil da sua vida. Na altura, ficou dois meses sem trabalhar por causa da vela e teve que escolher entre trabalho e desporto. Ficou-se pelos vinhos. Ainda é doloroso pensar que deixou de fazer uma coisa de que gostava e que era reconhecido.

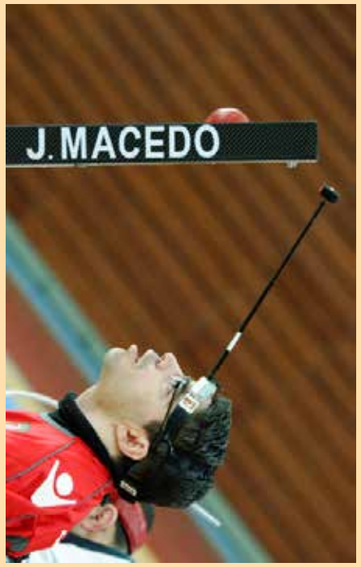
Carmo
Bento divide sempre as suas conferências em capítulos. Um deles chama-se Carmo. "Os meus amigos e familiares depararam-se com uma situação e decidiram ficar. Sem eles não tinha conseguido nada. Mas quando eu conheci a Carmo já estava nesta condição e ela ficou por amor e por vontade própria".
Quando teve o acidente não tinha namorada. E depois dele achava que nenhuma mulher se iria interessar. "Mas apercebi-me que havia mulheres que se interessavam. Até aparecer a Carmo, que se tornou minha amiga através de uma prima dela, em 2005, no Campeonato de Itália. Ela não tinha tirado férias porque esteve a acompanhar uma irmã com um filho de três meses com cancro, que estava internado e com quem se revezava no acompanhamento hospitalar. Na altura, tocou-me todas as atitudes que tinha com as outras pessoas mais do que tinha comigo".
"Um mais um tinha que ser mais que dois. E só assim podia namorar. Pedi a Carmo em casamento num helicóptero no Porto. Somos mais felizes do que estava à espera. Tem sido uma vida de felicidade", garante. É que das coisas mais bonitas que se aprende é abdicação por amor. "Deixamos de ser donos do meu tempo para sermos donos do nosso tempo. É preciso diariamente acendermos a chama. Estamos numa cadeira de rodas em plano inclinado e se não nos esforçarmos para andar para frente só podemos andar para trás. Isto vale para todos os aspetos".

Superação
Autodisciplina e aprendizagem constante – está sempre a tirar algum curso online. Estes são algumas das diretrizes da vida de Bento. "Sou eu que levo a minha vida e não sou dirigido pelas pressões, pelo que me pedem, que querem que eu faça. Eu acho que o meu caminho é diferente. Essas oportunidades [as conferências] foram me dadas para passar uma mensagem de esperança e felicidade".
Como mensagem final, nas suas conferências, deixa sempre patente que "o sofrimento existe na vida de todos e temos que aprender a viver com ele". Finaliza com a mesma dica: "Aprendam a ser felizes com o que têm ao vosso alcance".

DESPORTO

Um desporto "sem barreiras"

Torneio Internacional de Boccia da Bélgica



José Carlos Macedo arrecadou a medalha de prata no Torneio Internacional de Boccia da Bélgica que se realizou de 17 a 20 de maio, em Blankenberge, na Bélgica.
Este foi um torneio internacional de preparação para o Campeonato da Europa de Boccia Guimarães 2013, a decorrer em junho que contou também com a presença dos atletas Armando Costa e Luís Silva.
Nesta prova de preparação Portugal defrontou as seleções da Alemanha, Suécia e Bélgica. Na categoria de Pares BC3 os atletas ficaram com a medalha de prata, apenas sendo superados pelo par anfitrião. Quanto à competição individual, para além de José Macedo que ficou em segundo lugar, Armando Costa ficou em quarto lugar e Luís Silva, que se encontrava debilitado, foi eliminado nos quartos-de-final.

Projeto Incluir+ no Montijo

Nos dias 22 de maio e 5 de junho, decorre um workhshop de iniciação à Língua Gestual Portuguesa, na Galeria Municipal e no auditório da Biblioteca Municipal do Montijo, respetivamente. Realizou-se ainda, no dia 30 de maio, o Fórum do Instituto Nacional para a Reabilitação, na Casa do Páteo D'Água, pelas 15h00, sob o tema "O desporto e as pessoas com deficiência".
Estas iniciativas ocorrem no âmbito do projeto Incluir + desenvolvido pela Divisão de Desporto e Juventude da Câmara Municipal do Montijo que pretende sensibilizar toda a comunidade para o processo de inclusão, através do desporto, em estreita cooperação com uma rede de parcerias entre as várias instituições do concelho.
Promover a acessibilidade da prática desportiva a todos os munícipes, reforçar a aposta e a preocupação na promoção e sensibilização para a prática desportiva de inclusão, envolvendo pessoas com diferentes tipos de deficiência, é o mote deste projeto que conta a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) como parceira.
Desde o arranque da iniciativa regista-se a integração de seis clubes no projeto, nomeadamente a Associação Caminho Ancestral (Karaté), Associação Desportiva "Os Trovões" (Basquetebol em Cadeira de Rodas), Associação para a Formação e Desenvolvimento Desportivo (Natação), Clube Atlético do Montijo (Canoagem), Centro Cultural e Desportivo de Montijo (Judo) e Ginásio Clube de Montijo (Boccia e Tiro com Arco em Cadeira de Rodas), perspetivando-se a adesão de mais clubes e modalidades.
Incluir+ encontra-se na fase inicial mas vai contar com várias iniciativas de formação da FPDD, assim como ações de prática desportiva inclusiva, palestras e colóquios.

A Challenge Cup também é portuguesa

Hugo Lourenço e Marco Gonçalves sagraram-se campeões da Challenge Cup, competição europeia de clubes, ao serviço da equipa estremenha CP Mideba Extremadura que jogou em casa.
Os portugueses, ex-jogadores da APD Lisboa contribuíram para a vitória sobre os alemães Goldmann Dolphins Trier, por 68-51 na competição que se realizou de 26 a 28 de abril em Badajoz, Espanha.

Ludo Apta – integração pelo desporto

A 3.ª edição da Ludo Apta – integração pelo desporto, organizada pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) em parceria com a Oásis – Organização de apoio e solidariedade para a integração social realizou-se nos dias 19 e 20 de abril em vários pontos da cidade de Leiria.
Esta iniciativa, que pretende sensibilizar a comunidade para a temática do desporto adaptado, dividiu-se em três momentos distintos. Na sexta-feira, 19 de abril, a partir das 18h30 com início marcado na Praça Rodrigues Lobo realizou-se uma prova de orientação noturna em família na cidade, organizada em colaboração com o Clube de Orientação do Centro. Durante a manhã do dia 20, sábado, a ESECS recebeu o Colóquio sobre desporto, que contou com a presença do jornalista de desporto, Joaquim Sousa Martins, do atleta de surf adaptado, Nuno Vitorino e de Catarina Tavares e Maria de Fátima Costa, da Oásis. De tarde, às 15h00, decorreram as atividades no Estádio Municipal de Leiria Dr. Magalhães Pessoa, com a atuação da Banda Filarmónica dos Marrazes. Até às 18h00 foram dadas a conhecer mais de 20 modalidades desportivas, com e sem adaptação. Estas demonstrações desportivas contaram com a presença do atleta paraolímpico, Armando Costa, e da atleta olímpica (e estudante do IPLeiria), Telma Santos.

Encontros Intercentros

Realizou-se no dia 7 de maio a primeira atividade – batismo de mergulho – organizada pelo Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor (CEERDL) no seguimento da primeira reunião dos Encontros Intercentros que decorreu no passado dia 27 de abril.
Aderiram a este desafio, lançado pela FENACERCI e a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência - F.P.D.D. para dinamizar eventos desportivos organizados por cada centro, as seguintes organizações: CERCILEI (Leiria), CEERDL (Caldas da Rainha), CERCIPENICHE (Peniche), CERCINA (Nazaré), CERCICAPER (Castanheira de Pera),CERCIPOM (Pombal), APPACDM Marinha Grande, CEERIA (Alcobaça).
Para os interessados em fazer parte do grupo e participar na próxima reunião dos Encontros Intercentros - Zona Centro, agendada para dia 19 de junho, pelas 10h00 na CERCIPOM, deverá enviar a manifestação de interesse até ao dia 17 de junho para rui.monteiro@fenacerci.pt

Paulo Pinheiro sagra-se campeão do mundo de Meia Maratona

Pela primeira vez, Paulo Pinheiro ficou em primeiro lugar no 4.º Campeonato Mundo Meia Maratona INAS com o tempo de 1:15.13, juntando esta vitória aos dois títulos de Campeão da Europa, em Paris 2005 e na Nazaré 2011. Pinheiro terminou a prova no 4.º lugar da geral. Foi em Ostrzeszów na Polónia, que o atleta do Maratona Clube de Portugal ficou à frente do polaco Tadeuz Chudzynski, 2.º classificado e de Bruno Gaspar (1:28.15) que obteve a medalha de bronze.
O estreante Paulo Benevente (1:30.12) terminou num excelente 4.º lugar, fechando a equipa portuguesa que se sagrou Campeã do Mundo com 4:13.40.
Na prova feminina, a recordista mundial Arleta Meloch (Polónia) foi uma vencedora folgada com 1:22.10. A prata e o bronze foram respetivamente para a francesa Virginie Aramburu (1:42.27) e para a polaca Anna Bodziony (1:45.23). Portugal não apresentou nenhuma senhora à partida.

Open Day Especial - Batismo de Vela e Canoagem Adaptada

No âmbito do programa de comemorações do 61.º aniversário do Clube Naval do Funchal (CNF), realizaram-se no passado dia 10 de Maio, no porto do Funchal, batismos de vela e canoagem adaptada a cerca de 30 pessoas com deficiência.
O programa de comemorações do CNF prolongou-se durante todo o fim-de-semana com aulas gratuitas para todos de judo, vela, stand up paddle, natação, fitness (no Ginásio AquaGym), karaté, canoagem e mergulho.

WindInCap - dia de lazer e prazer náutico a 90 utentes da Cerci da Nazaré

O WindInCap, promovido pelo Externato Dom Fuas Roupinho, escola do Grupo GPS – Educação e Formação, realizou na sexta-feira, dia 24 de maio, na praia e porto da Nazaré.
60 pessoas com deficiência e 30 seniores foram os protagonistas do WindInCap, que promete quebrar barreiras e mitos, levando pessoas com deficiência a praticar vela, canoagem e outras atividades.
A ação foi organizada pela Cercina e pela Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência(FPDD), com o apoio do Externato Dom Fuas Roupinho, entre outros parceiros. Os utentes das Cerci (60 adultos com deficiência intelectual e 30 adultos com mais de 65 anos) foram apoiados pelos alunos dos cursos de desporto da escola (cursos profissional e tecnológico de desporto), nas diversas atividades previstas: jogos, desportos náuticos e sensibilização ambiental.
Este evento pretende valorizar ações inovadoras em prol da acessibilidade e do lazer das pessoas com deficiência, informar o maior número de pessoas da capacidade e força das pessoas com deficiência em participar na vida ativa e criar e animar a nova rede europeia para o desenvolvimento e a promoção da acessibilidade para o lazer náutico

Gabriel Macchi conquista medalha de bronze

O atleta paralímpico português Gabriek Macchi conquistou a medalha de bronxe na Taça do Mundo de Maratonas do Comité Paralímpico Internacional (IPC) que decorreu em paralelo com a maratona de Londres
Gabriel Macchi terminou a prova com a marca de 2:37:23, que é simultaneamente recorde nacional e recorde pessoal. O atleta português e os seus guias, no primeiro percurso Jorge Rodrigues e no segundo percurso Martim Nunes, fizeram uma prova ao seu melhor nível. Com uma estratégia de prova bastante sólida, conseguiram relativamente à classificação obtida na Maratona dos Jogos Paralímpicos em 2012, passar de 6º para um lugar no pódio.
Gabriel Macchi partilhou o pódio com o marroquino Amin Chentouf que conquistou a medalha de ouro e com o tunisino Abderrahim Zhiou que conquistou a prata.
Também, esteve presente na prova o atleta Joaquim Machado, com os guias, Alberto Chaíça e Rui Chaves. O atleta de Santo Tirso melhorou igualmente a sua classificação, de 8.º para 7.º lugar da geral.

SLB disponibiliza linha telefónica com informações para surdos

O Sport Lisboa e Benfica (SLB) abriu, esta semana, em parceria com a empresa Zonadvanced, uma linha telefónica que permite às pessoas com deficiência auditiva terem acesso a informações relacionadas com este clube lisboeta.
A tecnologia chama-se "Serviin" e permite a ligação para o número 12472 via telemóvel ou através do portal do cidadão surdo em www.portaldocidadaosurdo.pt. Através de um intérprete é, ainda, possível esclarecer dúvidas ou solicitar serviços.
A informação foi avançada pelo SLB, bem como pela Zonadvanced.
Através do novo serviço, o clube "encarnado" disponibilizará informações sobre jogos, venda de merchandising, pagamento de quotas, entre outros.
O "Serviin" permite a receção de chamadas vídeo provenientes de telemóveis de terceira geração, ou qualquer dispositivo que possa realizar uma vídeo chamada pela rede 3G/4G, ou ainda através do seu portal em www.portaldocidadaosurdo.pt
O serviço tem um centro telefónico especializado para surdos, recorrendo à interpretação em Língua Gestual, de forma remota, e permitindo a viabilidade a qualquer instituição que pretenda chegar até à comunidade surda.

Passeio Inclusivo de Jipe

No dia 18 de maio, a APD Funchal organizou um Passeio Inclusivo de Jipe pelas Serras do Estreito de Câmara de Lobos e pela Ribeira Brava, que contou com a participação de cerca de 85 pessoas em 20 viaturas.
Esta iniciativa contou com o apoio dos Landmaníacos - Madeira, da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, da companhia de segures Açoreana, dos Bombeiros Municipais do Funchal, da Empresa de Cervejas da Madeira, do Super São Roque e da padaria Milpan.
O evento, que incluía um almoço de convívio na Casa Posto Florestal da Trompica teve como objetivo principal proporcionar um dia diferente às pessoas com necessidades especiais sob quatro rodas numa perspetiva todo o terreno.

Primeiro judoca cego português em provas internacionais

Miguel Vieira em alta!

Em Heidelberg teve início o sonho… Agora é "treinar, treinar e treinar" para cumprir a grande ambição: participar nos Paralímpicos Rio2016

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas por Clube Judo Total

O judoca Miguel Vieira, do clube lisboeta Judo Total, foi o primeiro atleta português a participar numa competição internacional de judo para cegos, modalidade que integra o programa dos Jogos Paralímpicos.
Miguel Vieira participou no Open da Alemanha, que se disputou, em abril, em Heidelberg, e depois desta primeira competição internacional paira no ar o sonho de chegar aos Jogos Paralímpicos Rio2016.
"Admito que gostava de chegar aos Paralímpicos, estou a trabalhar para isso", afirmou o judoca do Clube Judo Total.
"Treinar, treinar, treinar" é o que é mais "importante" para Miguel Vieira que começou a praticar judo aos 16 anos, em Angola, onde nasceu. Três anos depois o judoca do Judo Total cegou e entretanto veio para Portugal, onde voltou à modalidade.
Miguel Vieira treina três vezes por semana com atletas do desporto regular e com atletas com deficiência visual.
Na Alemanha, o judoca competiu na categoria -73 kg e esteve acompanhado por Jerónimo Ferreira, um dos seus mestres.
"Pela primeira vez na história do judo português, temos um atleta a competir numa prova internacional paralímpica, no caso o Open da Alemanha, prova bastante conceituada e muito forte no meio paralímpico. Apresentaram-se a esta competição, 14 países com cerca de 150 atletas, dos quais uma grande parte já tinha competido nos paralímpicos de Londres 2012", diz a nota/balanço remetida, à Plural&Singular, pelo Clube Judo Total.
Dadas as grandes dificuldades financeiras atuais, o emblema lisboeta esteve em vias de não poder participar no Open alemão, no entanto os apoios acabaram por ir aparecendo, desde algumas empresas a donativos de anónimos.

À conversa com o presidente do Comité Paralímpico de Portugal

Renovação etária fundamental no Desporto de Elite

Foi reeleito presidente em março deste ano. É o timoneiro dos destinos paralímpicos de Portugal desde a criação deste organismo em 2008. Antes já o fazia na FPDD, a qual descreve como "parceira". Humberto Santos, em entrevista à Plural&Singular, fez uma perspetiva do que foi Londres 2012, desvendando algumas pontinhas do véu sobre Rio2016. Garantir mais financiamento e captar mais jovens, modalidades e mulheres atletas são os principais objetivos futuros.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas por CPP

Plural&Singular (P&S) – É presidente do Comité Paralímpico Português (CPP) desde 2008. Que balanço faz destes anos de atividade? A realidade do CPP é muito diferente atualmente face há cinco anos atrás?
Humberto Santos (HS) – Há diferenças muito significativas. Há cinco anos atrás, a única coisa que tínhamos em mãos era a vontade de construir este projeto. Não tínhamos mais nada que isso. Tínhamos alguns estatutos que tinham sido trabalhados em sede de comissão instaladora e não tínhamos instalações, nem quadro profissional. A nossa atividade nem sequer estava regulamentada. Os membros não existiam, ou seja, os que tínhamos eram membros que já vinham da FPDD… O Comité Paralímpico emerge de dentro da FPDD, onde fui presidente da direcção… E, decorridos estes quatro anos, e ninguém estava convencido de que o país iria ser confrontado com a realidade económica com que está confrontado… Ainda assim, e não obstante estas dificuldades que significam mais dificuldades por parte da administração pública em financiar o Comité Paralímpico, menos apoio das empresas e do tecido empresarial… Não obstante este contexto muito desfavorável do ponto de vista económico e financeiro, a avaliação que fizemos no final do ciclo anterior foi muito positiva.

P&S – Balanço muito positivo… Pode dar exemplos do que foi alcançado?
HS – Muito positivo, quer pela dinâmica que conseguimos incutir na organização. Quer a estruturação da própria organização… Também pela forma como foi apressada a afirmação institucional do Comité Paralímpico Nacional. Este organismo começou com nove membros e neste momento tem 29 membros. Desta evolução podem ser retiradas várias conclusões. Neste momento, temos connosco 19 federações de modalidade, o que é algo muito significativo e muito relevante. E temos, também, três academias/universidades: Faculdade de Motricidade Humana, a Universidade de Évora e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Sobre as universidades… São uma dimensão que entendemos como fundamental, no sentido em que, quer os cursos que estão a ser lecionados nestas escolas, quer os programas de mestrado e doutoramento, quer a investigação em si, possam, também, ser direccionadas para a dimensão paralímpica, como tem vindo a ser feito, e bem, na dimensão paralímpica. Nós temos de fazer formação sistematizada, formação trabalhada, que possa, depois, sustentar a nossa atividade junto do Governo e outros agentes. E as faculdades dão-nos esse apoio do ponto de vista da sistematização.

P&S – Já agora, dentro ainda do tema do ensino, imaginamos que também seja importante essa proximidade com as academias no âmbito da sensibilização… Despertar de mentalidades para a inclusão…
HS – Sim. Exatamente. É, de facto, decisivo que os jovens que estão a sair das faculdades possam sair já, de alguma forma, contaminados por esta realidade. Ou seja, possam ter logo consciência de que temos uma realidade desportiva que vai muito para além daquilo que é considerado normal.

P&S – Voltando ao balanço…
HS – Conseguimos, não obstante o contexto, ir além daquelas que eram as nossas melhores expetativas. Eu estive envolvido em tudo o que foi feito… Em todas as reuniões com federações de modalidade e fui surpreendido com uma abertura, uma disponibilidade, que jamais esperava encontrar, considerando que também as federações estão a passar um mau momento. A resposta não foi homogénea… Da mesma forma que não é homogénea a forma de envolvimento neste momento… Há federações que, de facto, estão já com quadros competitivos desenvolvidos e têm campeonatos criados para a modalidade adaptada… Há federações que têm comissões internas específicas para acompanhar esta modalidade especificamente. Houve federações que preferiram, aquando das suas eleições internas, destacar membros das suas direções para acompanhar esta dimensão, atribuindo quadros técnicos…

P&S – Os caminhos não são todos iguais, mas nota um esforço crescente e significativo por parte dos parceiros do CPP?
HS – Existe um esforço significativo, sem dúvida. Há federações que estão a levar atletas a campeonatos internacionais e se não se tratarem de atletas que não estão no Projeto Rio, essas federações não têm qualquer apoio. Portugal vai ter ao longo deste ano, vários atletas em campeonatos da Europa e campeonatos do Mundo, em cujo esforço financeiro é totalmente feito pelas federações. Há que louvar esse facto.

P&S – Nas últimas eleições (março de 2013) foi candidato único à presidência do CPP. Sentiu a obrigação de continuar à falta de mais candidatos? Este é, realmente, um projeto de vida para si, certo?
HS – Tenho muitos anos ligados à área da deficiência, mas a decisão não teve a ver com isso. O meu trabalho ao longo dos anos tem sido o de um ativista cívico em regime de voluntariado, e só neste projeto é que estou envolvido de forma permanente. Nos anteriores, não. E quando a decisão foi tomada de apresentar candidatura, não sabíamos se existiriam ou não outras candidaturas. O que sabíamos era que – e esta candidatura surge na sequência da avaliação que foi feita no seio da comissão executiva anterior – era importante manter a mesma estrutura, a mesma dinâmica, tendo em vista que estamos a falar de um projeto recente. Considerou-se que este organismo, se não for devidamente alicerçado e sustentado, a realidade evolutiva pode ter um retrocesso. E, assim, considerou-se que, com um balanço positivo no passado, se podia apostar no futuro.
No entendimento da comissão anterior, era importante dar continuidade ao trabalho.

P&S – É frequente ouvirmos criticas/lamentos por parte de atletas, federações e clubes sobre as faltas de apoio ao desporto paralímpico… Qual a sua opinião? Há falta de investimento no desporto adaptado em Portugal?
HS – Temos dois quadros. Um primeiro quadro sobre aquilo que tem sido o investimento estatal e ao nível do investimento estatal o que verificamos é que, não obstante ter existido o projeto Pequim e o projeto de Londres com um aumento de cerca de 70 por cento de investimento público, ainda assim, fica muito aquém daquelas que são as reais necessidades destes atletas. Com uma situação particularmente gravosa que é:

além de ficar aquém, a oportunidade dos pagamentos deixaram, ao longo do ciclo, muito a desejar. Houve demasiadas interrupções nos pagamentos às federações, atletas e treinadores… Por várias razões, o Estado não libertou, várias vezes, a tempo e horas os respetivos montantes. Alterar isto, é algo que está a ser alvo de uma insistência permanente do CPP, junto dos diferentes elementos da tutela. É preciso melhorar os montantes mas também a oportunidade de disponibilização de recursos. As pessoas precisam dele mensalmente e não por atacado. Existem muitos investimentos feitos por antecipação por atletas e treinadores… Isto é frequente e deve ser evitado… Isto é algo que queremos resolver antes do projeto Rio 2016. Esta é uma realidade de entropia no desporto. E estamos a falar de desporto ao mais alto nível, por isso temos de construir um quadro de maior eficácia na aplicação das regras e de financiamento.

P&S – Que feedback tem recebido por parte das entidades governamentais? Tem boas notícias para o projeto Rio 2016?
HS – De momento [entrevista realizada em finais de abril] não existem notícias. Nós apresentamos em 3 de agosto de 2012, antes de irmos para Londres, uma proposta de projeto ao Governo. Ou seja, o secretário de Estado do Desporto de então, dr. Alexandre Mestre, recebeu-nos em audiência e foi-lhe entregue em mão uma proposta do documento do Comité. Estrategicamente, tínhamos decidido que queríamos, antes de ir para Londres, apresentar uma proposta já sobre Rio 2016. Eu disse publicamente que era para nós importante que a 31 de dezembro de 2012, houvessem notícias sobre essa nossa proposta. Ou seja, procuramos apresentar uma proposta com cinco meses de antecedência para evitar situações de adiamento. Foi entendimento do sr. secretário de Estado que até haver eleições nos dois Comités [Olímpico e Paralímpico] que não se deveriam desenvolver procedimentos sobre o contrato-programa de Rio 2016, uma vez que se iam verificar eleições, logo as comissões executivas poderiam ser distintas daí para a frente. Na altura, apenas recordei que não deveria haver interrupção de financiamento aos atletas e Federações. Ficou acordado que ele iria fazer um despacho, o que fez, relativo ao pagamento das bolsas dos atletas.

P&S – E esse pedido foi cumprido? Estão a ser pagas as bolsas?
HS – Não está a correr bem. Só muito recentemente, na semana passada aliás, é que recebemos as verbas do Estado. E agora o processo administrativo tem de ser desenvolvido junto da FPDD e das federações que têm atletas no processo. Mas este apoio e este contrato-intercalar é apenas até maio. Ou seja, temos valores iguais aos de Londres, cujo objetivo é que fossem disponibilizados em tempo útil para que os atletas não tivessem qualquer interrupção no seu apoio. Após isto, não temos novidades. Entretanto já tive uma primeira conversa com o novo secretário de Estado, dr. Emídio Guerreiro, ao qual transmiti, entre outras preocupações, exatamente esta.

P&S – Mas, exatamente, o que preocupa o CPP neste momento? O Apoio para o projeto Rio 2016 está ameaçado?
HS – A construção de um contrato-programa e de um regulamento para um evento desta natureza e dimensão – estamos a falar de uma preparação que leva quatro anos – é, em regra, complexo, carecendo de muito envolvimento e muita atenção. A mim preocupa-me que estejamos a cerca de um mês do final de maio e que não se tenham iniciado as negociações que visem este contrato. Assim, voltando à questão da sensibilização, por parte do CPP, às entidades públicas… Também já tive oportunidade de falar com o sr. secretário de Estado da Solidariedade, dr. Marco António Costa. Não se pode correr o risco de não haver mais financiamento para os atletas porque, entretanto, os contratos não estão assinados. Não se sabe se as bolsas vão ser maiores ou não. Não sabemos se o investimento na preparação vai ser igual. E há algo mais profundo do que isto: é que o projeto olímpico e paralímpico pode não vir a ser desenvolvido pelos Comités. Não está posta de parte a hipótese de ser a tutela a coordenar, diretamente, com as federações.

P&S – E qual é a sua opinião? Acha que a tutela poderá ter esta pasta ou devem ser os Comités a manter o relacionamento direto com as federações?
HS – Devem ser introduzidos alguns dispositivos que permitam haver maior assertividade entre aquilo que é projetado nos programas de preparação dos atletas e aquilo que de facto é executado. Deve haver uma maior exigência nos planos de preparação. E somos da opinião que devem ser atribuídas aos Comités e às federações competências que lhes permitam obter uma grande assertividade entre o projetado e o executado. Assim, é decisivo que os apoios venham a tempo e horas. E também defendemos que os montantes sejam alterados de forma substancial porque os valores atuais são muito baixos face à realidade económica. A nossa opinião é uma opinião de continuidade. Mas, sobre o Comité Paralímpico, estamos a falar de um ciclo porque antes este Comité não existia. Reconhecemos

que existem matérias em que temos de melhorar e para isso também a tutela desportiva tem de regulamentar a nossa função, dando-nos um outro tipo de atribuições, responsabilidades, e um outro tipo de envolvimento. Mas se assim não for, para nós, também não constitui um óbice. Entendemos que se poderá perder algumas dinâmicas e sinergias mas o Governo tem todo o poder para tomar decisões nesta matéria.

P&S – Onde ainda é possível ir "bater à porta"? Privados…
HS – Bater à porta é possível, mas não é líquido que tenhamos resultados. Posso dar nota de que temos um trabalho de marketing muito estruturado. Já envolvemos muitas pessoas no trabalho de sensibilização das empresas… Achamos que o reforço de participação da sociedade é importante. Mas, os resultados não são nada animadores. Já me desloquei a algumas empresas. Recentemente estive, por este motivo duas vezes, no Norte. O nosso gabinete de marketing também tem feito um conjunto de reuniões com os mais altos responsáveis de empresas… Mas os resultados são preocupantes. Aquela ideia que existia há uns anos atrás de que o Estado não podia dar todo o apoio e tínhamos de recorrer ao setor privado é algo que, do ponto de vista de princípio posso subscrever, mas na prática não tem tradução objetiva. Há um contexto pouco animador. Tínhamos, no quadro anterior de financiamento, regras que agora alteramos. E alterámos para facilitar os processos. E ainda assim, não temos entidades que assumam disponibilidade para acompanhar o processo durante quatro anos. Posso referir a perda considerável que foi a da Fundação Galp Energia… É uma situação delicada.

P&S – O que considera que pode ser uma participação histórica de Portugal nos Jogos Rio2016? Superar as três medalhas de Londres2012?
HS – Muito feliz seria ver Portugal a participar com mais modalidades, mais mulheres e mais jovens. Considero que estamos muito restritos a cinco/seis modalidades, quando existe uma panóplia enorme de modalidades que podiam ser potenciadas para estar representadas nos Paralímpicos. Temos um número de atletas feminino ainda muito reduzido. Há um dado preocupante que é: de Pequim para Londres a participação feminina foi reduzida. E decisivo é mesmo o surgimento de novos valores desportivos. Precisamos de atletas de excelência com idades mais novas. Portugal participou, em Londres, com uma média etária de 32.7, é uma média etária muito elevada. É muito difícil esta faixa etária conseguir chegar lá e ter bons resultados.

P&S – Mas, tendo em conta que a captação de investimento é difícil, tanto para federações, como para clubes, como é que se pretende investir em novos valores?
HS – Nós temos uma postura otimista sobre as coisas. Temos um otimismo relativo, mas temos de acreditar que os projetos vão andar e têm pernas para crescer. E não basta apenas acreditar. É preciso acreditar. Há uma mais-valia que nos pode ajudar para que isso aconteça. Qual é essa mais-valia? São as federações. Ao envolvermos mais clubes e federações e ao fazermos com que o desporto da área da deficiência passe a ser um desporto não só praticado no âmbito de organizações da área da deficiência, mas passe a ser praticado de forma normal, em contexto normal de modalidade, há uma panóplia de oportunidades completamente diferente. Nós, neste momento, temos atletas na canoagem, no ciclismo, no judo, no karaté, no taekwondo, áreas em que nós, Comité Paralímpico, não estamos a apoiar rigorosamente em nada. O que está a acontecer é que as próprias federações estão a mobilizar-se internamente para criar espaço e dar oportunidade a atletas com potencial. Isto significa que, na verdade, se tudo estiver, apenas e só, dependente de uma ou duas federações e do Comité, claro que vai ser difícil. Mas se o esforço de envolvimento for mais amplo – tendo como objetivos mais jovens, mais modalidades e mais senhoras a competir – é possível.

P&S – Garantir a continuidade é mais importante do que conquistar medalhas…
HS – Se falarmos mais perto dos jogos, daqui a dois/três anos, se na altura eu tiver uma opinião diferente desta é porque sinto que já temos mais modalidades, mais jovens… Nessa altura posso dizer que o objetivo são as medalhas. Mas agora, decisivo, decisivo, é conseguirmos renovar o nosso quadro de elite. Só renovando o quadro de elite, conseguimos mais medalhas. Temos um estudo que comprova que 60 por cento dos atletas que foram a Londres, estiveram em Sidney. A anatomia é uma dinâmica incontornável. O corpo humano não consegue um processo reversivo. Se queremos voltar a resultados de Sidney, temos de criar melhores condições.

P&S – Alguma nova modalidade que gostasse de destacar?
HS – Relativamente a isso, tenho uma abordagem absolutamente eclética. Todas as que vierem são bem-vindas. Neste momento nem tenho nenhum dado específico sobre alguma modalidade. Sei que existem federações a trabalhar arduamente neste sentido.

P&S – Como descreve a relação entre o CPP e a Federação Portuguesa de Desporto para pessoas com Deficientes? Uma parceria importante? Um complemento?
HS – Todas as federações que estão ligadas ao Comité Paralímpico são um elemento essencial da nossa existência. Sem federações não existe Comité Paralímpico. Parte da sua ação tem a ver com atletas de elite, com atletas que se preparam para o Rio2016. Mas antes do desporto de elite, temos o desporto base e isso está na alçada das federações. E a FPDD, uma federação multidesportiva, é um exemplo muito importante a este nível porque concentra a preparação de modalidades que consideramos absolutamente essenciais, como o boccia que é uma das modalidades mais medalhadas que temos. O atletismo, a natação… São modalidades que têm atletas em quadro de preparação. Mas outras podem vir a associar-se. Como o goalball… O goalball pode vir a atingir um nível de desenvolvimento em Portugal que possa vir a ter atletas no projeto Rio. Para nós o trabalho da FPDD é fundamental. Reconhecemos que houve um processo embrionário que não foi fácil. Teve de haver um processo de diplomacia para que as peças do puzzle se encaixassem… Porque antigamente tínhamos a FPDD com duas funções: desenvolver o desporto base e a preparação dos Jogos Paralímpicos. Mas com a lei de bases que instituiu o Comité Paralímpico de Portugal, o que veio a acontecer foi que uma das partes da responsabilidade da FPDD saiu. Saiu para uma organização específica. Nessa altura houve a natural dificuldade de encontrar o espaço de atuação de cada uma das entidades. Neste momento, considero que está absolutamente definido e estamos a falar de duas variações que estão a encaixar perfeitamente.

P&S – Ou seja, neste momento completam-se… E no projeto Rio será igual…
HS – A FPDD é uma parceira importante, sem dúvida alguma. A FPDD no projeto Londres, a exemplo da federação de Remo e da Equestre, fizeram parte da estrutura do projeto. Eu tinha lá um representante, o Carlos Lopes, que teve a incumbência de acompanhar este processo, tínhamos o nosso diretor técnico e tínhamos os técnicos das respetivas federações. E, em conjunto, partilharam todas as dinâmicas. Foi um processo articulado com as federações. A nossa proposta para o Rio é exatamente a mesma.

Órgãos Sociais do CPP: Humberto Santos (presidente); Joaquim Viegas, Fausto Pereira, José Lourenço, Luís Figueiredo e Humberto Gomes (vice-presidentes); Carlos Lopes (secretário-geral); Jorge Correia (tesoureiro); António Carneiro e Rui Oliveira (vogais); Armando Marques, António Churro e José Costa e Oliveira (conselho fiscal).

Membros do CPP: Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (ANDDI Portugal); Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores (ANDDEMOT); Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Visual (ANDDVIS); Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM); Faculdade de Motricidade Humana (FMH); Federação Académica de Desporto Universitário (FADU); Federação de Andebol de Portugal (FAP); Federação de Desportos de Inverno de Portugal (FDI Portugal); Federação Equestre Portuguesa (FEP); Federação Portuguesa de Atletismo (FPA); Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD); Federação Portuguesa de Canoagem (FPC); Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC); Federação Portuguesa de Golfe (FPG); Federação Portuguesa de Lutas Amadoras (FPLA); Federação Portuguesa de Ténis (FPT); Federação Portuguesa de Ténis de Mesa (FPTM); Federação Portuguesa de Taekwondo (FPT); Federação Portuguesa de Triatlo (FPT); Federação Portuguesa de Judo (FPJ); Federação Nacional de Karaté - Portugal (FNK); Federação Portuguesa de Orientação (FPO); Federação Portuguesa de Remo (FPR); Federação Portuguesa de Tiro (FPT); Federação Portuguesa de Vela (FPV); Liga Portuguesa de Desporto para Surdos (LPDS); Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto (PC-AND); Panathlon Clube de Lisboa; Universidade de Évora.

José Pavoeiro defende a promoção da prática desportiva

Depois de suceder a Leila Marques que renunciou em janeiro de 2012, José Pavoeiro vê agora a confiança no seu trabalho renovada à frente da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) para o quadriénio 2013-2016. A Plural&Singular falou com José Pavoeiro, o presidente eleito, que se prepara para um mandato de continuidade na divulgação do desporto adaptado e da sua importância na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas pela FPDD

"Quando falamos em desporto para pessoas com deficiência nem todos têm que ser atletas"

Plural&Singular (P&S) - Antes de falarmos do próximo mandato, que balanço faz do que terminou?
José Pavoeiro (JP) - Vim de um mandato intercalar por razões profissionais da anterior presidente, acabei por assumir durante nove meses…Já vem um balanço da anterior presidente muito positivo em termos de metas e objetivos.

P&S - A realidade (desafios, projetos, apoios) da FPDD há nove meses atrás é muito diferente da de agora?
JP - É inevitável não falarmos de crise que o país atravessa que é transversal a todas as áreas na sociedade e, nomeadamente, as pessoas com deficiência não são exceção e estão a ser penalizadas. Eu penso que devemos recusar esse papel de, através da crise, não construímos. Acho que devemos ter uma atitude bastante positiva e construir e continuar na construção e no alcance dos objetivos. Claro que terá que haver uma união entre as áreas, os associados e a federação, com o poder local, com a administração pública, terá que haver uma relação mais chegada para ultrapassar as dificuldades, mas ficando quietos não vamos a lado nenhum. Temos que ir para a frente, com atitude positiva e sermos positivos no dia-a-dia. É essa a nossa postura neste momento.

P&S - O que significa a reeleição para si?
JP - A reeleição significou que as pessoas acreditam em mim, que as áreas (a FPDD agrega cinco áreas da deficiência – auditiva, visual, intelectual, motora e paralisia cerebral) acreditam no meu trabalho. Para mim é uma mais-valia, é uma honra, sinto-me honrado com esse apoio demonstrado. Sinceramente não estava para continuar, tinha até comunicado que me ia retirar. Iria continuar a trabalhar, não deixaria o desporto das

pessoas com deficiência, no entanto as solicitações, ou seja o reforço do apoio foi tal que, não me vi obrigado, mas não consegui virar as costas à continuidade desse trabalho e já que as pessoas acreditam em mim vou merecer com que continuem a acreditar nos próximos quatro anos.

P&S - O que podemos esperar de si no próximo mandato como presidente da FPDD?
JP - O empenho e com toda a certeza absoluta que irei ter esse empenho para com todos. Os associados da Federação são cinco grandes áreas da deficiência, a direção é composta por elementos que essas áreas designam, um elemento por cada área. O órgão do presidente é independente da direção mas há uma coisa que é certa: nós temos que ter a consciência que o ponto comum é o atleta. Tendo esse ponto em comum penso que o trabalho entre os associados e a Federação é uma mais-valia e é assim que deve ser. Nós temos que trabalhar em função do atleta, na procura de melhores condições, na procura de melhorar os direitos que lhes assistem para uma melhor progressão de carreira. Também temos o problema social (como é sabido devido à crise o desemprego que existe, existe na área da deficiência muito mais ainda), é outro problema que temos de encarar de frente nestes próximos quatro anos e tentar minimizar as mazelas que possam advir daí. O essencial é focar no atleta, se não focarmos no atleta, perdemos muito ou vamos perder, focando no atleta só temos a ganhar. Não tanto quanto eu desejaria que fosse de imediato, mas tenho a certeza absoluta que passo a passo vamos conseguir algumas conquistas.

P&S - Em termos de profissionalização, é possível?
JP - Eu acho que é possível. Agora, a aposta do mercado, talvez não esteja para aí muito virada.
Isso parte da aposta do mercado de transferências, empresarial no atleta. Isso é uma dificuldade tremenda, mesmo no desporto amador das pessoas sem deficiência e de várias modalidades, isso vê-se. Isso era o desejável, que o tecido empresarial começasse a apostar nesses atletas porque há uma coisa que temos que ter consciência: ou começamos a ser vistos pelas nossas competências e valorizam-nos ou se nos continuam a ver como pessoas com deficiência desvalorizam-nos. Temos que ser vistos pelas nossas competências, por aquilo que fazemos. E essa atitude tem que passar para o cidadão comum. Quando nos veem na televisão ou quando nos veem a chegar ao aeroporto com medalhas não nos vejam como pessoas com deficiência, vejam-nos como atletas. E quando tiverem essa visão de nos verem como atletas tenho a certeza absoluta que o tecido empresarial começa a apostar muito mais. É essa a atitude que eu tenho que mudar.

P&S – Como pretende fazê-lo? O que é possível fazer para sensibilizar as pessoas e esquecerem que se está a falar de pessoas com deficiência e falarem só de atletas?
JP - Mostrando para o exterior através da impressa regional, local, nacional, falada, escrita, audiovisuais que passem a imagem e que nos mostrem como é que nós somos como pessoas, como atletas e como dirigentes para esbater essa figura de pessoa com deficiência. Isso já não existe pessoa com deficiência, existe sim pessoas diferentes, mas todos nós somos diferentes. Quem é que não é diferente? Verem-nos como pessoas, pelas nossas competências, por aquilo que valemos perante a sociedade, é com essa postura que temos que mudar as mentalidades e tem que ser mudado.

P&S - Qual é o orçamento para trabalhar?
JP - Neste momento estou ainda em negociação com o financiamento, não sei quanto é que poderei ter, é subjetivo. Nós temos orçamento por volta de dois milhões. Andamos na casa dos 100 e os 200 mil, não passa dessa situação.

P&S - Esta verba é suficiente?
JP - Não é. Como todas as federações. Sei que vai haver um corte para as federações, foi anunciado, de 9 por cento, estou à espera do que poderá vir daí. O que é certo é que temos de pensar em termos de futuro e em termos de futuro é um trabalho de quatro anos em que temos que pensar na base. E a base é a promoção do desporto das pessoas com deficiência ou seja, no desenvolvimento da prática desportiva. Há um trabalho enorme a ser feito e terá que haver uma aposta maior da tutela, da administração pública no financiamento, porque é aí que nós temos o recrutamento de novos atletas. É atribuída uma verba para o alto rendimento, para a preparação ao longo destes quatro anos para o Rio 2016, mas a grande fatia do desenvolvimento da prática desportiva, que é a grande mancha que nós temos que trabalhar, porque nós temos à volta de 2500 atletas federados mas estão quatro mil fora da federação e é a esses quatro mil que nós temos que chegar. Só existindo financiamento para essa aposta e deveria haver um reforço nessa área.

P&S - O que seria ideal para a FPDD? Onde ainda é possível ir "bater à porta"?
JP - Neste momento o apelo que eu faço é para o tecido empresarial e desafio-os a apostar e a acreditar em nós, que nos valorizem. É essa a postura que o tecido empresarial pode ter connosco, podem ter a certeza que vale a pena.

P&S - Tendo em conta esse orçamento e a "atenção" que tem que dar às Associações Nacionais de Desporto para Deficientes (ANDD's), como é que pretende dividir as atenções pelas modalidades e as federações?
JP - Em termos de financiamento para as ANDD's existem critérios dentro da federação para a atribuição das verbas segundo esses critérios. São atribuídas, nomeadamente, para o desenvolvimento da atividade desportiva e para o alto rendimento em que as ANDD's depois aplicam e desenvolvem dentro das suas áreas da deficiência com os seus associados.

P&S – As ANDD's têm autonomia para conseguir fundos próprios?
JP - Têm autonomia para procurar apoios também. Aliás é notório quando realizam campeonatos e torneios europeus e nacionais sob a tutela da federação, mas têm autonomia para procurar apoios.

P&S - Há alguma modalidade que tenha passado despercebida, mas que faça sentido torná-la mais visível?
JP - Há várias modalidades. Mas há uma que tem sofrido um pouco com tudo isto porque em termos de campeonato nacional acaba por sofrer um pouco porque é uma modalidade cara que é o basquetebol em cadeira de rodas. E o basquetebol em cadeira de rodas como é sabido tem campeonato nacional, tem a taça, tem os 'playoffs' e neste momento penso que haja 12 equipas e acaba por ser difícil custear em termos de arbitragem, acaba por ser um peso enorme na área. Os apoios, que eu saiba, não são tantos quanto isso e acaba por haver uma dificuldade enorme. E esta, dentro da área motora, acaba por ser uma modalidade rei como o futebol está para com os ditos normais. Temos o boccia por exemplo que acaba por ser cara também. Este conjunto destas duas modalidades e depois existem outras também com dificuldades, não tantas como estas duas, nomeadamente o futsal, a natação, o atletismo (um atleta que queira praticar atletismo em cadeira de rodas, uma cadeira de rodas é muito cara), o ciclismo também (uma handybike também é muito cara).

P&S - Consegue definir prioridades?
JP - Sim, a curto prazo é o trabalho com o Comité Paralímpico de Portugal. É um trabalho que tem que ser feito em conjunto para garantir que o Rio 2016 seja uma realidade. O desenvolvimento da prática desportiva, terá que ser feito um investimento porque é aí que está o recrutamento de novos atletas. Garantir a continuidade e os apoios dos atletas de alto rendimento, também é um trabalho que terá que ser feito com alguma intensidade para que não desça a qualidade dos atletas. A grande prioridade neste meu mandato será um trabalho contínuo, intensivo destes quatro anos.

P&S - Como acha que pode conseguir que as federações e os clubes façam uma aposta no desporto adaptado?
JP - Tem havido um contato entre a FPDD e as federações de modalidades no sentido de abrir as portas e de integrar o desporto adaptado. Tem havido algum êxito com algumas federações. Esse trabalho está a ser feito, continuamos com o trabalho com as federações. Porque eu entendo o seguinte: a federação tem a modalidade e a FPDD tem a área da deficiência no conjunto entre as federações claro que o resultado é sempre bastante positivo. Mas claro que é um trabalho demorado, vai demorar uns anos a ser feito com consciência do que estamos a fazer porque não podemos perder os atletas saindo da FPDD e indo para outra federação, tem que haver uma continuidade. Todas as federações que temos contactado e temos conversado estão de portas abertas para a integração da pessoa com deficiência na sua estrutura e só isso é meio caminho andado.
Os clubes é outra situação. Como é sabido os clubes como o Benfica, o Belenenses, o Boavista, o Porto, o Braga têm feito um trabalho intensivo. Uma grande parte dos dirigentes dos nossos clubes ainda têm receio em apostarem nesta área, por vezes não têm as acessibilidades previstas para a receção dos atletas, depois também tem a ver com as modalidades que estão no clube… Eu entendo que algumas modalidades não têm aquela visibilidade que deveriam ter e o número de pessoas que procuram os clubes para a prática de desporto adaptado por vezes é de apenas um atleta, mas é um trabalho que tem de ser feito ao longo destes anos com insistência. Os atletas na sua comunidade local, tendo um clube e uma modalidade que gostavam de praticar sejam persistentes para que um dia se abra as portas e um dia sejam aceites. E aí os dirigentes vão perceber que afinal não é tão difícil e que os receios que estavam a ser alimentados não têm fundamento nenhum. É com esse intuito que eu proponho o desafio aos clubes de abrir portas, sem receios e que procurem a FPDD, informem-se, desafiem-nos para informar, para educar e para ajudar na construção.

P&S - Como analisa a aposta no desporto adaptado que tem sido feita em Portugal?
JP - Deveria de haver mais aposta no desporto adaptado, era uma mais-valia. Neste momento posso dizer que o não haver mais atletas tem a ver com as apostas no próprio desporto adaptado.

P&S - Porquê que a aposta olímpica e paralímpica em termos orçamentais é assim tão diferente?
JP - O ideal é que fosse equilibrado, é um direito que nós temos, é um direito que nos assiste. Entendo que as dificuldades são enormes, entendo que o desporto para pessoas com deficiência em Portugal não é assim tão antigo como pensamos que é. Há meia dúzia de anos é que começou a haver regulamentação em Portugal. Em 1972 tivemos a primeira participação de uma equipa de basquetebol em Heidelberg só para os lesionados vertomedulares alguns sedeados em Alcoitão e nessa altura em Portugal o desporto não estava devidamente regulamentado. Dentro da paralisia cerebral muito cedo se manifestou, aliás até na participação de jogos paralímpicos era a paralisia cerebral que participava com as suas várias modalidades, mas na área motora e nos invisuais ainda não é assim tão antigo como isso. Claro que no desenvolvimento do desporto ao longo destes anos também a quantidade e a qualidade dos nossos atletas sofreu vários níveis e isso trouxe-nos perante a opinião pública na forma como somos vistos um pouco de instabilidade. Havendo um equilíbrio entre as duas partes, claro que o trabalho na nossa área melhora bastante. E quero acreditar que o Governo também procura esse equilíbrio, que isso aconteça. Nomeadamente na área da deficiência temos várias classes enquanto que nas pessoas sem deficiência existe uma classe e depois existem os níveis por escalões. Nós em algumas áreas temos escalões mas noutras áreas temos por classes, temos modalidades com 10 classes. Primeiro que as pessoas entendam um pouco e percebam o porquê das coisas pode-nos trazer junto da opinião pública alguma instabilidade.

P&S - Ainda assim, acha que esta evolução tem sido para melhor?
JP - Sim, mas sem dúvida. Agora, gostaria era que fosse muito mais célere nessas melhorias.

P&S - E a relação com o Comité Paralímpico? É um parceria importante?
JP - É, claro que é importante. O nosso relacionamento com o Comité Paralímpico de Portugal faz todo o sentido e, aliás, é quem regulamenta em termos de desporto de alta competição, em termos dos paralímpicos e tem o seu papel na sociedade e isso é importantíssimo. É com ele que nós trabalhamos em termos paralímpicos, embora nós sejamos responsáveis pelas seleções, o financiamento é sempre via CPP e tem sido uma mais-valia este relacionamento.

P&S - E em relação aos vossos projetos?
JP - Nós desenvolvemos projetos, apoiados pelo INR, junto da comunidade. São projetos abrangentes, abrangem também os seniores com ou sem deficiência. Fazemos demonstrações de modalidades em que o cidadão comum pode experimentar e usufruir desse momento e ver como é que se processam.
Estamos a fazer uma parceria com o Governo Regional da Madeira para desenvolver o desporto adaptado na Região Autónoma da Madeira e vamos levá-lo até lá e apostar mais um pouco na vertente desportiva e agora estamos a espreitar o olho para os Açores porque acho que é importante este relacionamento.
É muito importante que a Federação se interesse pela prática desportiva. E aqui temos que definir uma coisa muito bem. A prática desportiva não quer dizer que tenham que ser atletas, é a atividade física. Também estamos a trabalhar em conjunto com o desporto adaptado na formação de jovens, nomeadamente como árbitros de boccia para que possam desenvolver na sua própria escola o boccia, uma modalidade que é para todos. Esta é outra das grandes apostas, nós iremos durante estes quatro anos desenvolver o desporto adaptado, fazer parcerias com as escolas, nomeadamente escolas onde haja a opção de desporto que permita que esses alunos possam frequentar instituições, associações e possam também dar o seu apoio nas modalidades. Ou seja, quando falamos em desporto para pessoas com deficiência nem todos têm que ser atletas, também temos a parte da atividade física, caminhar, saltar, brincar é importante. Temos que olhar para a área da recreação e do lazer porque nem toda a gente quer ser atleta ou atleta de topo, nem toda a gente quer participar num campeonato nacional porque não tem tempo e não é isso que procura, procura apenas a satisfação pessoal. Temos que olhar também para essa mancha.

P&S - Como acabou por ficar ligado ao desporto para pessoas com deficiência?
JP - Na minha carreira como militar sofri um acidente e sofri uma amputação do terço médio da perna esquerda. Entretanto, como tinha um passado desportivo, joguei futebol, era um desportista de lazer, recreação, mas gostava de praticar desporto, recebi um convite. "Zé tu que és um desportista, não queres tirar uma especialidade na área do desporto de pessoas com deficiência?" Fiz a especialização nesta área e acabei por estar cá até aos dias de hoje, já há 25 anos que aqui ando. É esta a minha ligação.
A minha ligação com as Cercis. Dei aulas de educação física na Cerci Lisboa, dei aulas no Elo Social, na Fundação Liga e isso trouxe-me um alto conhecimento destes jovens com competências para a prática desportiva mas em termos de destreza não tão ágeis e despertos e com performances muito mais baixas. E é esta ligação que eu tenho com as Cercis e o mundo do ensino especial.

P&S - Então é um projeto de vida?
JP - Sim, é um projeto de vida. Como deficiente pratiquei desporto, joguei basquetebol em cadeira de rodas, fiz atletismo, nomeadamente salto em altura, participei num campeonato ibérico ainda, nunca fui um grande desportista, mas pronto sou um desportista regular.

Tomada de posse
A tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da FPDD teve lugar no início de abril no Salão Nobre da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e a cerimónia encerrou com a entrega dos diplomas aos Associados de Mérito e aos Associados Honorários aprovados em Assembleia Geral.
Associados Honorários: Francisco Rodrigues Alves, António Pereira Neves, Humberto Santos, Leila Susana Marques Mota e Jorge Vilela Carvalho; Associados de Mérito: Bruno Valentim, Carlos Lopes, Diana Lobo Guimarães, Hélder Teixeira Bruno, João Rodrigues Martins, José Ramião Gameiro, Leila Susana Marques Mota, Mannie Fatima NG, Maria João Morgado, Orlando Alves Rei, Paulo Carrola Coelho, Perpétua Santos Vaz e Susana Barroso.

Um desporto “sem barreiras”

“Um meio terapêutico e de reabilitação por excelência com benefícios reconhecidos em diversas fases de reabilitação” – é assim que é vista uma modalidade que uniu a FPG e algumas instituições ligadas à deficiência, como a CEDEMA. Em 2012 foi entregue a primeira licença portuguesa de golfe adaptado. Para 2013 estão apontadas como metas a conclusão de um regulamento específico e o lançamento de um campeonato nacional.

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas

Foi a 16 de março de 2012: a Federação Portuguesa de Golfe (FPG) entregava, a António Machado, a primeira licença de golfe adaptado em Portugal. A cerimónia decorreu na sede do Comité Olímpico de Portugal perante dezenas de amantes do golfe, dirigentes desportivos e associativos.
“É um passo de gigante na difícil tarefa de sensibilizar a sociedade e encontrar apoios”, considerou, então, o presidente da comissão de golfe adaptado da FPG, Pedro Vicente.
Quem, também, marcou presença na cerimónia foi o campeão da Europa de golfe adaptado (em 2010), Sebas Lorente, que não resistiu em desafiar António Machado a participar em provas internacionais.
“Quero ver-te a competir na Europa, tu e mais jogadores portugueses que virão a seguir. Nunca te esqueças que os jogadores ditos normais olham para ti com alguma compaixão até que lhes ganhes duas vezes”, disse o campeão espanhol, em tom de brincadeira…
Mas é a brincar que, também no golfe, se conquistam medalhas…
Mas, comece-se pelo primeiro praticante de golfe adaptado português… António Machado, de 46 anos, é portador de deficiência intelectual (síndrome de down). De acordo com a mãe, Antónia Machado, e diretora da CEDEMA - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos, com sede em Lisboa, o “Tó Machado”, como é chamado, interessou-se pelo golfe porque acompanhava familiares que gostavam muito desta modalidade… “Começou a ser caddie [pessoa que auxilia o desportista com o equipamento] do pai e depois quis experimentar, e voilà…”, descreve

Antónia Machado. Iniciou-se na prática na Aroeira. Quando recebeu a primeira licença de golfe adaptado atribuída em Portugal, o golfista, que já participou no Special Olympics, considerou-a “uma forma de reconhecimento”, bem como “uma forma de poder competir internacionalmente”.

Como tudo começou…
A ligação do golfe à deficiência está, em tudo, ligada à relação da CEDEMA à FPG.
Fundada em 1982, esta instituição que tem mais de meio milhar de associados e apoia mais de seis dezenas de pessoas, sempre se empenhou em ter desporto adaptado entre os seus projetos.
A CEDEMA organiza, desde 2001, um ou dois “Encontros com o Golfe” com cerca de 80 pessoas portadoras de deficiência cognitiva e múltipla. Estas iniciativas são feitas em parceria com vários campos, nomeadamente a Aroeira, o Montado, o Paço do Lumiar e o Jamor, “com o intuito de divulgar a modalidade e sensibilizar, quer os responsáveis dos campos quer os seus jogadores, para a necessidade de acolher estas pessoas e lhes dar a oportunidade de experimentar e, depois por opção dos próprios ou das instituições, a praticarem”, conforme descreveu Antónia Machado.
Estes workshops contam com uma componente prática (demonstração) e com uma teórica (explicação). Depois todos podem participar e conhecer as várias etapas do golfe: putting, pitch, jogo curto e longo.
A primeira participação de Portugal nos Special Olympics, em golfe, foi em Xangai em 2007, com utentes

da CEDEMA: Cristina Sofia (portadora de deficiência cognitiva, não tipificada) e Tó Machado. "Trouxemos uma medalha de ouro e uma de prata", conta, com orgulho, a responsável desta associação.
Seguiram-se os Special Olympics de Atenas, em 2011, com os mesmos atletas e com António Almeida, um jovem com deficiência cognitiva da CERCITEJO. "Trouxemos uma medalha de bronze, de prata e de ouro", continua, Antónia Machado.
Questionada sobre qual o feedback recolhido pelos praticantes de golfe adaptado sobre o porquê de abraçarem este projeto, a dirigente da CEDEMA conclui que "todos são unanimes a declarar a sua satisfação e alegria, mesmo os que só vão experimentar".
"A CEDEMA tem os primeiros praticantes de golfe com deficiência cognitiva em Portugal, e, desde a primeira hora, se verificou uma imensa empatia dos praticantes com este desporto e se verificaram os seus benefícios quer diretamente, na postura, concentração, noção espacial e domínio do corpo, quer indiretamente, na socialização e comportamento. Na CEDEMA é diariamente constatado esse bem-estar, corroborado pelos próprios praticantes e famílias", refere.
É que golfe é visto como "desporto e meio terapêutico e de reabilitação por excelência com benefícios reconhecidos em diversas fases de reabilitação". Assim, quando a FPG decidiu criar uma comissão especializada, organismo presidido por Pedro Vicente, em golfe adaptado, a CEDEMA foi convidada para integrar essa comissão.

Segundo Pedro Vicente, esta comissão foi criada por se considerar que "existia uma lacuna na ação da FPG, que já desenvolvia trabalho com deficientes, mas de forma não estruturada". A comissão é composta por pessoas especializadas em diferentes áreas que, no conjunto, completam uma equipa "de sucesso": "Temos pessoas com longa experiência nas áreas da deficiência, médica e técnica de golfe, que permite um trabalho de equipa muito proveitoso", acredita Pedro Vicente.
O responsável acrescenta, ainda, que a FPG tem recolhido "enorme recetividade" com este projeto, verificando-se que "em alguns casos, o ensino e prática de golfe prosseguiram, pela mão de profissionais que se interessaram por esta área de atuação e com instituições".

A modalidade atualmente…
"Para nós, de base, não há diferenças nem barreiras. Há golfe, que em certas circunstâncias obriga a adaptações técnicas que se encontram reguladas pelo R&A, entidade oficial que gere as regras da modalidade", descreve Pedro Vicente.
Esta convicção é partilhada por Antónia Machado: "Como em todos os desportos, se queremos um mundo plural e com igualdade de oportunidades para todos, haverá que ter abertura para adaptar o desporto ao praticante. Contudo, o golfe será sempre o golfe que conhecemos e basicamente pouco muda senão uma certa flexibilização das regras e dos campos", diz.
Sobre as diferenças… Uma pessoa com deficiência cognitiva pode executar todo o procedimento do swing mas terá uma incapacidade/dificuldade de "julgamento ou avaliação " da distância e do ferro a usar, por isso pode fazer-se acompanhar de um caddie/mentor que o irá ajudar a tomar as decisões corretas.
Mais: um jogador invisual terá também que se fazer acompanhar de um caddie, o qual lhe dará as orientações necessárias.
Sobre os campos: terão que estar preparados para aceitar um jogador com próteses ou cadeira de rodas que irá necessariamente pisar os greens. Um praticante amputado usará ou não próteses e/ou qualquer outro artifício que o ajude a segurar os ferros, ou a manter-se firme.

O futuro…
Ao nível do golfe, a CEDEMA quer "continuar a evoluir e a descobrir mais potenciais praticantes deste desporto" que adjetiva como "fantástico". Esta instituição – que está a terminar a construção de mais um equipamento social com lar para 24 residentes permanentes e definitivos, bem como residências autónomas para dez utentes, um centro de atividades para 20 e continua a sua aposta na formação profissional – deseja continuar a participar em torneios, especialmente nos da FPG. "Enviar mais atletas a Los Angeles para os próximos Jogos Mundiais do Special Olympics de Verão", é outro dos objetivos.
Já a FPG, que se filiou no Comité Paralímpico de Portugal em meados de 2010, está a trabalhar na criação de um regulamento da modalidade para pessoas com deficiência, documento que esperam ter escrito e aprovado até finais deste ano, e quer organizar um campeonato de golfe adaptado, em breve.

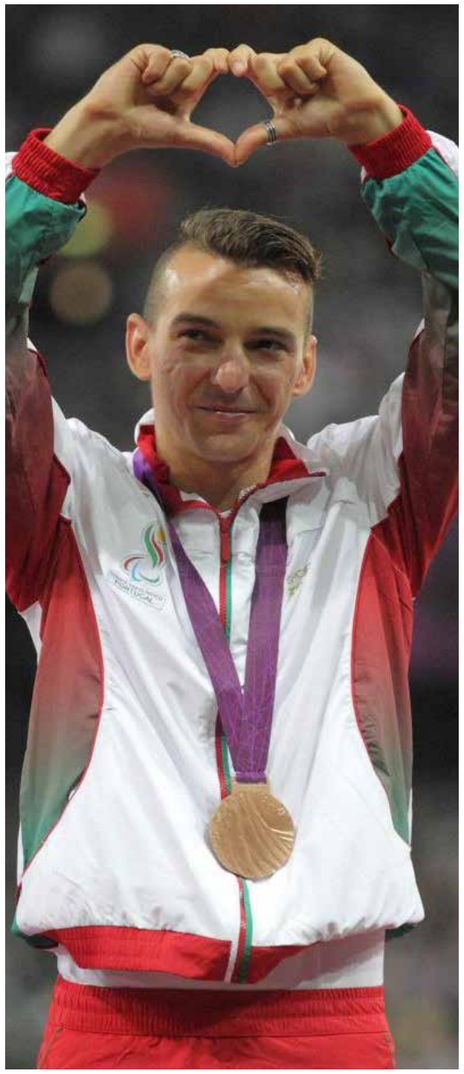
PERFIL

Medalha de Bronze em Londres2012

O “super-atleta”…

Lenine Cunha, o menino que descobriu o que queria ser quando fosse grande por “andar sempre de um lado para o outro a correr”, rodeado de primas corredoras. Disseram-lhe que isso podia ser profissão… Não acreditou na hora… Agora confessa que não sabe viver sem desporto. ***Por Paula Fernandes Teixeira***

O seu treinador – ao qual também dedica elogios e apelida de “referência” – chama-o de “super-atleta”. No atletismo conquistou mais de uma centena e meia de medalhas. Em Londres, Jogos Paralímpicos de 2012, deu-se a consagração total com a conquista de uma medalha de bronze “muito ambicionada”.
Lenine Cunha, portador de deficiência intelectual, é atleta paralímpico português. Quando questionado, pela Plural&Singular, sobre qual o momento da sua carreira que mais destaca, respondeu, “sem dúvidas”, com alusão aos Jogos Paralímpicos de Londres 2012, quando viu ser-lhe entregue uma medalha de bronze num recinto onde estavam cerca de 80 mil pessoas a assistir.
Treina três horas por dias durante seis dias por semana “no mínimo”. A maior parte dos dias, treina no Estádio Municipal de Gaia alternando com idas ao ginásio Fash-ionGym e corridas junto à praia. É treinado, desde os 16 anos de idade, por José Costa Pereira.
Conhecido, no mundo desportivo, pelo diminutivo de “lenny”, tem como “prova preferencial” dentro de todo o universo do atletismo, o salto em comprimento.



Um percurso campeão sempre à espreita do sonho…
Iniciou-se, em 2000, no Campeonato da Europa em Bollnas, Suécia, onde conquistou, de imediato um record mundial. Aí, na sua “estreia”, conquistou o ouro em triplo-salto e o bronze em 4x200 metros e no salto em comprimento.
No mesmo ano, no Meeting Internacional “Sprawni Razem”, em Wroclaw, Polónia, voltou ao pódio, ficando em primeiro no triplo-salto e nos 4x100 metros, em segundo nos 110 metros barreiras e em terceiro em comprimento.
Participou nos Jogos Paralímpicos de Sidney, em 2000, mas teve de aguardar por 2012 para ver coroado todo o trabalho feito ao serviço de Portugal e do atletismo português.

“

Acompanho-o desde menino, desde adolescente. Chegou a mim com 16 anos. Hoje é um homem. Um amigo. É o meu filho do atletismo. É o melhor atleta do mundo. O atleta mais completo ao nível da deficiência intelectual. É aquele que mais provas combinadas faz e supera. É um super-atleta.”, José Costa Pereira (treinador) em discurso direto…

Pelo meio, destaque para as dezenas e dezenas, mais de centena e meia, aliás, de medalhas que conquis-tou em campeonatos nacionais e internacionais. En-tre eles: Campeonato do Mundo de Pista Coberta (em Espinho/2001, Spala, Polónia/2003 e Budapeste, Hungria/2004), Campeonato do Mundo de Atletismo (Tunes, Tunísia/2001 e 2003) e Campeonato da Europa de Atletismo (Budapeste, Hungria/2002).
Em 2004, mais um momento alto de Lenine Cunha: conquista a medalha de ouro em triplo-salto nos Global Games (Jogos Olímpicos dedicados à deficiência intelec-tual) em Bollnäs (Suécia). Na mesma prova torna-se o atleta mais medalhado dos Global Games, em atletismo, contando, além do ouro, com uma medalha de prata (em comprimento), e três de bronze (110 metros barreiras, pentatlo e 4x100 metros).
Ao longo de 2005 e 2006, repetem-se as conquistas e

BI
Nome: Lenine Cunha
Idade: 30 anos
Naturalidade: Mafamude, Vila Nova de Gaia
Modalidade: Atletismo
Clube: Clube Desportivo e Cultural de Vila Nova de Gaia
Referência: "O meu treinador José Costa Pereira e a Naíde Gomes"
Medalhas: 141 internacionais (Campeonatos e Paralímpicos)

subidas ao pódio. Em 2007 e 2008 conquistou por, pelo menos, três vezes o Troféu de Melhor Atleta: Campeonato da Europa de Pista Coberta em Praga, República Checa, de onde trouxe seis medalhas de ouro e uma de prata; Campeonato do Mundo de Atletismo, em Fortaleza, no Brasil – quatro outros e dois bronzes; Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Tallinn, Estónia – três medalhas de ouro, quatro de prata e duas de bronze. Assim, no espaço de poucos meses, Lenine Cunha subiu ao pódio mais de uma dezena de vezes.
Os feitos continuaram em 2009 com os troféus de Melhor Atleta e Melhor Performance, bem como ao se ter tornado, mais uma vez, o atleta mais medalhado nos Global Games (Atletismo) que decorreram em Liberec, na Republica Checa.
Estes títulos e triunfos, a quantidade de voltas dadas à pista com a bandeira de Portugal sobre os ombros, o número de vezes que ouviu o hino no pódio, os abraços emocionados ao treinador de sempre, as fotos e as medalhas, repetiram-se e repetiram-se…
Lenine Cunha em 2010 conquistou onze medalhas: seis de ouro, quatro de prata e uma de bronze, nas provas no Mundial de Bollnäs (Suécia) e no Europeu de Varazdin (Croácia), voltando a ser o Melhor Atleta e também o Mais Medalhado.
2011 e 2012, altura propicia para iniciar a preparação para os Paralímpicos, não significou abrandamento. Quase por três dezenas de vezes foi medalhado em provas internacionais, em cidades como Helsínquia (Finlândia), Imperia (Itália), Christchurch (Nova Zelândia), Manchester (Inglaterra), Gavle (Suécia), Stadskannal (Holanda) e Tunis (Tunísia).
E a 4 de setembro de 2012, com um salto de 6,95 metros, o atleta português conquista a medalha de bronze na prova do salto em comprimento F20 (deficiência intelectual) dos Jogos Paralímpicos Londres2012. Lenine Cunha, que tinha como melhor marca do ano 6,70 metros, via, assim, o seu record pessoal melhorar.
Estava cumprido o sonho. Ou duplo sonho… Doze anos depois, após Sidney2000, a deficiência intelectual voltava ao programa paralímpico. Lenine Cunha aproveitava da melhore forma, conquistando uma das três medalhas portuguesas de Londres2012.

Da relação com a bandeira portuguesa ao reconhecimento… O passo que falta!
Questionado sobre o que sente ao representar Portugal, Lenine Cunha fala em "orgulho imenso", mas algo entristecido por ainda não se "sentir verdadeiramente reconhecido" pelas suas vitórias.
O seu treinador é da mesma opinião: "Repare-se que o Lenine esperou doze anos pelo momento que viveu em Londres. Não digo que era um sonho… Era um desejo que ele perseguiu e conseguiu. Foi a Londres bater a marca dele. Não fez este resultado antes, em Jogos, porque impediram-no de participar… Ele não sabia quando é que voltava aos Paralímpicos… Mas nunca desistiu. E em Londres esteve em grande. Nem ele próprio esperava. E Portugal sabe disso? Orgulha-se disso? De ter um atleta perseverante como ele?", questiona José Costa Pereira.
A propósito de visibilidade, Lenine Cunha lamenta, também que o desporto adaptado, em Portugal, "lute com falta de apoios" e culpa mesmo alguns meios de comunicação pela pouca cobertura às provas protagonizadas por portadores de deficiência intelectual.
"Os apoios são escassos e atrasam-se nos prazos. Se não fosse o apoio da minha família e amigos, assim como os meus patrocinadores – Allianz e Banif – eu não poderia sequer levar uma alimentação digna de um atleta de alta performance. Sem eles, não havia Lenine Cunha", desabafa.
Já José Costa Pereira prefere, ainda que concordando com o seu pupilo, destacar outra grande característica de Lenine Cunha que "urge ser valorizada" como "exemplo para as gerações futuras": "O facto de se manter genuíno… A fama nunca lhe subiu a cabeça. Tem mais patrocinadores, fruto da visibilidade dos Paralímpicos, mas mantém-se simples, um grande atleta".
Por fim, "ambição" é a característica que o treinador de Lenine Cunha lhe atribui como traço principal de atleta. Já "amizade" é o traço que se destaca do homem.
Juntos têm como lema que "as medalhas não se conseguem nas provas"… "As medalhas só se vão buscar lá porque ganham-se nos treinos".
E venham os Paralímpicos do Rio de Janeiro (Brasil) em 2016!

"

Sinto-me um modelo para as pessoas. Apesar de terem alguma deficiência, podem ver que isso não é barreira para terem grandes conquistas pessoais e profissionais. O desporto ajudou-me a superar o preconceito e a elevar a minha auto-estima", Lenine Cunha, em discurso direto…

1.º Masters de Portugal de Boccia Sénior

Na próxima segunda-feira, dia 4 de junho, entre as 10 e as 18 horas, o Pavilhão Multiusos de Odivelas recebe o 1.º Masters de Portugal Sénior, Equipas "Sempre Jovens – Fundação Manuel António da Mota.
A prova, inédita a nível nacional, conta com 49 equipas, 199 praticantes Seniores, de quatro zonas do país: Zona Vale do Sousa – 11 Equipas (45 jogadores); Zona do Porto – 11 Equipas (48 jogadores); Zona Centro - 14 Equipas (56 jogadores); Zona grande Lisboa e Sul – 13 Equipas (50 jogadores).

I Encontro Regional de Desporto Adaptado

Nos próximos dias 6 e 7 de junho, São Brás de Alportel acolhe o I Encontro Regional de Desporto Adaptado, destinado a técnicos, agentes desportivos, profissionais da área, bem como todos os cidadãos portadores de deficiência, ou que acompanham de perto esta problemática.
Este encontro visa formar os agentes que intervêm diretamente com esta população, bem como fomentar parcerias entre diversas entidades da região, potenciando, assim, o desenvolvimento do desporto adaptado.

FPDD Magazine

A Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) lança, no Jardim Vasco da Gama, em Belém em Lisboa, no próximo dia 6 de junho a primeira edição da FPDD Magazine.
O lançamento da revista trimestral decorre juntamente com a realização do evento Da (D) eficiência à Eficiência que promove o desporto adaptado e os seus atletas, sensibilizando o público em geral para a importância da prática desportiva na melhoria da qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

9.º Campeonato Mundo de Atletismo INAS

Praga, a capital da República Checa recebe o 9.º Campeonato do Mundo de Atletismo INAS de 9 a 16 de junho.
O Selecionador Nacional de Atletismo, José Costa Pereira, convocou para esta competição 18 atletas, entre eles Lenine Cunha cujo perfil é traçado nesta edição pela Plural&Singular (pág. 100)

Torneio Nacional de Voleibol de Praia de Surdos

No dia 15 de junho decorre o Torneio Nacional de Voleibol de Praia de Surdos 2013 na praia de Carcavelos, em Cascais.
Equipas mistas de quatro jogadores pagam dez euros para poder participar e devem inscrever-se através do email aslc.dep.desporto@gmail.com

Campeonatos de Paracanoagem

O Campeonato da Europa de Paracanoagem realiza-se de 14 a 16 de junho, em Montemor-o-Velho e, é já em agosto, de 22 a 25 de agosto em Duisburg, na Alemanha, que se realiza o Campeonato do Mundo desta modalidade.
A Paracanoagem será incluída, pela primeira vez, nos Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.
Mais informações em http://www.fpcanoagem.pt

2.º Campeonato da Europa Open IAADS

O 2.º Campeonato da Europa Open IAADS de Atletismo realiza-se de 27 de junho a 1 de julho, em Roma, na Itália.

Campeonato Mundial de Atletismo 2013

A cidade de Lyon, em França, acolhe, entre os dias 19 e 28 de julho, o Campeonato Mundial de Atletismo IPC 2013.

International Cup Futebol 7

De 24 de julho a 10 de agosto realiza-se a International Cup Futebol 7, em Barcelona, para pessoas com paralisia cerebral ou motora.

Jogos Surdolímpicos 2013

A XXII edição de Jogos Surdolímpicos realiza-se de 26 de julho a 4 de agosto, em Sófia, Bulgária.
Os Jogos Surdolímpicos realizam-se desde 1924, Portugal participou pela primeira vez em 1993, mas só em 2013 atletas e treinadores vão ser apoiados por contrato programa que envolve o valor de 35 mil euros pagos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP).

III Circuito de Orientação de Precisão "Todos Diferentes, Todos Iguais" continua na estrada

A Plural&Singular esteve, em novembro, no Parque da Cidade do Porto, na primeira prova deste circuito de orientação que inclui um percurso de orientação adaptada em cada uma das onze provas calendarizadas.
O III Circuito de Orientação de Precisão "Todos Diferentes, Todos Iguais" já passou também pela Tocha, esteve em Braga, em Santo Tirso, em Mira e no passado dia 1 de junho em Águeda.
Calendário das próximas provas: Ori-Precisão Conquista do Castelo (Penedono, 29 de Junho de 2013); I Troféu Ori-Precisão Viana Cidade Saudável (Viana do Castelo, 13 de Julho de 2013) e I Troféu Ori-Precisão do Ginásio (Figueira da Foz, 27 de Julho de 2013).

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Inclusão do desporto adaptado nas federações desportivas

Sir Ludwig Guttmann, médico-cirurgião foi o fundador, na segunda metade do século XX, do desporto para pessoas com deficiência, percursor do movimento paralímpico o que levou o Papa João XXIII, em 1960 a considerá-lo como o " Coubertin dos Deficientes".
Sendo esta matéria numa visão desportiva de inclusão em que os valores e princípios de Pierre Coubertin e Ludwig Guttmann são comuns às cinco grandes áreas da deficiência, nomeadamente, motora, intelectual, invisual, paralisia cerebral e auditiva, há uma necessidade de um trabalho em conjunto com as Federações desportivas para ajustar as intervenções de acordo com a deficiência permitindo assim uma melhor integração dos vários agentes desportivos e de salvaguardar a própria modalidade.
A integração dos agentes desportivos, atletas, técnicos, dirigentes, árbitros e classificadores, nas federações, necessariamente terá que ter uma componente cultural, embora, tendo como base de entendimento uma modalidade desportiva em comum, há todo um passado desportivo e cultural que terá que ser assegurado e compreendido pelas partes integrantes no processo.
Nesta matéria a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência, tem um papel importante nos procedimentos a adotar, para que sejam respeitados os valores e os princípios éticos, contribuindo assim, um despertar de consciências para uma melhor integração.

PLURAL SINGULAR

PUBLICITE AQUI

(+351) 913 077 505

publicidade@pluralesingular.pt

Av. D. João IV, 1076, Blc C, 4º Esq
4810-534 | Guimarães | Portugal

Dança Inclusiva com a Diferença

O Principezinho…

Era uma vez um menino chamado Luka que, à semelhança do Principezinho de Saint Exupéry, queria explorar o mundo que o rodeia, mas ao contrário do Principezinho, a distrofia muscular não lhe permite fazê-lo com os "pés no chão"…e, por isso, foi preciso recorrer à imaginação…

Texto: Sofia Pires
Fotos: Matej Peljhan

O Luka, pode até precisar de ajuda para quase tudo, pode até mexer apenas os dedos das mãos com movimentos mínimos e fracos, ainda que suficientes para manejar o joystick da sua cadeira de rodas elétrica. Mas na hora de sonhar, ele utiliza esses mesmos dedos para, "lenta mas persistentemente, criar, em pequenos pedaços de papel, desenhos que transbordam de ideias e imaginação". "Às vezes, os traços de criatividade, com a ajuda da sua imaginação e dos seus mundos virtuais, fazem-no esquecer as suas limitações físicas", explica o fotógrafo esloveno Matej Peljhan.

Luka não quer piedade nem empatia, está ciente do seu destino e, mantendo o pensamento positivo, está focado nas coisas que ainda pode fazer na sua vida. É, por isso, que esta não é uma história de incapacidades mas sim da capacidade de imaginar e do poder que a imaginação tem de tornar tudo possível de se realizar.

Na série de fotografias intitulada "O Principezinho", Matej Peljhan dá vida à imaginação de Luka, um rapaz de 12 anos que, desta forma, se vê a fazer coisas que a sua incapacidade física nunca lho iria permitir.

"Há algum tempo atrás, durante uma das nossas conversas, ele expressou o desejo de se ver a si mesmo numa fotografia a andar e fazer todo o tipo de travessuras", revela Matej Peljhan. Um desejo aparentemente impossível sem recorrer ao Photoshop, opção rapidamente posta de lado. "No entanto, isso pode ser feito! Só se tem que mudar a perspetiva. Luka sabe como fazê-lo. Ele desafia-nos a provar que, também, somos capazes de o fazer", acrescenta.

Na sessão fotográfica, o Luka joga basquetebol, faz mergulho, anda de skate, dança…Tudo graças à fototerapia, um método, relativamente novo mas promissor, para trabalhar com grupos vulneráveis.

O fotógrado Matej Peljhan, também psicólogo num Centro de Educação e Reabilitação de Crianças com Necessidades Especiais, sente-se como um peixe na água ao usar a fotografia como um instrumento terapêutico. O uso da fotografia neste contexto serve de apoio ao tratamento ou reabilitação de vários distúrbios psiquiátricos e problemas psicossociais ou meramente como atividade prática e criativa de prevenção e autoajuda para melhorar a saúde mental e incentivar o desenvolvimento pessoal. É, no fundo, explorado o papel da fotografia enquanto elemento potenciador de mudança.

Neste caso concreto do Luka usou-se a fotografia de forma criativa numa atividade de exploração dos limites do corpo e da fantasia.

"O essencial é invisível aos olhos, só se vê bem com o coração", já nos contava Saint-Exupéry na sua notável obra "O Principezinho". E Luka, O Principezinho da sessão de fotografias de Matej Peljhan quase que acrescenta à célebre frase do livro infantil: só se vê bem com a imaginação.

CULTURA

Dança Inclusiva com a Diferença

O Projeto Dançando com a Diferença, da responsabilidade de Henrique Amoedo, surgiu em 2001 sob a alçada do Governo Regional da Madeira com o propósito de implementar a dança inclusiva no arquipélago. Em 2007 o projeto emancipa-se mas mantém o objetivo de promover e utilizar as diferentes linguagens artísticas como elemento de inclusão social das pessoas com deficiência.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas

Desde que o grupo foi formado, já passou por 14 países, 43 cidades, por prestigiados teatros portugueses - Teatro Camões, o São Luíz Teatro Municipal e o Teatro Viriato – e no seu repertório, composto por 18 coreografias, tem criações dos mais importantes coreógrafos portugueses e brasileiros contemporâneos, onde se destacam Rui Horta, Clara Andermatt, Paulo Ribeiro, Elisabete Monteiro, Henrique Rodovalho e Ivonice Satie.
O Grupo Dançando com a Diferença (GDD) serviu de modelo para o início de grupos semelhantes em diferentes localidades portuguesas. "Isso eu não tenho grandes dúvidas. Quando cheguei a Portugal falava da possibilidade de criar um grupo assim e as pessoas não acreditavam nessa possibilidade. Existiam muitas iniciativas pontuais, espetáculos para apresentar na Páscoa ou no fim do ano, no dia das mães ou dos pais. Muito mais espetáculos de âmbito educativo", refere o diretor artístico do GDD, Henrique Amoedo.
O âmbito que Henrique Amoedo defende e o GDD sustenta é o âmbito cultural em que a perspetiva da profissionalização do elenco ultrapassa o universo da educação especial, da terapia ou da reabilitação e conquista o respeito no cenário artístico internacional.
O que parecia ser um sonho impossível de concretizar é agora uma realidade com provas dadas no panorama artístico português. "As pessoas com deficiência poderem acreditar que é possível serem profissionais em termos artísticos…Parece uma utopia, porque ser artista em Portugal não é fácil para ninguém. Quando se fala em pessoas com deficiência parece que isso ainda fica mais difícil", confessa Henrique Amoedo. Mas a verdade é que o Grupo Dançando com a Diferença tem conseguido afirmar-se como uma companhia de repertório que convida coreógrafos para trabalhar e que mantém um elenco regular e fixo, como poucas o fazem em Portugal.
A Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença (AAAIDD) desde 2007 tem dado continuidade ao projeto avançado pela Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação (DREER) da Secretaria Regional de Educação e Cultura (SREC), órgãos do Governo Regional da Madeira seis anos antes.

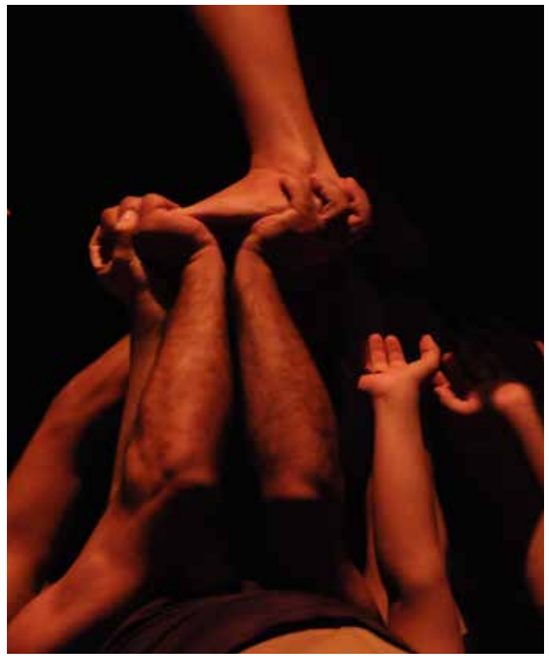
Foi pelas mãos de Henrique Amoedo que tudo começou. O diretor artístico brasileiro veio para Portugal para aprofundar os estudos na área de dança e, como tal, ingressou no mestrado em Performance Artística - Dança na Faculdade de Motricidade Humana, em Lisboa.
"No mestrado desenvolvi um conceito chamado Dança Inclusiva, um conceito hoje utilizado por muitas pessoas, cada vez mais utilizado tanto no Brasil como em Portugal. Vim dar uma serie de workshops na Madeira e sou convidado para criar um projeto semelhante ao que tinha feito no Brasil", conta Henrique Amoedo.
O tempo passou rápido e já lá vão mais de dez anos à frente deste projeto que ganhou um novo impulso em 2007, com a constituição da associação, afastando-se assim da falta de conciliação de timings entre a companhia e o governo. "A máquina governamental é muito burocrática e às vezes não se coaduna com o mundo do espetáculo", desabafa o diretor artístico.
Apesar do contexto atual não ser o melhor, a verdade é que o balanço é positivo: o Grupo Dançando com a Diferença cresceu, foi possível profissionalizar parte do elenco e "hoje é um importante produto cultural da Madeira independentemente da deficiência".

"Eu não tenho dúvidas que dentro dos produtos culturais existentes na Madeira o Dançando com a Diferença é o mais falado e mais conhecido fora", afirma.

Mas não é só fora da Madeira que este projeto dá que falar. Mesmo junto da comunidade madeirense e nas notícias que vão sendo publicadas na imprensa local é notória a evolução na forma como se aborda o trabalho realizado ao longo destes anos pelo GDD. "Vê-se nas manchetes dos jornais o quanto isso foi modificando: no início as manchetes muito mais focadas na deficiência e nas questões de superação e hoje são questões artísticas".
O diretor artístico acrescenta que, na prática, nota esta mudança pelo "respeito com que as pessoas tratam todo o elenco, o quanto as pessoas valorizam a sua forma de ser e entrega à dança".

"Temos comprovado com a nossa experiência que a participação de pessoas com deficiência nas Artes é algo que está a ganhar enorme importância e que, aos poucos, estas começam a ser valorizadas pelas suas capacidades artísticas", remata.

O repertório
Em circulação estão "Dez Mil Seres", "Uma em 10" e "Endless".
Em "Dez Mil Seres" o Grupo Dançando com a Diferença renova a colaboração com a coreógrafa Clara Andermatt que já em 2005 criou a coreografia "Levanta os Braços com Antenas para o Céu". "Foi o trabalho que esteve mais tempo em circulação, até 2011. Foi visto por quase cinco mil pessoas", revela Henrique Amoedo.
"Uma em 10" de Maurício Freitas é uma criação feita para homenagear todas as mulheres ao abordar diferentes momentos vividos pelas mulheres: desde a gestação até os momentos menos bons que elas, como qualquer pessoa, podem enfrentar.
E o "Endless" é o resultado de um projeto europeu em que o GDD participou em parceria com a Alemanha, a Polónia, a Lituânia e a Estónia e tem como ponto de partida a metáfora do Holocausto. "Foi uma experiência muito rica de viver e conhecer de perto essa história da II Guerra Mundial. É uma história muito forte que, com certeza, está na base do que é a Europa hoje e conseguirmos «trocar em miúdos» isso para que pessoas com deficiência intelectual pudessem perceber… Foi um trabalho magnífico que queremos continuar, apresentando e repetindo essa experiência mas com pessoas de Portugal", afirma.
Em 2011, a obra "Desafinado" do coreógrafo Paulo Ribeiro foi considerada pelo jornal Expresso o segundo melhor espetáculo apresentado em Portugal. "Isso é para nós uma referência muito importante. Porque isto não é a segunda melhor coreografia das pessoas com deficiência, é a segunda melhor coreografia e ponto final. Rompeu essas barreiras, está dentro do universo artístico considerado por esse resultado", defende Henrique Amoedo.
Também o trabalho do Rui Horta, "Beautifull People" foi um trabalho importante que circulou muito, tal como um trabalho muito bem-humorado de Henrique Rodovalho chamado "1 Apaixonado".



Mais sobre Dez Mil Seres
No "Dez Mil Seres" é renovada a colaboração com a coreógrafa Clara Andermatt. Com música original de Jonas Runa, este espetáculo estreou em novembro de 2012 e espera conseguir fechar algumas "datas" negociadas para apresentar a coreografia no Brasil.
Cofinanciado pelo INR, I.P. este projeto "teve um processo de residência muito rico - os bailarinos puderam vivenciar a Madeira e as suas diferentes paisagens de diferentes formas: ora estiveram em frente ao mar, ora na montanha, ora no teatro, ora em sala de aula", explica Henrique Amoedo.
Neste espetáculo dá-se evidência aos pormenores e aos detalhes, como se o mundo fosse visto com uma lupa. "Isso está evidente em cena, mas também na música".
A música foi feita especialmente para o espetáculo e na música há paisagens sonoras que foram captadas durante esse momento de residência. "No mar captamos o som das ondas, nas montanhas captamos o som para usar na música. Tem muito do que é a Madeira e do sentimento do que é a ilha da Madeira mas sem ser literal, sem ser o que todos estão acostumados enquanto imagem da Madeira", conclui.

"Levanta os Braços como Antenas para o Céu" tem um elenco inclusivo composto por quatro intérpretes sem deficiência, um com Spina Bífida, dois com dificuldades de aprendizagem, três com paralisia cerebral, um com cegueira e ainda um com trissomia 21. Esta obra coreográfica já foi apresentada em Portugal, França, Bélgica e Suíça transformando-se num dos grandes sucessos do GDD.

A AAAIDD
O trabalho da AAAIDD divide-se em três pilares básicos: apoio terapêutico, educativo e artístico, funcionando como uma pirâmide, em que a vertente artística fica no topo da pirâmide. Henrique Amoedo confessa que "a dança enquanto produto artístico é só para alguns que têm qualidades específicas" e, por isso, nem todos chegam ao topo.
Mas a disseminação do conceito de Dança Inclusiva, não se fica apenas pelo nível artístico. A AAAIDD integra ainda os grupos Dançando com a Diferença Júnior e Sénior que estão mais vocacionados ao trabalho educativo e de apoio terapêutico e assentam no reconhecimento da dança como estratégia de intervenção já que as "pessoas ganham em autoestima, e nas capacidades físicas e emocionais que são trabalhadas".
Em continuidade com esta intervenção mais pedagógica e terapêutica, a associação tem colaborado e participado em diferentes ações com o objetivo de disseminar as suas boas práticas de inclusão através da arte de dançar. Os diversos workshops, palestras, conferências, artigos científicos e de opinião publicados por Henrique Amoedo assim como as parcerias, quer com instituições públicas quer privadas, contribuem para ampliar os campos de ação da AAAIDD e o número de pessoas atendidas no âmbito das suas diferentes atividades.
O Grupo Dançando com a Diferença e a AAAIDD têm tido um papel fundamental para o reconhecimento da Inclusão pela Arte considerando as pessoas com ou sem deficiência unicamente artistas.
A esperança de no futuro o universo da dança artística ser frequentado apenas por artistas mantém-se porque no fundo este "lugar" já esteve mais longe. A melhor forma do Grupo Dançando com a Diferença contribuir para esta "inclusão" é continuar a apresentar as obras que tem vindo a criar e fazendo-as "circular muito".

A fotografia "Beautiful People" de Júlio Silva Castro registada no espetáculo de estreia da coreografia de Rui Horta, com o mesmo nome, para o Grupo Dançando com a Diferença foi premiada no I Concurso Internacional de Fotografia Capacit@rte (Almeria – Espanha), que teve como base o tema "La Belleza en la diferencia, Tod@s diferentes, Tod@s iguales", em 2008.

CULTURA

Mais sobre Henrique Amoedo
Apesar de licenciado em Educação Física, o diretor artístico do Grupo Dançando com a Diferença desenvolve diferentes ações no âmbito da inclusão social através das artes há cerca 15 anos e por isso, no Brasil, especializou-se em consciencialização corporal ao investigar a influência desta forma de expressão artística no resgate da sexualidade das pessoas com lesão medular traumática.
"No âmbito de uma disciplina chamada Educação Física Adaptada vi uma pessoa a dançar com outra em cadeira de rodas. A partir daí comecei a estudar a dança, numa perspetiva de trabalho com as pessoas com deficiência", explica Henrique Amoedo.
É assessor de instituições públicas e privadas para a implementação de atividades artísticas destinadas às pessoas com deficiência e foi o responsável pela criação da Roda Viva Cia. de Dança, em Natal – Brasil, e da sua assessoria nasceu a Cia. Experimental – Grupo Mão na Roda em Diadema – São Paulo. "Na altura foi uma coisa muito importante no Brasil, a Roda Viva conquistou muitos espaços no meio da dança, foi a primeira, não desse género porque existiam outros trabalhos, mas foi a primeira que conseguiu romper a questão da deficiência e penetrar no universo artístico, o que acaba por se refletir no Dançando com a Diferença, em Portugal".

CULTURA

“Ao Alcance de Todos” 2013

Texto: Sofia Pires
Fotos: João Messias – Casa da Música

O serviço educativo da Casa da Música promoveu mais uma edição do evento “Ao Alcance de Todos”, do dia 25 ao dia 30 de março. A iniciativa compõe-se de projetos, de dimensão social e artística, apresentados por grupos de cidadãos que apresentam fragilidades particulares.
Nesta semana temática contou com o espetáculo “Experimentum Mundi” em que artesãos fazem música com as ferramentas dos seus ofícios, o “Dança Inclusivé” protagonizado pelos utentes da CERCIGUI e cinco performances das “Comunidades Sonoras” surgidas no seio do projeto “A Casa vai a Casa”.
O workshop e o projeto “Descobertas Sonoras”, deram a conhecer os novos instrumentos musicais, facilmente controlados por qualquer pessoa, concebidos de raiz na Digitópia, plataforma digital da Casa da Música e do LabMóvel da Fundação Calouste Gulbekian no âmbito do projeto Sonópia.
Também esteve patente a exposição de fotografias “Rota da Mudança” tiradas por sem abrigo a convite da empresa social incubada na Universidade Católica, Welcome HOME - o primeiro passo para o projeto de empregabilidade de pessoas carenciadas que farão visitas guiadas por trajetos alternativos para os turistas descobrirem o Porto de uma forma genuína e familiar.

O “Dança Inclusivé” é uma adaptação a partir do espetáculo Ópera de Todos, levado à cena em Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura por clientes da CERCIGUI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães.

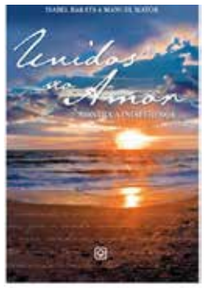
As performances das cinco “Comunidades Sonoras” mostram o ADN de cada grupo criado no âmbito do projeto “A Casa vai a Casa” que pretende alcançar comunidades que por diferentes circunstancias não têm uma vivência

Título: Manual de Apoio Pós-Diagnóstico da APPDA-Setúbal
Apoio e coordenação científica: Maria José Fonseca
Propriedade: APPDA-Setúbal

Inserido na sua terceira edição da Semana Temática de Deficiência, a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo (APPDA) de Setúbal lançou, em dezembro de 2012, na Casa da Cultura em Setúbal, o "Manual de Apoio Pós-Diagnóstico da APPDA-Setúbal – Para ir mais longe, a pensar no seu filho, em si e em toda a família".
A elaboração desta obra contou com o apoio e coordenação científica de Maria José Fonseca, especialista do Centro de Desenvolvimento Infantil Torrado da Silva, Hospital Garcia de Orta.
"Pretendemos, através de várias iniciativas inovadoras, introduzir um novo patamar de capacidades e competências para as nossas crianças, jovens e respetivas famílias", pode ler-se na newsletter desta instituição, dando nota de que esta obra também se insere no projeto "INOVAUTISMO" que é apoiado pela Fundação EDP.

Título: Heldy Meu Nome - Rompendo Barreiras da Surdo-cegueira
Autora: Ana Maria de Barros Silva
Edição: UNITED PRESS

Existem ainda muitas questões por explorar à volta do tema da surdo-cegueira… É possível esperar por resultados diferentes aos conhecidos vindos de uma criança surdo-cega? Uma criança que nasceu cega e surda conseguirá comunicar? Como deve reagir/atuar uma família nestes casos? O que é que se pode esperar dos profissionais? E a comunidade como pode contribuir?
Diante de tantas questões, o livro "Heldy Meu Nome - Rompendo Barreiras da Surdo-cegueira" procura ter respostas.
"Trata-se do relato de um caso extremo de surdo-cegueira, que alcançou um nível satisfatório de inserção no mundo, pode levar à reflexão sobre as diferentes possibilidades de lidar com a deficiência em seus variados níveis", diz a sinopse, que acrescenta que estão incorporados, ainda, nesta obra artigos elaborados por profissionais da área.



Título: Unidos no Amor Contra a Indiferença
Autores: Isabel Barata e de Manuel Matos,
Edição: QuidNovi

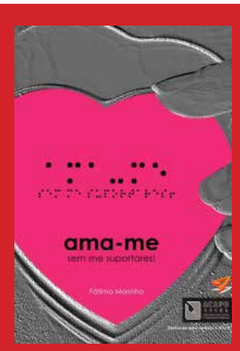
Antes de mais este é um livro sobre… Amor! "Há nele duas vidas que se abraçam e se dão uma à outra. São duas vidas de pessoas ditas deficientes, dessas a quem a maioria da sociedade não permite amar e serem amadas, negando-lhes o direito de serem o que querem ser. Há nele duas vidas com limitações físicas, mas que sabem que têm o direito social, jurídico e humano de viverem juntas um sonho que querem tornar realidade"…
Assim, esta obra serve de alerta contra a indiferença, de alerta contra o preconceito, alerta contra a ideia pré-feita de que cidadãos com deficiência não podem constituir família e ser felizes.
"Unidos no Amor Contra a Indiferença", de Isabel Barata e de Manuel Matos, fala de um amor que começou à distância, através de palavras, de poemas e de livros, de uma história simples.

Título: "Acessibilidade e mobilidade para todos - O estado da nação - 10 anos de acessibilidade | 5 anos de notícias
Propriedade e edição: Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade

Em Lisboa, o lançamento ocorreu em Abril, enquanto no Porto, estava previsto para o final de maio. "Acessibilidade e mobilidade para todos - O estado da nação - 10 anos de acessibilidade | 5 anos de notícias", é um livro desenvolvido pelo Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, numa parceria com o Jornal Planeamento e Cidades.
Nesta obra são apresentadas meia centena de boas práticas em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos, executadas na última década em Portugal, bem como um conjunto de entrevistas e depoimentos nesta matéria.
"O conteúdo desta publicação, para além de um importante canal de aprendizagem, faz hoje a diferença, num Portugal mais competitivo, mais amigo", explicam os responsáveis pelo lançamento desta obra.

Título: A diferença não impede o amor
Autora: Ana Camilo
Edição: Papiro Editora

Da autoria de Ana Camilo, jovem de 27 anos, natural de Penafiel, portadora de paralisia cerebral, "A Diferença Não Impede o Amor" narra a história de uma jovem, bela e inteligente, cheia de projetos.
"Ainda criança, esta jovem e o seu melhor amigo, Miguel, apaixonam-se, vivendo uma grande história de amor que se desmorona com um acidente de viação. Dália, a personagem principal, fica paraplégica, e Miguel não consegue aceitar a sua diferença e aos poucos vai afastando-se. Dália, por sua vez, sofre muito e, ao mesmo tempo, deixa de acreditar no amor. Nesta súbita reviravolta da sua vida, Dália terá de enfrentar a situação em que se encontra, buscando forças onde nem sequer sabe se elas existem", descreve a sinopse da obra.
"A diferença não impede o amor" é um romance que serve de exemplo de força e de determinação, prometendo sensibilizar os leitores.



Título: Ama-me sem me suportares
Autora: Fátima Marinho

Edição: Alphabetum Editora

"Este livro é um ensaio imperfeito sobre a métrica dos sentimentos, mas a prova adequada das suas aderências. Quis escrever poemas de amor, de saudade, de morte, de esperança e, durante sete capítulos, mantive o esforço, até desaguar nos fragmentos, para deixar que os poemas fossem exatamente isso: pequenos pedaços de tudo", refere a autora, Fátima Marinho, de "Ama-me sem me suportares" que, recentemente, também lançou a sua obra em versão Braille.
A edição é da Alphabetum Editora. A obra conta com cerca de quatro dezenas de poemas e está editada em versão standard, edição de luxo, áudio-livro e Braille.

OPINIÃO

Mafalda Ribeiro
Escritora

Paula Teixeira foi pelo sonho e chegou ao “O Som das Cores”

Pelo sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.
Basta a fé no que temos,
basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria
ao que desconhecemos
e ao que é do dia-a-dia.
Chegamos? Não chegamos?
Partimos. Vamos. Somos.

Sebastião da Gama
Pelo sonho é que vamos
Lisboa, Ed. Ática, 1992

Sempre acreditei que os livros têm uma dupla função: entreter e ensinar. Uma sociedade comunica e é comunicada aos outros através de muitas formas, o património literário é uma delas, a meu ver, extremamente importante. Um dia, tal como no poema do setubalense Sebastião da Gama, acima transcrito, Paula Teixeira teve um sonho: escrever um livro para crianças e deixar a marca da inclusão no património literário do seu país. Foi pelo sonho, comoveu-se muitas vezes em cada conquista durante o processo e emudeceu aquando confrontada com as circunstâncias menos boas que fazem sempre parte da caminhada. Teve a sorte de chegar. E houve fruto. Chama-se “O SOM DAS CORES” e foi publicado em novembro de 2012. Foi pelo sonho que foi. Partiu à aventura.
E hoje sente que é mais um bocadinho daquilo que sempre desejou ser: uma agente transformadora de mudança. Mudança de mentalidades ao nível da discriminação de minorias quando se trata de crianças portadoras de deficiência. “O SOM DAS CORES” é o seu contributo na representação de uma sociedade que se pretende que seja cada vez mais inclusiva. Porque ela teve fé, no que temos. E teve esperança, naquilo que ainda não temos. Paula Teixeira é daquelas que acredita que o melhor está para vir, por isso sente que deu a alma com a mesma alegria, enquanto escrevia a história e desconhecia se algum dia alguém a iria ler, e agora, neste que é o dia-a-dia, ela está materializada num livro que existe ao alcance de qualquer um. As expetativas disto que é o ir pelo sonho foram superadas pois ela desejou um livro e afinal a Plátano editora quis uma coleção, a que deram o nome de “Mãos de Encantar”.
Hoje, a reler o poema, dei-me conta de que o Sebastião da Gama tinha razão.
O sonho teve inicio em fevereiro de 2012. “Passar de simples contadora de histórias ao desafio de escrever uma acabou por ser mais fácil do que à partida poderia pensar”, confessa Paula. O sim da editora veio no inicio do verão desse ano. Mas foi um sim com um futuro a longo prazo. Nasceu a coleção “Mãos de Encantar”. Todas as histórias são assinadas por ela, com as ilustrações de Rita Correia. A primeira história desta coleção chama-se “O SOM DAS CORES”, e é ela própria um hino à inclusão. É simples sem ser simplista. É profunda em valores e apresenta-nos duas personagens que são amigas e terão idades de 1.º ciclo: a Mariana e o Tomás. Mariana não é surda mas sabe língua gestual portuguesa, como deveriam saber todas as crianças da sua idade. O seu amigo Tomás é cego e nunca viu as cores do arco-íris. Como é que se explica a uma criança que não vê como são as sete cores que pintam o céu depois da chuva? É esse o grande desafio da pequena Mariana! Na linguagem das “mãos de encantar”, a Língua Gestual Portuguesa, e também na linguagem mais genuína e generosa que uma criança pode ter Mariana consegue fazer com que Tomás oiça e sinta as cores do arco-íris. “Eu quis assumidamente com este livro/dvd, totalmente inclusivo, deixar a minha marca no mundo”, diz Paula Teixeira. É este, aliás, o significado do nome da sua filha: Noa. Uma marca que desperte desde cedo os mais pequenos para os valores com os quais quer educar a filha e que transforme muros em pontes, para que a mensagem chegue a todos, independentemente das suas limitações. É que a imaginação de uma criança não tem limites... O principal objectivo da autora é que a inclusão seja o ingrediente principal, não só na “embalagem” dos próximos livros, no que concerne ao produto em si que se quer sempre acessível a todos, mas também no conteúdo das mensagens das histórias que quer escrever e publicar.
A Plátano editora apostou naquele que é um projeto inédito no mercado editorial português, por ser totalmente inclusivo. Um livro onde os personagens das ilustrações fazem língua gestual portuguesa (LGP), e que contém os abecedários em LGP e em Braile, para as crianças aprenderem a falar com as mãos e a escrever picotando numa língua diferente. O livro traz um DVD lúdico-pedagógico, onde os mais novos irão encontrar o videoclip da música original feita a partir da história. Este transforma-se, assim, num áudio livro , uma vez que a história é contada em LGP e sonorizada. Assim se ensinam as cores com gestos. Pais, educadores e crianças vão ficar encantados com esta nova ferramenta de comunicação: os miúdos divertem-se e aprendem e os adultos ensinam de uma maneira quase natural e muito lúdica. Este livro é uma ferramenta imprescindível nas escolas e que vem preencher um espaço vazio que existe há muito tempo nesta matéria da educação inclusiva. É ao mesmo tempo um produto comercial capaz de garantir o seu lugar no mercado editorial nacional infantil sem a concorrência dos demais porque tem características que o tornam único.
Marcelo Rebelo de Sousa, que assina o prefácio deste primeiro livro da coleção “Mãos de Encantar”, aplaudiu a iniciativa e a aposta da editora pois arriscar desta forma “é obra”, como ele próprio afirma. Nas palavras do professor: “todos nós ficamos mais ricos com esta ideia, que inclui, não exclui, soma, não divide. Em suma, nos faz sentir mais companheiros no mesma caminhada da vida...”. “O SOM DAS CORES” é um livro para todos porque afinal “o arco-íris quando nasce é para todos”. Este livro é também uma mais valia para todas as crianças sem limitações físicas ou sensoriais se poderem envolver na sociedade não ouvinte. Aqui os surdos veem. Os cegos ouvem. E os outros desmistificam preconceitos, ao descobrirem que não é difícil comunicar com uma criança especial. Fazemos parte do mesmo todo e cada um de nós tem o direito de ser diferente na sua individualidade. Paula Teixeira deixa o desejo: “com este projeto, quero ensinar a conjugar o verbo incluir em todas as suas formas”.

LUGAR

Lugares inclusivos no espaço artístico

Numa viagem nem sempre há um mapa onde os espaços estão todos assinalados, ocupam lugar e, de alguma maneira, são palpáveis. Há espaços que não são palpáveis e, ainda assim, ocupam lugar. A Trilogia do Tempo, a CIM, a Vo'Arte e o InArte são todos espaços…A Plural&Singular foi visitar estes lugares.

Texto: Sofia Pires
Fotos: Gentilmente cedidas por Vo'Arte

Trilogia do Tempo
Dia 12 de abril de 2013: rescaldo d'"O Nada" apresentado pela primeira vez em Lisboa na noite anterior. Um ano antes este espetáculo estreou em Guimarães no âmbito do GUIdance - Festival Internacional de Dança Contemporânea e pelo meio, contou com três atuações no Brasil, "bastante afinados com a mensagem" e com direito à adaptação ao sotaque.
"O Nada" remata a trilogia transdisciplinar que começou com "O Aqui" e teve por intermédio "O Depois". "Uma trilogia dedicada ao tema do tempo com a metáfora associada à arquitetura", explica o diretor artístico, Pedro Sena Nunes. "O Aqui" é "uma espécie de rés-do-chão", com "O Depois" desce-se à cave desse edifício que foi construído e com "O Nada" vai-se à varanda, ter com uma outra paisagem.

"A trilogia do Tempo diferencia-se pela integração do trabalho dos diferentes corpos, a objetividade do olhar é questionada para desafiar a perceção dos encontros artísticos e emocionais lançados em palco, que transformam, indubitavelmente, todo aquele que participa nestes espetáculos", pode ler-se no site da Vo'Arte.

Esta trilogia, que segundo a apresentação oficial, "explora a relação com o outro, como indivíduo que vive

o tempo que lhe é imposto pela celeridade do mundo contemporâneo", foi desenvolvida pela CiM – Companhia Integrada Multidisciplinar.
Estas peças cruzam "a linguagem da dança contemporânea com o vídeo, o desenho, a poesia e o som" e encerram cinco anos de trabalho que começaram com os típicos castings, que "tornam o trabalho mais sério e incluem o sentido de compromisso", demarcando-se do trabalho numa perspetiva terapêutica. "Há aqui um posicionamento financeiro e logístico importante. Estas pessoas, não é por serem pessoas com necessidades específicas que para elas isto é a terapia, bem-estar ou passatempo. O nosso compromisso é sério e é artístico, portanto tentamos olhar de igual para igual", sublinha Pedro Sena Nunes, que ainda assim não nega a dimensão social da criação artística. "O Jorge Salavisa, antigo diretor do Teatro São Luiz e o José Luís Ferreira, atual diretor, são pessoas que têm e tiveram muito esse apelo", remata.

"O Aqui" estreou em 2009 e foi eleito nesse ano como o 6.º melhor espetáculo (2.º melhor nacional, depois de Passión, de Alain Platel) pelo Jornal Público. Desde a sua estreia, O Aqui foi visto por mais de 3.000 pessoas em Portugal, Espanha e E.U.A.

CiM – Companhia Integrada Multidisciplinar
Os intérpretes, bailarinos e atores que trabalham para a CiM com e sem deficiência "corporalizam" o desígnio capital desta companhia de dança criada em 2007: a inclusão associada ao trabalho e concretização de padrões artísticos elevados.
A coreógrafa Ana Rita Barata partilha a direção artística desta companhia de dança contemporânea com Pedro Sena Nunes, responsável pelo vídeo e pela dramaturgia.
Criada graças a uma parceria entre a APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, a Associação Vo'Arte e o CRPCCG – Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, a CiM tem ainda como responsáveis de produção e direção executiva, António Barata e Célia Carmona.
O ponto de partida foi o projeto "Cidade Nua" de 2004. A dupla de diretores artísticos, a propósito do "Ensaio sobre a Cegueira", de José de Saramago, mergulhou neste

"O Depois" é uma peça de encontros, artísticos e emocionais, que mede a intensidade da luz e lança atalhos e antevisões. "O Depois" é um processo/percurso essencial, sem nome, onde muitos intervêm e partilham a sua fantasmagoria.

projeto composto por pessoas cegas, bailarinos e pessoas comuns. "Tínhamos cães-guia em palco e uma paisagem humana imensa onde os bailarinos e os cegos acabavam por intervir, a Amélia Muge cantava ao vivo, o músico cego dos Gaiteiros de Lisboa também fazia parte", enumera Pedro Sena Nunes.

"Eu e a Ana Rita sempre tivemos muito interesse por comunidades que chamamos airosamente fragilizadas ou isoladas, com algum grau de distância e que a sociedade as organiza e as fecha em determinadas circuitos, portanto arruma. Nós tivemos a vida toda criativa e artística sempre à procura desses lugares e fizemos muitos trabalhos, quer em filme quer em espetáculo, com essas presenças", revela o realizador Pedro Sena Nunes.

O passo seguinte, a caminho da materialização da CiM, foi dado a convite de Paulo Maria Rodrigues, na altura, à frente do serviço educativo da Casa da Música no Porto. "Ele [Paulo Maria Rodrigues] trabalhava com um software de criação musical para pessoas com os membros paralisados e com outras dificuldades e ao ouvir o resultado musical percebeu que era importante passar isto para o corpo e não ficar só pela música". Nasceu assim o projeto "Corpo Todo" que depois teve uma segunda versão que se chamou "Ícaro". Este projeto de dança, teatro musical e vídeo, estreou na Casa da Música, integrado no encontro Ao Alcance de Todos – Música, Tecnologia e Necessidades Especiais.
"Correu de tal maneira bem e contaminou-nos tanto que, em Lisboa, já havia este desejo. Sobretudo o António Barata, que dirige a APCL e faz parte da direção executiva da CiM, já me tinha lançado o desafio para fazer algo assim mais exigente com outras perspetivas, com via profissionalizante para estas pessoas", revela Pedro Sena Nunes.

Os resultados iam aparecendo quase em simultâneo. Um caminho sem retorno que culminou no projeto "Mode H", criado especificamente para participar no Festival Europeu de Moda Adaptada para Pessoas com Deficiência, que se realizou em Tours, na França. "Quando regressaram ficou aquela sensação «nós gostamos mesmo disto, isto agora não pode parar», por parte de todas as pessoas que participaram. Foi quase uma imposição dos participantes e é a partir daí que se começa a agilizar esta parceria com a Vo'arte", descreve o diretor artístico.
Passados seis anos, "o balanço é extremamente positivo, é extraordinário", a todos os níveis. "Do ponto de vista técnico e das conversas que vamos tendo, toda a avaliação feita do ponto de vista da expressão corporal, que depois sintoniza com a casa, com a família, com o dia-a-dia e o quotidiano das pessoas entre si", comenta Pedro Sena Nunes.
Uma motivação generalizada e experienciada no dia anterior ao da entrevista – 11 de abril de 2013 – em que a sala para o espetáculo "O Nada" estava cheia de cumplicidades e afetos. No Teatro São Luiz "havia muitas cadeiras de rodas, muita gente proativa a viver com muita vibração a própria companhia".

"O ponto menos positivo destes resultados é vivermos no momento em que vivemos, portanto nós não podemos fazer mais espetáculos porque não há dinheiro para comprar espetáculos, ou há interesse em que não haja dinheiro para comprar espetáculos, às vezes também há esse lugar", desabafa Pedro Sena Nunes.

O lugar a que se refere o realizador e diretor artístico como "promíscuo", "o lugar do coitadinho, da caridade" está cada vez mais distante da CiM. "Isto é um espetáculo com pessoas com deficiência e já ouvimos coisas tão ridículas como «nós no nosso teatro já esgotamos a nossa quota de espetáculos deste ano que envolva pessoas com deficiência». Nós deixamos sequer de comunicar isso".
"Acho que há muitas coisas ultrapassadas", afirma o realizador enquanto dá como exemplo a forma como foram recebidos no GUIdance, em Guimarães. Posso imaginar o risco que foi pôr-nos a nós neste festival e dizer esta companhia está cá, ainda para mais em estreia, uma coisa que ainda não se tinha visto. Esse grau de confiança é absolutamente exemplar, não é comum. Se não tem sido estas pessoas com uma certa sensibilidade…", confessa.

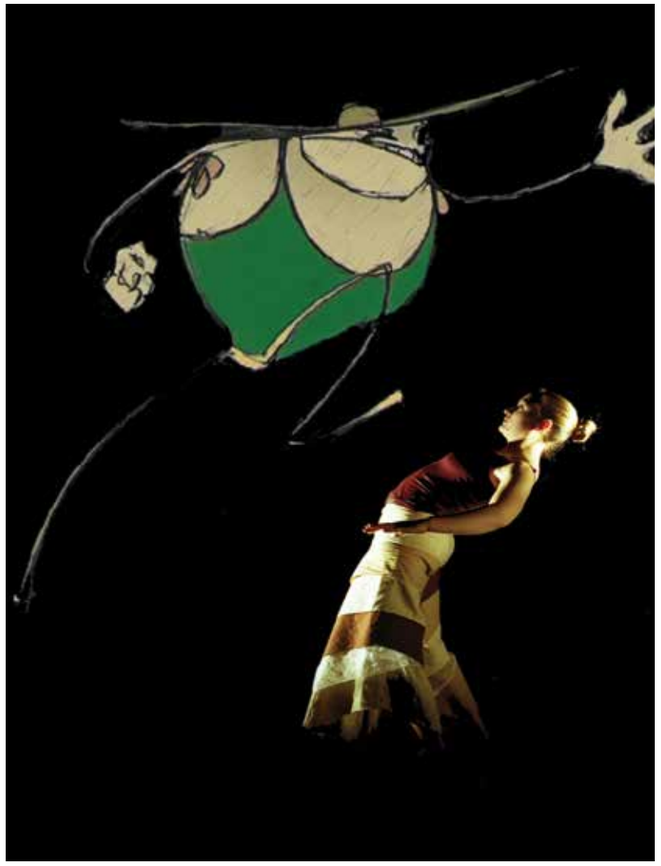
A CiM – Companhia Integrada Multidisciplinar tem 11 obras em repertório, entre espetáculos de palco, rua, performances, exposições e instalações. Já apresentou o seu trabalho em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Itália, Brasil e E.U.A., com a participação de mais de 43.000 pessoas.

InArte – Encontros Internacionais de Inclusão pela Arte
MESMO para todos, é assim que o InArte – Encontros Internacionais de Inclusão pela Arte quer "assentar arraiais" no panorama artístico português e mundial. Estes encontros integram diversas manifestações culturais e propõem-se a erguer "fundações para uma sociedade onde a participação e fruição das artes está ao alcance de todos", pode ler-se na apresentação do evento.
"O InArte agora tem uma característica nova, mais abrangente" porque se abre "a outras comunidades" que não têm a ver apenas com pessoas com deficiência. "A inclusão pela arte, tudo parte da arte, da criação artística, da criatividade do sensorial mas associada ao conhecimento, ao pensamento. Isso para nós é ponto de honra. Associamos a isto práticas de gestão porque por trás de cada um destes projetos está uma gestão do tempo, financeira, humana, de temas e artística", explica Pedro Sena Nunes.

"O nosso posicionamento - e acho que é aí que marcamos a diferença de se ser profissional… Além desta direção artística e desta direção executiva que faz as coisas avançarem temos depois o cuidado da coordenação artística que é juntar os músicos com os arquitetos, com os iluminadores, com quem faz design gráfico para haver uma imagem cuidada, séria, profunda e defendida. É uma equipa reunida que fica muito recuada, mais resguardada mas que é uma equipa que garante esse profissionalismo da apresentação", acrescenta.

De 8 a 13 de abril no São Luiz Teatro Municipal, coprodutor deste evento, houve lugar para espetáculos, workshops, concertos, filmes e até para um seminário internacional. Foram seis dias de um ambiente transdisciplinar para mostrar e importância das artes como ferramenta de trabalho de combate à exclusão social.
De destacar, para além do espetáculo "O Nada", da

Companhia CiM que incluía áudio-descrição e Língua Gestual Portuguesa, o workshop "A Visual Odyssey", que explora o impacto do teatro visual e físico na relação com a linguagem gestual, a peça de dança "Extra-Ordinary" de David Toole "sem pernas" e Lucy Hind "sem noção" que também geraram o workshop "Proper Gander". O workshop "Playing for a Change" que reuniu sem abrigo, estudantes e músicos profissionais, apostando "na formação musical e no intercâmbio criativo entre comunidades excluídas".
"Independentemente do primeiro impacto: porque eu? Deixa-me lá estar sossegado. O medo do desconhecido perverso: «vocês querem-me expor para fazer espetáculo». Depois de perceberem que o nosso propósito não é fazer um freakshow para pôr os horrores em palco, nem temos uma atitude paternalista, é com a intenção de fazer um mundo melhor, uma inclusão pela via da arte, porque a arte é essencial para todos nós, tão essencial como ter pão e água". Para apresentar o resultado desta partilha musical realizou-se uma sessão aberta musicada no Jardim de Inverno do Teatro São Luiz. "Foi um momento de uma delicadeza, de uma intensidade, de uma beleza. Saem daqui diferentes", remata o diretor artístico.
Cada dia destes encontros pela arte são uma mescla de públicos que acompanham as diferentes comunidades associadas ao InArte. " Eu acredito que o público da primeira esfera desse grupo veio ver o seu grupo de proximidade mas percebeu o que é o InArte e vai querer vir ver outro grupo, outra experiência, outra palestra e isso tem vindo a acontecer".
Resumindo: o balanço é positivo. Workshops esgotados, veio "muita gente de fora", avaliações fantásticas e contentamento geral.
Conclusão: apesar da falta de apoios para o ano há InArte. "Não sei se cá (Lisboa), mas o InArte vai continuar, isso podemos dizer porque é o nosso objetivo principal", reiterou.



Vo'Arte

A Associação Vo'Arte é o espaço que abarca todos estes lugares. É uma espécie de incubadora das artes que se organiza por cinco plataformas distintas mas ainda assim complementares - a FESTvoarte reúne os festivais que a associação programa, produz e divulga anualmente; a PRODvoarte representa as produções e atividades residentes; a DIFvoarte incentiva a criação contemporânea e promove a difusão nacional e internacional de criadores independentes; a Cinevoarte é um pólo de criação, produção e difusão de cinema da Voarte que fomenta a investigação e desenvolvimento de projetos que integrem imagem, vídeo ou cinema; a LABvoarte é um laboratório de investigação, formação e criação artística transdisciplinar.

Nascem e voam deste "ninho" iniciativas como o InShadow, que a par do InArte, é um dos projetos ancora desta associação. O espetáculo de rua "Sobre Rodas", o festival "Lugar à Dança" que trabalha o espaço público com a dança, o "Arte non'stop" que é uma espécie de maratona onde as pessoas têm muito pouco tempo para apresentar os seus projetos são outras criações Vo'arte que se juntam aos "Encontros de Viana", um evento realizado em Viana do Castelo e co-organizado com a Ao Norte - Associação de Produção e Animação Audiovisual que conta já com 13 edições.

"Acabamos agora de fazer a estreia de um novo espetáculo europeu e correu muito bem". É assim que Pedro Sena Nunes avança para falar de "Edge", um espetáculo de dança inclusiva inserido no projeto transnacional "Fragile" cofinanciado pela União Europeia.

Fragile - Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual nas Artes Performativas junta três países de pontos distantes da Europa – Portugal, Noruega e Estónia. O resultado deste processo artístico, que aposta na inclusão de deficientes visuais nas artes performativas, teve estreia mundial em março no Teatro Municipal Joaquim Benite, em Almada. O espetáculo dividiu-se em três partes, Edge, Plexus e Touched, coreografadas por Ana Rita Barata (Portugal), Kjersti K. Engebrigtsen (Noruega) e Ajjar Ausma (Estónia).

"Tivemos esta responsabilidade do arranque e aquilo

O InShadow é um "evento de vídeo performances e tecnologias" que "do ponto de vista da programação é muito rico e bem alicerçado, bem desenhado para vários públicos".

"O Lugar à Dança é a relação direta entre dança e paisagem urbana, dança e arquitetura, dança e *site specific.* São muitos circuitos dentro de um circuito maior. No próprio festival fazem circuitos, se for dentro de um jardim, o festival começa aqui e acaba ali e pelo meio há não sem quantas apresentações.

que mais gostámos de ouvir no final do nosso espetáculo intitulado Edge foi «não percebi nada quem é que era cego e quem não era»", confessa o diretor artístico. Mas, entretanto, o espetáculo montado pelas instituições Bærum Kulturhus (NO), Vo'Arte (PT), Universidade de Talin (EE) e Salamanda Tandem (UK), também já foi apresentado na Noruega e na Estónia.

A médio prazo, a Vo'arte vai participar em dois projetos europeus em que foi selecionada para participar. Além disso, toda a equipa vai começar a desenhar um projeto de visão europeia como coordenadores, continuam a realizar os filmes a fazer os espetáculos e a CiM talvez avance com uma nova trilogia. "Estamos muito a pensar trabalhar e a envolver mais a presença de escritores com quem temos trabalhado: o Gonçalo M. Tavares, João Paiva, agora João Ribeiro, o José Luís Peixoto, pessoas que nos são mais próximas e queremos pensar com alguma seriedade sobre este assunto e gostávamos de pegar num novo tema que fizesse o chapéu da trilogia", discorre o diretor artístico.

A curto prazo, de 13 a 15 de junho, a Vo'Arte participa no 1.º Encontro do projeto Unlimited Access na Onassis Foundation, em Atenas, na Grécia. O espetáculo "O Nada" está em cena no dia 5 de julho, pelas 21h00, no âmbito da INCLUDiT - Conferência Internacional para a Inclusão organizada pela Unidade de Investigação Acessibilidade e Inclusão em Ação (iACT), do Instituto Politécnico de Leiria. E durante a 1.ª quinzena de julho decorrem residêncisa artísticas em Guimarães.

"A Vo'arte é uma estrutura muito hiperativa, faz muitas coisas para a sua escala" com um apuro que tem vindo a ser reconhecido e a trazer feedback positivo. "As pessoas estão-nos a começar a convidar para muitas coisas fora. E este ano, que é tão negativo do ponto de vista do exercício financeiro, voltámos a viajar mais", revela.

Ainda assim, Pedro Sena Nunes confessa que o futuro é muito incógnito e muito frágil. "Nós não vamos parar essa é a nossa determinação. Mas acho que há aqui uma necessidade de pensar ainda mais alto e isso só dá para pensar para fora [de Portugal] e voar…voar à séria", conclui.

Projeto "Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção"

O ciclo de conferências, organizado pelo Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira (CED AACF) da Casa Pia de Lisboa, I. P., especializado e com mais de 15 anos de experiência, na intervenção com crianças, jovens e adultos com surdocegueira, tem agendadas as seguintes datas e locais: Coimbra – 7 de junho – Hotel D. Inês; Porto – 20 de junho – Belver – Beta Porto Hotel; Évora – 05 de julho – Hotel Dom Fernando; Faro – 04 de outubro de 2013 – Escola de Hotelaria e Turismo de Faro.
Os seminários, de inscrição gratuita, contarão com tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa.

Ação de Formação "Educação Cognitiva: Introdução aos programas de aprender a pensar"

Estão abertas as inscrições para a ação de formação do Centro de Formação da Pró-Inclusão Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, orientada pelo professor Vítor Cruz, com início previsto para junho de 2013, a realizar no Instituto Piaget, em Almada.
Esta ação, de 25 horas, é dirigida a educadores de infância, professores dos ensinos básico e secundário e professores de educação especial
Mais informações e inscrição para proandee@gmail.com

"ESPECIFICIDADES COMUNICACIONAIS NA EDUCOMUNICAÇÃO DO SÉCULO XXI:
RELACIONAMENTO E INTERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO INCLUSIVO"
14-15

Seminário "Especificidades Comunicacionais na Educomunicação do Século XXI"

Relacionamento e Interação no Desenvolvimento Humano Inclusivo é o tema específico do seminário nacional marcado para os dias 14, a partir das 14 horas, e 15 de junho desde as 9 horas.
Destinado ao público em geral, este seminário organizado no âmbito do mestrado Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, decorre na universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.

Seminário "Comunicação e Cultura no Desenvolvimento Humano"

"Teorias e Boas Práticas Inclusivas" é o tema específico deste seminário nacional que se realiza nos dias 15 e 16 de junho, no auditório Agostinho da Silva, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.
A inscrição é gratuita e decorre até 14 de junho. Esta ação tem tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa.

Conferência Diplomática promovida pelo WIPO

De 17 a 28 de junho realiza-se, em Marrakesh, Marrocos, uma Conferência Diplomática para concluir o Tratado internacional que melhore o acesso a obras literárias que estejam sujeitas a Direitos de Autor aos muitas pessoas com deficiência visual e com pessoas com incapacidade de leitura a material impresso.
A conferência é aberta às delegações governamentais, aos representantes das organizações intergovernamentais, às organizações não-governamentais e outros convidados.
Mais informações em http://www.wipo.int/dc2013/en/

Espetáculos com interpretação em LGP

Os espetáculos no Teatro D. Maria II têm interpretação em Língua Gestual Portuguesa. É necessário fazer a sua reserva com sete dias de antecedência. Para mais informações visite www.teatro-dmaria.pt.
Sessões com interpretação em Língua Gestual Portuguesa:
- Fausto | 2 jun 2013 às 16h15
- O Campeão do Mundo Ocidental | 9 jun 2013 às 16h
- Violência – Fetiche do Homem bom | 21 jun 2013 às 16h

Arraial Social

Está agendado para dia 21 de junho de 2013, um arraial integrado na comemoração dos Santos Populares, iniciativa organizada pela Elo Social. A festa, realizada anualmente, tem direito a sardinhada, marcha dos Santos Populares, animação musical e venda de produtos proporcionando convívio, animação e bem-estar às pessoas com deficiência, seus familiares, profissionais, amigos da Elo Social e convidados presentes.

Seminário aborda a Educação Especial

No dia 21 de junho, a partir das 9h30, realiza-se, no auditório da Escola Secundária Francisco de Holanda, em Guimarães, o seminário "Alunos com NEE, inclusão na sociedade, que perspetivas?", organizado pelo subdepartamento de Educação Especial do Agrupamento de Escolas Egas Moniz em parceria com a CERCIGUI.
Mais informações pelo contacto 93 635 02 77, por email mapafor@gmail.com ou no site www.cercigui.pt

Reunião do Fórum Europeu de Governação da Internet

Ocorre em Lisboa, no Hotel Altis, a reunião do Fórum Europeu de Governação da Internet nos dias 20 e 21 de junho, para discutir os desafios relativos ao estabelecimento de regras e de políticas públicas com vista à governação do ciberespaço na Europa.
Promovida pelo EuroDIG - Fórum Europeu de Governação da Internet, uma rede informal e inclusiva de partilha de ideias sobre assuntos emergentes no espaço da Internet, a conferência, a realizar este ano em Lisboa, é organizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social em associação com o Portugal Chapter da Internet Society, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, contando com o apoio institucional do Centro Norte Sul - Conselho da Europa.

Agenda 2013 Crinabel Teatro

O grupo Crinabel Teatro tem já em agenda vários espetáculos e formações a realizar de norte a sul do país e no estrangeiro durante este ano de 2013:
- "Conferência", criação coletiva a partir de Rainer Maria Rilke, encenação de Marco Paiva – estreia de 13 a 23 de junho no Teatro da Comuna e dia 30 de junho no Teatro Valle-Inclan, em Madrid;
- "Historias dentro e fora de palco", exposição de fotografia de Paulo Pimenta a partir de 23 de setembro até dezembro no Centro Nacional de Fotografia, no Porto;
- "Sala Branca" a partir de Harold Pinter, encenação de Marco Paiva - de 11 a 13 de outubro no Teatro Helena Sá e Costa no Porto;
- "A Cantora Careca" de Eugene Ionesco, encenação de Marco Paiva – estreia de 28 de novembro a 8 de dezembro no Teatro da Comuna.

Ciclo de cinema e debates da cultura surda “por

Integrado no ciclo de cinema e debates da cultura surda que tem por temática geral a cultura surda – em todo o seu espectro, estão a decorrer nas instalações da FNAC de Coimbra sessões de cinema (uma por mês) dedicadas a este tema.
Cada sessão é orientada por uma personalidade convidada e para a última sessão do dia 23 de junho, está previsto o visionamento do filme escolhido por Amílcar Furtado. O tema desta sessão é “O percurso “intertemporal” das línguas gestuais de França a Portugal”. O título da película escolhida é “Ridicule” (Ridículo).
As sessões têm interpretação em Língua Gestual. Mais informações em www.porsinal.pt / www.facebook.com/porsinal.pt

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ARTE-TERAPIA

Curso de Expressão Dramática e Arte-Terapia

Este curso decorre nos dias 22 e 23 de junho, sábado e domingo, das 10 horas às 17h30 no Espaço Alma Cheia, em Lisboa.
É direcionado para estudantes e profissionais das áreas de Artes/Design, Psicologia, Educação, Ciências Sociais, Animação Socia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Medicina e restantes pessoas interessadas na experiência criativa.

Conferência Includit

Estão abertas as inscrições para a Includit - Conferência Internacional para a Inclusão que se realiza nos dias 5 e 6 de julho, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).
Esta reunião científica, que se propõe discutir assuntos do domínio da inclusão, é promovida pelo projeto IPL (+) INCLUSIVO e a Unidade de Investigação Acessibilidade e Inclusão em Ação (iACT), do IPL.
Mais informações em includit.ipleiria.pt

Oficinas para crianças com perturbação do espectro do autismo

O projeto Oficinas de Promoção de Competências para crianças com perturbação do espectro do autismo (PEA) já está em marcha no centro de atendimento, acompanhamento e animação da Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo - APPDA de Setúbal.
Nas férias de verão, de 5 a 16 de agosto e em alguns sábados pontuais, 15 de junho, 21 de setembro e 19 de outubro, as crianças com PEA, dos seis aos 13 anos, podem frequentar o programa de desenvolvimento de capacidades e competências culturais e sociais, indo de encontro às necessidades particulares de cada criança e criando um ambiente em que as famílias se sintam seguras.
Mais informações em www.appda-setubal.com

Exposição “Comunicar”

Está patente no Museu dos Transportes e Comunicações (MTC), no Edifício da Alfândega do Porto, a exposição “Comunicar” que apresenta conteúdos multimédia em cinco áreas distintas que apelam aos cinco sentidos através de diferentes perspetivas e “abordagens que interpelam permanentemente os visitantes deste espaço e convidam para experiências ímpares e marcantes”, pode ler-se no comunicado do MTC.
Destaque para a colaboração do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) no tema “A Mensagem”, mais concretamente dentro do subtema “O corpo que fala”, através de algumas das imagens que marcaram a participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos de Londres.
A exposição permanente “Comunicar” que pode ser visitada até 2017.

O “multidisciplinar” Elo Social…

Em ano de 30.º aniversário, a Plural&Singular dá-lhe a conhecer uma instituição que, através das suas várias valências, áreas de atuação e casos de sucesso alcançados, é “plural”…

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Fotos: Gentilmente cedidas pelo Elo Social

O Elo Social – Associação para a Integração e Apoio ao Deficiente Jovem e Adulto é uma instituição lisboeta vocacionada para o apoio às pessoas portadoras de deficiência mental. Formação, emprego, apoio ocupacional e apoio residencial são as valências de um projeto que conta com três décadas (foi fundado em outubro de 1983) de concretização e desenvolvimento.
Com muitas atividades em marcha, nomeadamente integradas no programa comemorativo do seu 30.º aniversário (ver rúbrica “Singular”) – o Elo Social é, sobretudo, uma instituição “Plural”. “Plural” no sentido em que acolhe todo o tipo de utentes, independentemente da sua idade, género, tipo de deficiência ou extrato social… “Plural” porque são muitos os casos, dezenas aliás, de utentes que, por intermédio desta instituição, obtiveram sucesso no mercado de trabalho e na sua vida ativa. O Elo Social é “plural” nas valências que desenvolve, nas parcerias que cria, nas plataformas em que se insere e onde interage…
Sinónimo de Elo Social pode ser também a palavra “integração”. E, neste domínio, é incontornável falar da integração profissional dos utentes do Elo Social. “Através de programas Europeus, designadamente projetos como o Horizon e o Equal, foram vários os casos de sucesso de inserção no mercado aberto de trabalho, utilizando metodologias inovadoras para a inserção e que foram validadas pelos resultados alcançados, alguns dos quais ainda hoje perduram”, referiram, à Plural&Singular, os responsáveis desta instituição. Acrescente-se o sucesso alcançado com 35 trabalhadores que estiveram em regime de Emprego Protegido.
O que é o Centro de Emprego Protegido? “Trata-se de uma modalidade de emprego especificamente criada para as pessoas com deficiência, com capacidade de trabalho reduzida e que não conseguem aceder de imediato ao mercado aberto de trabalho. Tem por objetivo, criar as condições que permitam a estas pessoas realizar um trabalho produtivo, receber o seu vencimento (salário mínimo nacional) e desenvolver as suas competências socioprofissionais que lhe proporcionem, sempre que possível, a sua transição para o mercado aberto de trabalho”.
Áreas laborais: lavandaria industrial, estofamento, carpintaria, jardinagem, embalagem de talheres (para o aeroporto de Lisboa, por exemplo) e serviço de apoio ao transporte adaptado da cidade de Lisboa, através da cedência dos ajudantes de viatura. São 27 os trabalhadores com deficiência, atualmente, integrados neste programa.

E, a par da "integração", surge a palavra "inclusão"…
"Diariamente, conseguimos com todos os nossos utentes promover a integração pela Arte". Os bons exemplos estão patentes em áreas como o teatro, a música e a dança folclórica.
Mas o Elo Social é, ainda que sempre uma instituição "plural", também de caráter "singular", no que diz respeito à forma como aborda algumas das suas valências, designadamente o Serviço de Apoio Residencial que, ali, funciona "em moldes diferentes dos tradicionais".
"Em nome dos princípios da inclusão sociofamiliar e do bem-estar emocional e qualidade de vida dos utentes, o Elo Social implementou um sistema de apoio residencial assente nas necessidades de apoio de cada um e das suas famílias. Tal significa que eles não são retirados à família, desde que ela exista e funcione, continuando esta a funcionar como o suporte basilar da sua inclusão social, apoio habitacional e bem-estar", descreveram os responsáveis.
No entanto, o Elo Social entende, também, que "a família encerra fragilidades em razão da idade e do processo de envelhecimento e partida dos pais, a par da reduzida disponibilidade dos irmãos ou tutores, para continuar a dispensar os apoios que as pessoas com deficiência progressivamente carecem com o avançar da sua idade".
Assim, foi adotada uma "metodologia" diferente da convencional: os 35 lugares existentes nas atuais quatro residências da instituição "estão centrados nas necessidades de cada um e das suas famílias", existindo "equilíbrio e repartição do apoio entre a instituição e a família".
Desta forma, o Elo Social tem conseguido garantir que as 35 camas existentes sejam uma resposta capaz para as 103 pessoas atualmente apoiadas.
Dessa centena de pessoas, 74 frequenta o Centro de Atividades Ocupacionais, um espaço descrito pelos responsáveis como "de ocupação ativa, terapêutica e pedagógica". As áreas abrangidas são: ocupacional, educação física (ginástica, natação, fisioterapia, psicologia, snoezelen, hidromassagem), desenvolvimento pessoal e social, expressões (teatro, folclore e música) e inclusão social.
"É com a multiplicidade e riqueza destas atividades que o Elo Social promove diariamente a qualidade de vida da sua população nas suas diferentes dimensões: bem-estar emocional, bem-estar físico, desenvolvimento pessoal, relações interpessoais, inclusão social, bem-estar material, autodeterminação e direitos", concluem os responsáveis do Elo Social, uma instituição, enfim… "Plural" pela sua "multiplicidade".

Três décadas únicas de "envolvimento"…

As atividades também se multiplicam e estendem, mas a forma como são integradas, dinamizadas e acolhidas pelos destinatários é "singular"… Já que cada um dos intervenientes é considerado, pelo Elo Social, como "único"…

Texto: Paula Fernandes Teixeira
Foto: Gentilmente cedidas pelo Elo Social

"30 anos a Abraçar o Futuro" é o lema das comemorações do 30.º aniversário do Elo Social. Ao todo estiveram ou estão, ainda, em agenda 12 eventos. O destaque, feito pelos responsáveis desta associação de Lisboa, vai para o Musical Jesus Cristo Superstar, para o Desfile de moda "Moda´r Mentalidades", para os Jogos da Primavera (atividades já realizadas), bem como para o lançamento do livro "Elo Social – Memória de 3 Décadas". Nota, por fim, para a gala de aniversário (prevista para 22 de novembro) e para o "Presépio dos 30 Natais" (2 de dezembro).
"Com todas estas iniciativas ao longo do ano, queremos celebrar os 30 anos da associação e afirmar a dinâmica e a vitalidade da instituição para enfrentar os desafios futuros".
Eis os exemplos de um programa "plural", descritos de forma "singular".

SINGULAR

Musical Jesus Cristo Superstar
É uma produção da área do teatro do Elo Social e foi levada a cena no Cinema S. Jorge, em março de 2013, depois de ter estreado em 2011. Os espetáculos alcançaram lotação esgotada de mais de 800 espetadores em cada dia. "Marcante" foi como, e conforme confidenciaram os responsáveis do Elo Social, os espetadores apelidaram as sessões teatrais que envolveram mais de 60 atores, incluindo utentes, profissionais de apoio da instituição e familiares. "Com esta iniciativa, promoveu-se a auto-estima e o real valor artístico dos atores, a igualdade de oportunidades e a sua inclusão social pela arte".

"Elo Social – Memórias de 3 Décadas"
Pretende vir a constituir-se num documento sobre os 30 momentos mais marcantes dos 30 anos da instituição ilustrados com reportagem fotográfica e testemunhos de 30 personalidades que participaram ou que, de alguma forma, estiveram envolvidas de alguma, nesses mesmos acontecimentos. Prevê-se que a obra seja lançada a 24 de outubro.

Desfile de moda "Moda'r Mentalidades",
Evento que teve lugar no Auditório da FIL em Lisboa, a 25 de maio. Uma iniciativa organizada pelo Elo Social e três figuras públicas tradicionalmente ligadas a esta iniciativa: Fernanda Freitas, Rui Vasconcelos e Mafalda Ribeiro.
Neste desfile foi dada a oportunidade a três dezenas de pessoas com deficiência, juntamente com artistas e outras figuras públicas, de desfilar na passerelle e demonstrar como são capazes de aceder e terrenos pisados por uma elite tão restrita, evidenciando, graça e beleza estética. "Foi um momento muito bonito de inclusão social e que seguramente contribuiu para a mudança de mentalidades", referem os responsáveis.

Assim, numa palavra, Elo Social é… "Envolvimento"! "Todos os eventos por nós programados têm como princípio a participação ativa e o envolvimento dos utentes da instituição na qualidade de beneficiários e/ou principais atores da realização das atividades. Deste modo, estas iniciativas têm e irão constituir oportunidades privilegiadas para a sua auto-realização e promoção da sua qualidade de vida, nas dimensões do seu bem-estar emocional, desenvolvimento pessoal, direitos e inclusão social. Os voluntários têm sido elementos fundamentais para a execução do trabalho acrescido que representam estas atividades excecionais, neste ano do aniversário da instituição" – um ano "único" pelo caráter "multidisciplinar" de uma instituição que é "plural" através de muitas iniciativas "singulares", onde o utente é o principal "Elo Social".